Sumário

Número de notícias: 59 | Número de veículos: 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ANFIP
Corte de RS 70 bi em 2 anos contrasta com maior isenção para IR . . . 6

G1 - NACIONAL
ANFIP
Governo detalha mudanças no salário mínimo, na previdência de militares e isenção do IR de até R$ 5 mil; saiba o que muda no seu bolso . . . 8

IMIRANTE.COM - SÃO LUÍS - MA - NOTÍCIAS
ANFIP
Senador pede urgência em proibição de celebridades na publicidade de apostas . . . 12

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS ONLINE
ANFIP
Isenção no IR para renda até R$ 5 mil: confira essa e outras medidas anunciadas pelo governo . . . 14

BLOG PE NOTÍCIAS - PETROLINA - PE - NOTÍCIAS
ANFIP
Isenção de IR até R$ 5 mil vai beneficiar 36 milhões de contribuintes . . . 16

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo federal anuncia isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil . . . 17

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita autoriza fazer ações internacionais . . . 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Quem ganha até R$ 5 mil vai ficar livre do IR . . . 20

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Haddad anuncia isenção de ir para quem ganha até r$ 5 mil e taxação dos mais ricos . . . 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Entenda as medidas que fazem parte do pacote . . . 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Nova reforma da previdência entra no debate do setor . . . 27

A GAZETA - MT - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Auxílio-reclusão: direito ou privilégio? (Artigo) . . . 28

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Pacote de cortes propõe isenção de IR a quem ganha até R$ 5 mil . . . 29

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira parcela do décimo terceiro salário cai antes da Black Friday 2024? Entenda 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO
Para mercado, pacote não deve ser suficiente para alcançar superávit fiscal 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO
A redução de jornada no setor público (Artigo) 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Surpresa no pacote 34

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Servidor receberá o 13º em 13/12 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad divulga corte de R$ 70 bi e isenção do IR para até R$5mil 37

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA
A política e a política fiscal (Artigo) 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Anúncio de cortes vem com maior isenção de IR, e dólar bate recorde 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Mexida agora na tabela do IR representa derrota para a Fazenda 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reformas estruturais aceleram mudanças 43

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Aquisições no setor de tecnologia ganham fôlego 44

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil por mês 46

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Governo anuncia isenção de IR para salários de até R$ 5 mil 48

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Não queremos confundir reforma tributária com reforço do arcabouço fiscal, diz Haddad 49

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Atenção redobrada no fim da regulamentação da reforma tributária 51

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil só começa em 2026 e não impacta cortes, diz Haddad; entenda a proposta

. 53

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad diz que isenção do IR para quem recebe até R$ 5 mil vale a partir de 2026 54

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Novo sistema tributário pode ajudar a tornar a economia do país mais produtiva, apontam especialistas
. 56

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Não queremos confundir reforma tributária com reforço do arcabouço fiscal, diz Haddad (Governo Lula)
. 58

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Estudo aponta iniciativas para redução do custo Brasil 60

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
IBGE mostra aumento da necessidade de financiamento líquido do governo 61

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Salário de até R$ 5 mil vai ficar isento de IR 62

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
ENTENDA AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO GOVERNO 63

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pacote do governo prevê economia de R$ 70 bi nos próximos dois anos 65

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Haddad anuncia corte de R$ 70 bi 66

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Isenção custará cerca de R$ 45 bi e poderá afetar cortes, dizem analistas 69

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Indústria sofre com juros altos e indefinição sobre questão fiscal 70

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Mudanças no Imposto de Renda só valerão em 2026 71

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar atinge recorde histórico, a R$ 5,91, com medida sobre IR 72

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
"As medidas são positivas, mas insuficientes" 74

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Emprego formal perde força e sinaliza otimismo menor em 2025 . . . 75

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Economistas veem pacote "ruim" nas medidas já conhecidas . . . 77

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
PEC de trio de deputados prevê 8 medidas para economizar R$ 1,1 tri até 2031 . . . 79

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA
Equilíbrio das contas públicas é prioridade para o crescimento . . . 80

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA
CEOs do mercado financeiro debatem inovação e cenário para 2025 . . . 82

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Ameaças tarifárias do segundo mandato geram mais incertezas . . . 84

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Tarifas de Trump custarão 400 mil empregos nos EUA, alerta México . . . 86

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Planos fiscais de deputados e governo têm de andar juntos (Editorial) . . . 88

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Dólar atinge recorde de R$ 5,91 com desconfiança sobre fiscal . . . 90

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Mercado vê medidas "insuficientes" para conter piora de ativos . . . 92

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA
Prévia do IPCA sobe e pressiona BC por juros . . . 94

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA
Corte de gastos da União chega a R$70 bi . . . 96

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
ECONOMIA
Ganhos acima da inflação continuam . . . 97

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
ECONOMIA
Deputados buscam assinaturas para corte de gastos alternativo . . . 98

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
ECONOMIA
Medidas consolidam compromisso com ajuste fiscal e justiça social, diz economista . . . 99

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
ECONOMIA
O avanço necessário da justiça fiscal no brasil (Editorial) . . . 100

Corte de RS 70 bi em 2 anos contrasta com maior isenção para IR

Lu Aiko Otta, Jéssica SanfAna, Guilherme Pimenta, Fabio Murakawa e Raphael Di Cunto De Brasília

Depois de quase um mês de negociações, o governo anunciou oficialmente na quarta-feira (27) o pacote de corte de gastos para tentar dar sustentabilidade ao novo arcabouço fiscal, mas surpreendeu o mercado ao comunicar também a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil. A notícia, antecipada pelo Valor, fez o dólar e os juros futuros dispararem ao longo do dia de ontem. A reação do mercado, contudo, não mudou os planos.

O anúncio da isenção entrou como um contraponto às medidas impopulares do pacote de ajuste, que, segundo o governo, terá um impacto de R$ 70 bilhões até 2026. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já afirmaram que a intenção é aprovar o pacote no Congresso ainda neste ano. Assim, parte das mudanças já produziria efeitos a partir de 2025. Lira convocará sessões de segunda-feira a sexta-feira para tentar votar a medida ainda em dezembro.

Em pronunciamento de 7 minutos e 18 segundos em rede nacional de televisão e rádio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o salário mínimo continuará crescendo acima da **inflação**, mas com o mesmo teto do novo arcabouço fiscal, o que significa um reajuste real de até 2,5% ao ano. Hoje, não há limite, e o piso varia conforme a **inflação** do ano anterior e o crescimento da economia de dois anos anteriores.

O piso salarial dita os gastos do governo com a maior parte das aposentadorias e pensões, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono e seguro-desemprego. Por isso, a equipe econômica avalia que essa medida será importante para segurar o crescimento das despesas obrigatórias. Ela entrou como uma alternativa à ideia inicial de limitar todos os gastos do governo à trava de alta real de 2,5%.

Ainda assim, a limitação do crescimento do salário mínimo é uma medida considerada impopular por parte do governo. Por isso, foi incluída junto ao anúncio do pacote de corte de gastos a isenção do IR, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com forte apelo entre os mais pobres e parte da classe média.

O governo propõe aumentar a faixa de isenção do IR dos atuais R$ 2.824 para R$ 5 mil. A Fazenda estima que a ampliação teria impacto fiscal de R$ 35 bilhões, segundo fontes.Já a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional) estima custo de cerca de R$ 45 bilhões a R$ 50 bilhões por ano.

A renúncia de arrecadação, segundo o ministro, será compensada por quem ganha mais de R$ 50 mil por mês. Ele não detalhou como será a cobrança, mas o Valor apurou que será proposta uma alíquota mínima efetiva de 10% no IR para quem ganha mais de R$ 50 mil por mês.

O cálculo da alíquota efetiva considerará todas as rendas, inclusive as tributadas exclusivamente na fonte e isentas, como distribuição de lucros e dividendos e rendimentos financeiros isentos. Se a alíquota efetiva paga pelo contribuinte estiver abaixo de 10%, haverá um adicional para chegar aos 10%.

É possível, segundo apurou o Valor, que haja algum fator de redução para quem tenha renda total de R$ 600 mil a R$ 1,2 milhão por ano. Já para quem ganha mais de R$ 1,2 milhão, a alíquota efetiva de 10% incidirá integralmente.

O líder do PT na Câmara, Odair Cunha (MG), disse que o governo enviará ainda este ano o projeto de lei de reforma dos **tributos** sobre a renda, mas que a ideia não é que seja votado ainda em 2024.

Para atingir seu potencial máximo de R$ 70 bilhões, além de limitar o crescimento do piso salarial, o pacote prevê que o abono salarial ficará restrito para quem ganha até R$ 2.640. Esse valor será corrigido pela **inflação** ao longo dos anos até se tornar permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio. Hoje, quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2.824) tem direito ao abono.

O pacote também incluirá medidas para "corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional", o chamado supersalário do funcionalismo.

Mudanças na previdência dos militares, como a instituição de uma idade mínima para a reserva,

também entrarão no pacote. Por outro lado, ele não incluiu mudanças no seguro-desemprego, ideia defendida pela equipe econômica, mas rechaçada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Alterações nos pisos de saúde e educação também não entraram, apesar da tentativa da equipe econômica.

Com as discussões inicialmente restritas à equipe econômica e à Casa Civil, o presidente Lula decidiu incluir os ministérios setoriais nas discussões do pacote, o que levou à desidratação da proposta durante as reuniões que aconteceram ao longo deste mês.

Parte das medidas em discussão não foi anunciada no pronunciamento. Em reunião com deputados da base do governo, Haddad teria mencionado que o pacote incluirá um novo pente-fino no BPC e no Bolsa Família, além de um enquadramento do Fundo Constitucional do Distrito Federal na regra de crescimento dos demais fundos constitucionais.

Em outra frente, o Valor apurou que o governo não deve mais repassar aos Estados e municípios os R$ 3 bilhões anuais para fomento à cultura previsto na Lei Aldir Blanc. Essa é uma medida que deverá constar na conta do pacote de corte de gastos, segundo relataram parlamentares. Neste ano, já houve um corte de R$ 1,3 bilhão no repasse, devido ao fato de os entes subnacionais não terem conseguido executar os recursos recebidos desde o ano passado.

Uma novidade anunciada por Haddad é que o pacote proibirá a "criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários" em caso de déficit primário. Ele não detalhou se esse dispositivo considerará o resultado primário efetivo do governo ou o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No pronunciamento, o governo também reafirmou que o montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais, bem como também que 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o Sistema Único de Saúde (SUS).

As medidas serão explicadas nesta quinta-feira (28) às 8h em entrevista coletiva e ainda precisam ser enviadas ao Congresso na forma de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e em projetos de lei complementar (PLP).

50% das emendas das comissões do Congresso irão obrigatoriamente para saúde pública

Site:

https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Governo detalha mudanças no salário mínimo, na previdência de militares e isenção do IR de até R$ 5 mil; saiba o que muda no seu bolso

Por Alexandro Martello, Lais Carregosa, Guilherme Mazui, Thiago Resende, g1 e TV Globo - Brasília

A equipe econômica do governo Lula propôs limitar o aumento do salário mínimo e mudar regras das aposentadorias dos militares

O objetivo dessas medidas é manter o arcabouço fiscal, a norma para as contas públicas, e evitar um aumento maior da dívida pública, que impactaria os juros e os mercados

Para o salário mínimo, a proposta é limitar o aumento real a 2,5% ao ano, mesmo que o **PIB** cresça mais do que isso

As mudanças na aposentadoria dos militares incluem acabar com a "morte ficta", estabelecer idade mínima de 55 anos para a reserva remunerada e fixar 3,5% da remuneração para o fundo de saúde até 2026

A equipe econômica do governo Lula detalhou nesta terça-feira (26) as propostas para limitar o aumento do salário mínimo, para mudar algumas regras das aposentadorias dos militares e alterar as regras de acesso ao abono salarial, entre outros.

A expectativa do Executivo é de economizar R$ 70 bilhões com as medidas nos próximos dois anos. Para ter validade, entretanto, ainda precisam passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Como contraponto ao pacote de cortes, o governo também propôs isentar do Imposto de Renda quem ganha até R$ 5 mil por mês, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, o limite de isenção é de R$ 2.824 (até dois salários mínimos).

O objetivo do governo, com a proposta de cortes de gastos, é tentar manter de pé o chamado arcabouço fiscal, a norma para as contas públicas aprovada no ano passado.

Sem uma regra crível para as contas públicas, explicam economistas, haverá um aumento maior ainda da dívida pública, com impacto nos juros bancários para consumo e investimentos, e tensão nos mercados - com pressão sobre o dólar.

Com maior confiança no controle dos gastos públicos e manutenção das regras para as contas públicas nos próximos anos, por sua vez, há uma tendência de pressão menor sobre o dólar e sobre a **inflação**, fatores que influenciam diretamente a vida de cada brasileiro.

Salário mínimo

No caso do salário mínimo, o governo propôs mudar o formato de correção, limitando, assim, o aumento real, ou seja, acima da **inflação**, a ser concedido nos próximos anos.

Pelo formato adotado atualmente, o reajuste do salário corresponde à soma de dois índices:

a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro - como prevê a Constituição; cujo valor está estimado em 4,66% pelo governo.o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores. No caso de 2025, vale o **PIB** de 2023 -- que cresceu 2,9%.

Com as mudanças propostas pelo governo, se aprovadas, o salário mínimo passaria a ter um aumento real, acima da **inflação**, com base no **PIB** de dois anos. Mas limitado a 2,5% ao ano.

Com isso, seria dada a **inflação** do ano anterior, em 12 meses até novembro, acrescido do **PIB** de dois anos antes - mas com um teto de 2,5% (mesmo que o **PIB** de dois anos antes tenha crescido mais do que isso).

Esses 2,5% são, justamente, o limite máximo para os gastos do governo dentro do arcabouço fiscal, a regra

para as contas públicas aprovada em 2023.

Levando em conta as mudanças, o trabalhador, assim como os aposentados e as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), de natureza assistencial, deixarão de receber R$ 6 no salário do mês e também no décimo terceiro (quem tem direito), em 2025.

Com a nova proposta para o salário mínimo, o governo deixará de pagar em aposentadorias e benefícios sociais cerca de R$ 2 bilhões em 2025. Isso porque, de acordo com cálculos do governo, a cada R$ 1 de aumento do salário mínimo cria-se uma despesa de aproximadamente R$ 392 milhões.

De acordo com nota técnica divulgada em dezembro do ano passado, e atualizada em janeiro de 2024 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 59,3 milhões de pessoas no Brasil.

Isenção de até R$ 5 mil no IR

Entre as propostas do pacote, está o aumento do limite de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas dos atuais R$ 2.824 (dois salários mínimos) para até R$ 5 mil.

Promessa de campanha de Lula, o tema não constou na proposta de orçamento de 2025, encaminhada no fim de agosto ao Congresso Nacional pela área econômica.

O tributo é recolhido na fonte, ou seja, descontado do salário. Posteriormente, o contribuinte pode ter parte do valor restituído, ou pagar mais IR, por meio de sua declaração anual de ajuste.

De acordo com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), a ampliação da faixa de isenção do IR custaria de R$ 45 bilhões a R$ 50 bilhões por ano.

De acordo com os números da entidade, a ampliação do limite de isenção do IR deixará isentos da cobrança do imposto 30 milhões de contribuintes.

Atualmente, cerca de 43 milhões de pessoas físicas declaram o Imposto de Renda. Entretanto, destas, 14,6 milhões já são isentos. Com a mudança, outros 16 milhões de contribuintes também não pagarão Imposto de Renda.

De olho do impacto das medidas nas contas públicas, o mercado financeiro reagiu de forma negativa nesta quarta.

O dólar disparou e fechou cotado a R$ 5,91, a maior cotação já registrada desde a implementação do Plano Real, em 1994.A preocupação do mercado continua sendo o aumento de despesas, que tende a impulsionar ainda mais a dívida pública - já considerada elevada para o padrão dos países emergentes.Essa tensão, por sua vez, também pressiona os juros futuros, com impacto nas taxas cobradas pelos bancos do setor produtivo.

A explicação é que a confirmação do aumento da faixa da isenção do IR pegou o mercado no contrapé, em um momento no qual analistas aguardavam a conclusão do pacote de cortes de gastos.

Aposentadoria de militares

A equipe econômica fechou nesta semana, após reuniões com os comandantes das forças armadas, uma proposta para o ajuste na previdência dos militares.

O texto fechado contempla os seguintes principais pontos:

acabar com a chamada morte ficta : com isso, familiares perdem o direito à pensão de militares expulsos;estabelece progressivamente idade mínima para a reserva remunerada;extingue a transferência de pensão;fixar 3,5% da remuneração para o fundo de saúde até janeiro de 2026

Segundo informações da proposta de orçamento de 2025, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em agosto deste ano, o déficit projetado para a inatividade militar soma R$ 33,28 bilhões em 2025 e R$ 34,87 bilhões em 2026.

Além disso, também está previsto, no projeto de orçamento do ano que vem, o déficit para as pensões de militares de R$ 18,05 bilhões, em 2025, e R$ 19,39 bilhões em 2026.

Não foram anunciados bloqueios, ou cortes, no orçamento do Ministério da Defesa, que é o quinto maior, em termos de valores, para o ano de 2025.

Abono salarial

Outra medida proposta é reduzir o número de pessoas que têm direito ao abono salarial.

Pelas regras atuais, por ano a trabalhadores que recebem, em média, até dois salários mínimos mensais (R$ 2.824, pelo valor atual).

Com as mudanças, o benefício será pago somente a

quem recebe até R$ 2.640.

Esse valor será corrigido anualmente pela **inflação**, até chegar a 1,5 salário mínimo, quando passará a ficar estável neste valor. A expectativa é que isso ocorra em 2035.

Para receber, é preciso que o trabalhador:

tenha trabalhado pelo menos 30 dias no ano anterior;estejam cadastrados no PIS ou no Pasep há pelo menos cinco anos.

O benefício é classificado como um gasto obrigatório - ou seja, que só pode ser alterado ou extinto mediante Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

Projetos desse tipo têm uma tramitação mais extensa e precisam de mais votos de deputados e senadores para serem aprovados.

O governo federal estimou, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, que 25,8 milhões de trabalhadores terão direito a receber o abono salarial no próximo ano.

BPC

Outra proposta do governo é o endurecimento das regras para as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Também será feito um pente fino no Bolsa Família.

Para o BPC, o governo está propondo focalizar em pessoas incapacitada para a vida independente e para o trabalho. Passam a contar para o acesso:

a renda do cônjuge e companheiro não coabitante e renda de irmãos, filhos e enteados (não apenas solteiros) coabitantes

Será obrigatória a atualização obrigatória para cadastros desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem Código Internacional de Doenças (CID)

Pelas regras, o BPC equivale a um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos, ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Para ter direito ao benefício, não é preciso ter contribuído para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) Diferente dos benefícios previdenciários, o BPC não paga 13º salário e não deixa pensão por morte.

No caso da pessoa com deficiência, tem direito ao BPC se houver impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos dois anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo.Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência também passam por avaliação médica e social no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar inscrito no Cadastro Único. Isso deve ser feito antes mesmo de o benefício ser solicitado. Sem isso, ele não pode ter acesso ao BPC.

Bolsa Família

Também haverá um controle maior sobre o Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal.

Estamos reforçando a fiscalização para garantir que essa versão mais robusta do programa, inaugurada em 2023, efetivamente chegue em quem mais precisa , informou o governo.

Veja as medidas:

Restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento;Inscrição ou atualização de unipessoais deve ser feita em domicílio obrigatoriamente;Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses;Biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral;Concessionárias de serviços públicos deverão disponibilizar informações de seus bancos de dados para viabilizar cruzamento de informações.

Supersalários de servidores

A equipe econômica também quer regulamentar a lei que coíbe supersalários de **servidores públicos** do Executivo, Legislativo e Judiciário, ou seja, impedir o pagamento de valores que que extrapolam o teto do funcionalismo. O valor máximo hoje é de R$ 44.008,52 mensais.

Em 2021, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que regulamenta o fim dos chamados supersalários . O texto retornou ao Senado, onde aguarda definição.

A proposta em discussão no Congresso define quais pagamentos poderão extrapolar o teto do funcionalismo. Entre eles, os auxílios para moradia, alimentação e transporte.

Emendas parlamentares

O governo informou que, pela proposta, o valor global das emendas parlamentares não poderá crescer mais do que 2,5% acima da **inflação** (limite do arcabouço fiscal).

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esse é apenas o cumprimento do acordo firmado entre o governo, Legislativo e pelo Supremo Tribunal Federal.

Pelas regras, 50% das emendas das comissões passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública.

E haverá bloqueio de emendas proporcionalmente aos bloqueios do Poder Executivo, limitado a 15% do total das emendas (R$ 7,5 bilhões em 2025)

Impacto nas contas públicas

A expectativa da área econômica é de que as medidas propostas, se aprovadas pelo Legislativo, resultarão na economia de R$ 72 bilhões em 2025 e 2026.

E que, entre 2025 e 2030, ou seja, em cinco anos, a economia de gastos seja de R$ 327 bilhões.

Risco de paralisia da máquina pública

O governo busca conter gastos obrigatórios, por meio de propostas de mudanças de leis, que ainda tem de ser avaliados pelo Congresso Nacional, para tentar manter operante o arcabouço fiscal, a norma para as contas públicas.

A regra geral do arcabouço prevê que o aumento de algumas despesas do governo esteja atrelado ao crescimento das receitas. Além disso, a alta das despesas não pode ser maior do que 2,5% por ano acima da **inflação**.

Entretanto, alguns gastos têm regras específicas (distintas das do arcabouço) e, por isso, têm apresentado crescimento anual acima dos 2,5% limite para as despesas totais do governo. São eles:

?? aposentadorias dos trabalhadores (vinculadas ao salário mínimo)?? despesas em saúde e educação?? emendas parlamentares (indexadas à arrecadação)

A lógica é que, sem o corte de gastos, o espaço para as despesas livres dos ministérios, conhecidos como gastos discricionários , terminará nos próximos anos.

??Entre esses gastos livres, há políticas públicas importantes, como bolsas de estudo, fiscalização ambiental e do trabalho, assim como o farmácia popular.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já admitiu que, no ritmo atual, gastos livres dos ministérios tendem a sumir: Vamos ter de fazer um debate sobre isso

Por essa lógica, não adianta elevar a arrecadação, como vem fazendo a equipe econômica, para equilibrar as contas. É obrigatório, necessariamente, cortar gastos obrigatórios.

A previsão do TCU é que, se nada for feito, o espaço para essas políticas importantes para a população, acabarão nos próximos anos, paralisando a máquina pública.Com o arcabouço fiscal em risco, podendo ser abandonado, não haveria mais uma regra que controlasse as contas públicas, o que, por sua vez, elevaria mais a dívida do setor público, que já é alta para o padrão dos países emergentes. Isso elevaria ainda mais os juros futuros, que servem de base para os empréstimos às famílias, para o consumo, e ao setor privado - e também pressionaria para cima a taxa de câmbio (dólar).Essa dúvida sobre as contas públicas, que está sendo chamada pelo mercado financeiro de risco fiscal , já está cobrando seu preço, com alta do dólar e dos juros futuros.

O próprio Banco Central cita o aumento de gastos em seus comunicados, explicando que isso também pressiona a **inflação**.

Segundo a instituição, a percepção mais recente dos agentes de mercado sobre o crescimento dos gastos públicos e a sustentabilidade do arcabouço fiscal vigente, junto com outros fatores, vem tendo impactos relevantes sobre os preços de ativos [dólar, juros futuros e bolsa de valores] e as expectativas [de **inflação**] .

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/governo-detalha-mudancas-no-salario-minimo-na-previdencia-de-militares-e-isencao-do-ir-de-ate-r-5-mil-saiba-o-que-muda-no-seu-bolso.ghtml

Senador pede urgência em proibição de celebridades na publicidade de apostas

BRASÍLIA - O senador Eduardo Girão (Novo-CE) pediu, em pronunciamento nesta quarta-feira (27), urgência na tramitação do projeto, de autoria dele, que proíbe a participação de celebridades na publicidade de apostas em eventos esportivos (PL 3.405/2023). O texto está em tramitação na Comissão de Esporte (CEsp).

"O PL 3.405, de 2023, restringe drasticamente a publicidade abusiva das bets , proibindo a participação de equipes esportivas, atletas, comentaristas e celebridades, de maneira geral, que possam influenciar e atrair pessoas para o mundo da jogatina, principalmente os mais jovens. [...] Há muito abuso nessa publicidade, muito semelhante às antigas propagandas de cigarro, que, durante décadas, levaram milhões de pessoas ao vício e à morte".

Girão destacou ter apresentado outras propostas sobre o tema, como o PL 3.795/2024, que proíbe o funcionamento das apostas de cota fixa no Brasil e o PL 4.390/2024, que veda a utilização de elementos gráficos e lúdicos com apelo dirigido ao público infantojuvenil. Para o parlamentar, o ideal seria a proibição total das bets por conta de suas graves consequências na sociedade.

"A ludopatia, que envolve a compulsão pelo jogo de azar, é patologia reconhecida há anos pela OMS [Organização Mundial da Saúde], com código de doença semelhante a qualquer outra dependência química. O The New York Times , um dos maiores jornais do mundo, publicou, recentemente, um importante estudo apontando que entre 50% e 80% dos ludopatas já pensaram em suicídio. [...] Olhem o que nós estamos entregando, expondo a nossa sociedade a essa tragédia humanitária que já está destruindo emprego, que já está endividando em massa o brasileiro. E aí destrói a família e o cara, no desespero, vai para o atentado à própria vida".

O senador também destacou que as principais entidades de fiscalização e controle, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (**Anfip**), já se manifestaram contra a legalização das apostas no Brasil. Segundo Girão, a prática facilita a lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas e da corrupção.

Site:
https://imirante.com/noticias/brasil/2024/11/28/ipolitica-senador-pede-urgencia-em-proibicao-de-celebridades-na-publicidade-de-apostas

Isenção no IR para renda até R$ 5 mil: confira essa e outras medidas anunciadas pelo governo

Por BBC News Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , anunciou na noite desta quarta-feira (27/11) a ampliação da faixa para isenção no Imposto de Renda (IR), que alcançará quem ganha até R$ 5 mil - uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O limite atual isento de IR está em R$ 2.259, mas o governo Lula adotou no início do ano um mecanismo de desconto simplificado que, na prática, dá isenção para quem ganha até dois salários mínimos (R$ 2.824).

Haddad fez o anúncio em pronunciamento na rede nacional de rádio e TV, que durou cerca de sete minutos.

O ministro afirmou que se trata da maior reforma da renda de nossa história .

A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados , assegurou Haddad, afirmando que a medida relativa à isenção beneficiará a classe média.

Ainda não está claro a partir de quando a mudança começaria a valer e se precisaria passar pelo Congresso. Em fevereiro, quando a isenção foi ampliada para R$ 2.824, isso foi feito a partir de Medida Provisória (MP) - que passa a valer assim que publicada pelo Executivo, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

A nova faixa de isenção deve beneficiar 36 milhões de contribuintes, de acordo com um levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal. Isso representa cerca de 78% dos contribuintes que declaram IR.

De acordo com Haddad, o conjunto de medidas anunciadas nesta quarta-feira, incluindo a ampliação na isenção de IR, vai gerar economia de R$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

Ao longo dos últimos meses, Haddad defendeu que o objetivo é elevar os **impostos** sobre os mais ricos e usar a arrecadação extra para reduzir a tributação sobre os mais pobres e diminuir **impostos** sobre o consumo - que também tendem a impactar mais as faixas de menor renda.

Com a expectativa do anúncio pelo governo, o dólar disparou, chegando ao maior valor nominal (sem considerar a **inflação**) da história nesta quarta-feira: R$ 5,91.

Isso porque muitos agentes do mercado veem o aumento da isenção como ineficaz no controle das contas públicas.

Um estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP) mostrou que o aumento nessa faixa de isenção deve aliviar principalmente o bolso da classe média (renda entre R$ 6.764 e R$ 35.673).

Para os mais pobres, a mudança não traz tantos impactos diretos, já que esse grupo já é isento de IR. Entretanto, os autores do estudo da USP dizem que os mais pobres poderiam ser impactados se as perdas de arrecadação se refletirem no corte de gastos com programas de transferência de renda e serviços públicos.

Isso porque a ampliação da faixa de isenção reduziria a arrecadação para os cofres públicos em dezenas de bilhões de reais, embora o governo diga que haverá alguma compensação - não se sabe se na mesma medida - com o aumento na tributação de quem ganha mais de R$ 50 mil por mês.

É preciso fazer as contas para sabermos se a compensação proposta será suficiente , afirma Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Lula já prometeu a ampliação da faixa de isenção do IR em diversas ocasiões.

Em junho, o presidente escreveu na rede social X (ex-

Twitter): Eu ainda quero garantir isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil. E isso incomoda. Queremos levantar o povo brasileiro para um padrão de vida de classe média. Subir além do primeiro degrau, sem que seja derrubado cada vez que sobe um degrau. E eu acho isso plenamente possível.

Após a aprovação da primeira etapa da **reforma tributária** no Congresso , focada na estruturação de **impostos** sobre consumo, há uma segunda etapa prevista, mais direcionada para os **impostos** que impactam a renda.

A isenção já era prevista nessa segunda etapa, que pode ter mais medidas anunciadas nos próximos meses.

Nesta quarta-feira, Haddad anunciou outras iniciativas, além de exaltar a diminuição do desemprego no país e a valorização do salário mínimo, com ganho real - o que o ministro descreveu como um direito esquecido pelo governo anterior .

Ele anunciou medidas que afetarão os militares , com a instauração de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões.

Em relação ao abono salarial, o benefício será progressivamente baixado para quem ganha um salário mínimo e meio - hoje, ele vale para quem recebe até dois salários mínimos, entre outros critérios.

Site:
https://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2024/11/cdataisencao-no-ir-para-renda-ate-r-5-mil-confira-essa-e-outras-medidas-anunciadas-pelo-governo.ghtml

Isenção de IR até R$ 5 mil vai beneficiar 36 milhões de contribuintes

Pedro Araújo

Um total de 36 milhões de contribuintes ganham até R$ 5 mil e seriam beneficiados com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR), segundo cálculos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco Nacional). Esse montante representa cerca de 78,3% do universo de 46 milhões de contribuintes. O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, anunciou nesta quarta-feira (27) essa revisão no IR, que é promessa de campanha do presidente Lula (PT).

Em outubro, a Unafisco elaborou uma nota técnica para subsidiar a equipe econômica do governo com o estudo detalhado sobre o sistema de tributação de lucros e dividendos no Brasil. A proposta seria que, para bancar um aumento na isenção de contribuintes, o imposto sobre lucros e dividendos no país seja de 5%.

A proposta, porém, enfrenta resistências dentro do Congresso Nacional e por parte do empresariado, receosos de um aumento de **impostos**. Além disso, o governo tem o desafio de acomodar a ampliação da isenção do IR dentro do espaço fiscal. Isso porque qualquer renúncia de receitas precisa ser devidamente compensada. Essa compensação, portanto, seria feita por intermédio de uma taxação dos chamados "super-ricos".

As projeções da Unafisco indicam que R$ 51 bilhões retornariam para as famílias usarem no seu consumo pessoal. Essa estimativa baseia-se na projeção de distribuição de aproximadamente R$ 1,01 trilhão aos sócios no calendário de 2024 e no cálculo da defasagem da tabela do IRPF com base na **inflação** medida pelo IPCA acumulado até julho deste ano.

Mauro Silva, presidente da Unafisco, defendeu uma correção integral da tabela do IRPF, abrangendo todas as faixas de renda, a fim de não prejudicar a classe média. Nesse cenário mais amplo, cerca de R$ 211,64 bilhões retornariam às famílias para consumo, com base nas declarações a serem entregues em abril de 2025. Para compensar essa mudança mais abrangente, a alíquota efetiva sobre lucros e dividendos precisaria ser de aproximadamente 20,95%.

Ainda não há detalhes sobre a medida. Uma das dúvidas é sobre sua entrada em vigência. Parlamentares governistas avaliam que ela pode entrar no Orçamento de 2025, que ainda não contempla essa possibilidade. Mas há outras avaliações que apontam que essa possibilidade só é factível a partir de 2026, último ano do atual mandato de Lula.

Site: https://penoticias.com.br/blog/isencao-de-ir-ate-r-5-mil-vai-beneficiar-36-milhoes-de-contribuintes/

Governo federal anuncia isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil

Proposta com alívio nos salários deverá ser enviada ao Congresso em 2025 e vem em meio a um pacote de cortes de gastos, em que se inserem limitação do aumento do mínimo, mudança nas regras de aposentadoria de militares e alterações no abono salarial. Está prevista a tributação dos super-ricos Depois de uma série de reuniões ministeriais e consecutivos adiamentos nas últimas semanas, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem à noite o pacote de medidas de contenção de gastos na tentativa de sustentar o arcabouço fiscal e garantir a confiança nas contas públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também anunciou uma medida que vai na direção contrária: a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R$ 5 mil por mês - promessa de campanha de Lula.

A proposta - divulgada por Haddad em pronunciamento em rede nacional na TV e no rádio - integra a **reforma tributária** da renda e deverá ser enviada ao Congresso separadamente e só no ano que vem, mas foi anunciada junto ao pacote de cortes na tentativa de minimizar o impacto político e aplacar a resistência às medidas de ajuste fiscal - ainda que a contragosto de integrantes do Ministério da Fazenda.

- Honrando os compromissos assumidos pelo presidente Lula, com a aprovação da reforma da renda, uma parte importante da classe média, que ganha até R$ 5 mil por mês, não pagará mais IR - anunciou Haddad, sem detalhai" a medida e a partir de quando valerá.

"Sustentabilidade" Como forma de compensar a perda de receita com a ampliação da faixa de isenção da tabela do IR, o governo também anunciou taxação para os super-ricos, que ganham acima de RS 50 mil por mês.

O pacote, que será detalhado hoje, inclui, entre outras medidas, a limitação do crescimento do salário mínimo no limite de despesas do arcabouço fiscal, e propõe mudanças nas regras do abono salarial e na previdência de militares (confira quadro).

A parte do pacote com contenção de gastos deverá prever economia de R$ 70 bilhões nas contas públicas nos próximos dois anos (R$ 30 bilhões em 2025 e R$ 40 bilhões em 2026).

As medidas não envolvem corte de gastos em relação aos valores de hoje, mas representam diminuição do ritmo de crescimento dessas despesas nos próximos anos.

O ministro disse também que as ações "consolidam o compromisso deste governo com a sustentabilidade fiscal do país". E acrescentou que "para garantir os resultados que esperamos, em caso de déficit primário, ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários".

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e especialista em contas públicas, calcula que o aumento da isenção de IR até R$ 5 mil teria custo de ao menos R$ 45,8 bilhões. A isenção do IR até R$ 5 mil beneficiaria 36 milhões de contribuintes, 78,2% do total de 46 milhões, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco).

- A nova medida (de isenção do IR atéR$ 5 mil) não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados - afirmou Haddad no pronunciamento, sem detalhar a medida de tributação dos super-ricos. _

-

Expectativa de fala provoca alta do dólar

Com a expectativa de anúncio do ministro Fernando Haddad com maior isenção do Imposto de Renda (IR), o dólar disparou e chegou ontem ao maior valor nominal da história: RS 5,9124. A cotação bate o recorde anterior, registrado em maio de 2020, em meio à pan-demia, quando a moeda norte-americana atingiu R$ 5,9007.

O Ibovespa, principal índice acionário da bolsa de valores brasileira, fechou em queda de 1,73%. A leitura no mercado financeiro é que o anúncio deverá acabar se sobrepondo à divulgação das medidas de cortes de gastos e representaria renúncia de **impostos** tamanha que dificultaria o cumprimento das metas do arcabouço fiscal no futuro.

Antes do pronunciamento, Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniram ontem com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para apresentar as medidas que serão apreciadas no Congresso Nacional. _

As medidas

No anúncio, Haddad mencionou algumas iniciativas, que devem ser detalhadas hoje, em entrevista coletiva

IMPOSTO DE RENDA

Isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil. É uma promessa de campanha do presidente Lula e vista como forma de atenuar o desgaste com as outras iniciativas.

SALÁRIO MÍNIMO

Estabelece um teto para reajuste do ganho real (acima da **inflação**) em 2,5%. Com isso, altera a regra atual que atualiza o mínimo pela **inflação** do ano anterior e crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

ABONO SALARIAL

Restrição do acesso ao benefício. O abono salarial funciona como uma espécie 14° pago a quem recebe até dois salários mínimos.

BPCE BOLSA FAMÍLIA

Novo pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) - um salário mínimo mensal pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. Adoção no BPC de critérios de adesão e permanência similares aos do Bolsa Família, incluindo, por exemplo, cruzamento mensal de dados, o que hoje não ocorre.

TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

O governo prevê sobretaxar quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês. Haddad não deu detalhes de como isso será feito.

PREVIDÊNCIA DOS MILITARES

Fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, a forma como é chamada a aposentadoria do grupo.

Padronização da contribuição para o Fundo da Saúde.

O plano é igualar a contribuição dos militares da Aeronáutica e da Marinha, que hoje pagam menos, à alíquota do Exército, de 3,5% sobre o soldo.

Fim da "morte ficta", quando a pensão permanece sendo paga à família do militar expulso da corporação por mau comportamento e crimes.

Fim da transmissão da cota de pensão, quando um dependente morre e a parte dele migra para os demais, somando os 100%.

SUPERSALÁRIOS NO SERVIÇO PÚBLICO

Aceleração da tramitação do projeto de lei contra supersalários de funcionários públicos. Em trâmite no Legislativo desde 2016, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está parado no Senado desde 2021. Meta é combater os supersalários do setor público, que desrespeita a lei do teto dos salários e pressiona as despesas do governo.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241128&edicao=30579

Receita autoriza fazer ações internacionais

Da Redação

O Aeroporto Marechal Rondon, localizado em Várzea Grande, recebeu nesta quarta-feira (28) autorização para as operações internacionais. O ato de alfandegamento foi assinado pelo superintendente regional da **Receita Federal**, Antônio Henrique Lindemberg Baltazar, e deve ser publicado no Diário Oficial da União desta quintafeira (28).

Com a autorização da **Receita Federal**, o aeroporto fica a um passo de ser liberado para realizar operações internacionais de transporte de passageiros e cargas.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, agora o processo de internacionalização do aeroporto vai ser analisado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). "Obtendo a autorização, o Aeroporto Marechal Rondon passa a estar apto a realizar operações internacionais", explicou.

Site: https://www.gazetadigital.com.br

Quem ganha até R$ 5 mil vai ficar livre do IR

Eliane Proscholdt

MEDIDAS DO GOVERNO

Em pronunciamento em rede nacional ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou o pacote de corte de gastos, que inclui a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até RS 5 mil por mês. Atualmente, o limite de isenção é de R$ 2.824 (até dois salários mínimos).

A isenção do IR para quem ganha até RS 5 mil beneficiará 36 milhões de contribuintes, ou 78,2% do total

de 46 milhões, segundo simulação da Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco). O governo não divulgou esses números até o momento.

No Estado, segundo estimativa do economista Ricardo Paixão, cerca de 720 mil serão beneficiados com a isenção do IR. O pacote de corte de gastos prevê uma economia de RS 70 bilhões nos próximos dois anos. Serão R$ 30 bilhões em 2025 e R$ 40 bilhões em 2026.

A medida visa a sustentabilidade do arcabouço fiscal, que determina o déficit zero das contas públicas para o próximo ano. Paixão vê com bons olhos a isenção ampliada, mas diz que a medida, ao reduzir a arrecadação, pode desestabilizar as contas públicas, exigindo compensações que recaem em outros setores.

Considerados impopulares, os cortes vieram acompanhados de uma benesse: a isenção no IR, uma promessa de campanha de Lula, a ser contrabalançada por um aumento na taxação dos mais ricos.

"Reafirmamos nosso compromisso com as famílias brasileiras, proteger o emprego, aumentar o poder de compra e assegurar o crescimento sustentável da economia. Exatamente por isso, anunciamos hoje (ontem) também a maior reforma da renda de nossa história", disse Haddad.

"Honrando os compromissos assumidos pelo presidente Lula com a aprovação da reforma da renda, uma parte importante da classe média, que ganha até RS 5 mil por mês, não pagará mais imposto de renda", completou o ministro.

Para compensar a isenção, o governo pretende aumentar o imposto para os "super-ricos". A proposta é taxar quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês. "Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados."

Haddad não anunciou data de início da isenção, mas segundo o Portal G1 a ideia é que seja a partir de 2026. O ministro também não explicou qual formato de lei será feito para endereçar o assunto.

O governo anunciou ainda que Haddad e os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento) concederão entrevista coletiva hoje, às 8 horas, no Palácio do Planalto, para detalhar o pacote.

FERNANDO HADDAD disse que governo vai aumentar o Imposto de Renda de quem ganha mais de R$ 50 mil por mês

Dólar no maior valor da história

A informação de que o governo mexeria também na tabela do Imposto de Renda começou a circular no meio da tarde de ontem e pegou o mercado financeiro ainda aberto. A reação foi imediata.

Até então cotado na casa de R$ 5,83, o dólar disparou e rompeu a barreira de RS 5,90 em poucos minutos. Na máxima, por volta das 16 horas, chegou a R$ 5,92. Terminou o dia com alta de 1,81%, valendo R$ 5,91 - maior patamar nominal de fechamento da história do real, desconsiderando a **inflação**.

O Ibovespa, principal indicador da Bolsa, também registrou ritmo maior de perdas no período da tarde, para fecharem queda de 1,73%, aos 127,6 mil pontos. O receio de especialistas é de que o aumento da isenção comprometa o arcabouço fiscal e neutralize os efeitos do pacote de gastos.

Como forma de compensar a perda de receita com a medida, foi anunciada maior taxação sobre os mais ricos, que ganham acima de RS 50 mil por mês - o governo deve propor uma alíquota mínima sobre a soma de todas fontes de renda.

O ministro também afirmou que, quando houver déficit primário (saldo negativo nas contas), "ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários".

Já os títulos do Tesouro Direto tiveram negociações suspensas por lh30 em meio à alta volatilidade.

DÓLARES: dia tenso no mercado

ENTENDA

Tabela do IR tende a ser atualizada

Como é hoje

0 recolhimento do Imposto de Renda atualmente é feito por faixas. Hoje. até R$ 2.259.20 do salário de todos não é tributado. Desse valor até R$ 2.826.65. cobra-se 7.5%.

A escadinha segue até que ganhos acima de R$ 4.664.68. que recolhem alíquota de 27.5%. Além disso, há deduções que fazem a alíquota efetivamente cobrada variar.

Essa fórmula de cobrança de imposto impede que simplesmente se aumente a faixa de isenção, pois seria preciso reajustar todas as faixas.

Dois salários mínimos

Para isentar quem ganha até dois salários mínimos, o governo criou um modelo com desconto simplificado automático para fazer quem recebe até dois salários mínimos (este ano, R$ 2.824), não pague imposto, mas não isente essa parcela do salário de quem ganha mais do que isso.

Esses números, a faixa de isenção e o desconto precisam ser atualizados todos os anos. quando o salário mínimo é reajustado.

Como fica

0 MINISTRO DA FAZENDA, Fernando Haddad, anunciou ontem a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R$ 5 mil por mês. Os detalhes serão anunciados hoje em entrevista coletiva.

MEDIDAS DO GOVERNO

Abono salarial restrito e nova regra para militares

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou novas regras para o abono salarial (PIS/Pasep), restringindo o acesso ao benefício. A medida faz parte do pacote de corte de gastos em gestão há semanas pelo Ministério da Fazenda.

O abono salarial funciona como uma espécie de 14° pago a quem recebe até dois salários mínimos (R$ 2.824). Ele passará a ser pago para quem ganha até R$ 2.640.

"Para atender às famílias que mais precisam, o abono salarial será assegurado a quem ganha até R$ 2.640. Esse valor será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio", disse Haddad.

(O governo confirmou a proposta de fazer quatro medidas na previdência dos militares como parte do pacote fiscal. Elas terão impacto de R$ 2 bilhões por ano, segundo Haddad. "Para as aposentadorias militares, vamos promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões, além de outros ajustes. São mudanças justas e necessárias."

Uma das medidas prevê a fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, como é chamada a aposentadoria do grupo. Haverá regras de transição.

Além disso, com o aumento do tempo de serviço para 35 anos, que ocorreu na reforma de 2019, quem ingressa na carreira aos 20 anos, por exemplo, só vai poder pedir reserva aos 55 anos.

Outra medida que será anunciada será o acabar com a chamada "morte ficta", quando um militar é expulso da corporação por mau comportamento e crimes. Atualmente, nesse caso os familiares dele têm direito a uma pensão, paga pelos militares. O pacote irá prever que a família seja atendida com auxílio-reclusão, pago pelo **INSS** para familiares de presos. Hoje, essa regra custa RS 25 milhões às Forças.

A quarta medida será o Fim da transmissão da cota de pensão, quando um dependente morre e a parte dele migra para os demais, somando os 100%. A preocupação da cúpula das Forças Armadas é não mexer em direitos adquiridos.

A pensão vitalícia de filhas para quem já estava na carreira em 2000 e optou por pagar um adicional será mantida. O benefício deixou de existir para militares que ingressaram a partir de 2001.

O QUE ELE DISSE

"Não há mudança no seguro-desemprego. Fui envolvido, participei de todo o debate. Amanhã [Hoje]

serão anunciados os detalhes. É diferente do que estava sendo anunciado até então"

Luiz Marinho, ministro que desistiu de se demitir

LULA se reuniu com líderes do Congresso para definir rumo até aprovação

SAIBA MAIS

Limite no ganho real do salário mínimo

Salário mínimo

ENTRE AS MEDIDAS anunciadas pelo ministro Fernando Haddad. está a que o valor do salário mínimo continuará subindo acima da **inflação**, mas dentro das regras do arcabouço fiscal, ou seja. com um limite de até 2.5% ao ano (acima dos índices inflacionários).

HOJE. NÃO HÁ UM LIMITE. 0 mínimo é reajustado pela **inflação** do ano anterior e pelo **PIB** de dois anos antes.

DESSA FORMA, a medida limita do ritmo de crescimento sempre que o **PIB** subir acima de 2.5% dois anos antes.

Taxação dos ricos

SEGUNDO HADDAD. o governo federal propõe sobretaxar quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês que. segundo ele. "pagará um pouco

mais".

0 GOVERNO FEDERAL vai propor uma alíquota mínima de até 10% no imposto de renda para quem ganha mais de R$ 50 mil por mês. o equivalente a R$ 600 mil por ano.

Abono salarial

OUTRA MUDANÇA ANUNCIADA é a redução do limite de renda de quem tem direito ao abono salarial de R$ 2.824 (dois salários mínimos) para R$2.640.

ESSE VALOR será corrigido anualmente pela **inflação**, até chegar a 1.5 salário mínimo, quando passará a ficar estável.

Aposentadoria de militares

0 PACOTE DE CONTENÇÃO de gastos pode fixar idade mínima de 55 anos para que o militar passe à reserva remunerada.

HOJE 0 ÚNICO critério para isso é o tempo de serviço de pelo menos 35 anos. sem exigência de idade mínima.

TAMBÉM ESTÁ em estudo cobrar contribuição de 3.5% para o fundo de saúde dos militares.

Supersalários de servidores

SEGUNDO 0 MINISTRO Haddad. outra medida visa garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional - atualmente em R$ 44.008.52 por mês.

HOJE. alguns benefícios ficam fora desse teto. permitindo que os servidores ganhem mais do que isso.

Emendas parlamentares

NO PACOTE fica estabelecido que o valor global das emendas parlamentares não poderá crescer mais do que 2.5% acima da **inflação** (limite do arcabouço fiscal), e que 50% das emendas das comissões passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública.

Novos benefícios fiscais

PELAS MEDIDAS ANUNCIADAS, novos benefícios fiscais, como reduções de **impostos** ou isenções, serão proibidas sempre que as contas públicas apresentarem resultado negativo (déficit primário).

Sugestão para a tabela do Imposto de Renda

A NOVA TABELA do imposto de renda ainda não foi divulgada, mas a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) fez uma projeção de como deveria ficar:

ODAIR CUNHA: reforma da renda

Votação só a partir de 2025

O líder do PT na Câmara, Odair Cunha (PT-MG), afirmou na noite de ontem que o projeto de reforma do imposto de renda será encaminhado ao Congresso neste ano, mas sua apreciação vai se dar apenas ao longo de 2025.

A fala do deputado aconteceu logo após reunião no Planalto dos líderes da Câmara com o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad. O encontro se deu para o chefe da equipe econômica apresentar a explicar as medidas do pacote de corte de gastos.

Entre especialistas, alguns afirmam ter dúvidas sobre a capacidade do governo de cumprir a economia de

R$ 70 bilhões. Alexandre Espírito Santo, economista, diz que as expectativas do mercado foram desidratadas. Segundo ele, a potência fiscal do pacote parece menor do que o esperado.

Fonte: Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Unafisco e pesquisa A Tribuna

Haddad anuncia isenção de ir para quem ganha até r$ 5 mil e taxação dos mais ricos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), anunciou ontem (27) a isenção, a partir de 2026, de imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês. A isenção deve beneficiar 36 milhões de contribuintes, que corresponde a 78,2% do total de 46 milhões que declaram Imposto de Renda todos os anos, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco).

Atualmente, estão isentos os contribuintes que ganham até R$ 2.259,20 por mês. As medidas dependem de aprovação pelo Congresso Nacional.

COMPENSAÇÃO - Haddad anunciou que quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará mais imposto como forma de compensação para o aumento das despesas com a ampliação da isenção - estimado entre R$ 35 bilhões a R$ 50 bilhões por ano.

Foi o jeito encontrado de a reforma ser neutra do ponto de vista fiscal. Ele destacou que a isenção de imposto é a maior reforma de renda da história e vai beneficiar uma parte da classe média. "A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados", disse o ministro na TV.

OUTRAS MEDIDAS - Dentre as medidas anunciadas estão uma regra nova para limitar o crescimento anual do salário mínimo, uma intenção de combater os supersalários no funcionalismo público e uma maior restrição ao abono salarial - uma espécie de 14º salário para trabalhadores pobres.

Site: https://www.jornalmeio.com/jornais/20241128

Entenda as medidas que fazem parte do pacote

SÉRGIO ROXO, GERALDA DOCA THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA. VICTORIA ABEL E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

APÓS LONGA GESTAÇÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi à TV antecipar as medidas de corte de gastos. Em sete minutos, falou em limitar emendas, "corrigir" super-salários e fazer "mudanças justas" para militares. O ministro evitou entrar em detalhes em uma série de ações que vem sendo discutida há semanas. Os detalhes serão divulgados hoje em entrevista à imprensa. Veja o que já se sabe:

1 Salário mínimo

O governo vai mudar mais uma vez a regra do reajuste do salário mínimo. O objetivo agora é adequá-la ao arcabouço fiscal. A valorização real do piso será limitada ao intervalo de 0,6% a 2,5% ao ano, assim como o teto de gastos do arcabouço - esse detalhamento não foi feito por Haddad no pronunciamento na TV. Essa é uma das principais medidas do pacote de contenção de despesas uma vez que o mínimo é referência para diversos benefícios, como a aposentadoria, o abono salarial e seguro-desemprego. O salário é corrigido pela **inflação** mais a variação do **PIB** de dois anos antes. Para 2025, o percentual do **PIB** considerado seria de 2,9%, crescimento do ano de 2023. Já o limite de gastos do arcabouço será 2,5%. A nova política pode fazer com que o piso fique em R$ 1.515 em 2025, uma redução de R$ 6 em relação ao que seria estabelecido com a atual regra.

2 Imposto de Renda

Haddad confirmou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil, promessa de campanha de Lula em 2022. Hoje, estão isentos contribuintes que ganham até R$ 2.259,20 por mês. Essa medida tem impacto de R$ 35 bilhões.

3 Aumento de imposto

Para compensar a ampliação da isenção do Imposto de Renda, o governo vai propor que quem recebe mais de R$ 50 mil por mês pague mais **impostos**. Será, na prática, uma alíquota efetiva mínima de 10% de IR para pessoas com rendimentos acima de R$ 50 mil. Para quem ganha mais de R$ 50 mil apenas como CLT, em tese, nada muda, pois a tributação será maior do que os 10% considerados como parâmetro.

4 Abono salarial

Haddad anunciou que o abono salarial (o abono do PIS/Pasep) passará inicialmente a ser pago para quem ganha até R$ 2.640. O benefício funciona como uma espécie 14- pago hoje a quem recebe até dois salários mínimos (R$ 2.824). Segundo Haddad, o valor de até R$ 2.640 será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tomará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio. O prazo em que esses números serão alcançados não foram informados. As regras não mudam para quem está no mercado de trabalho este ano porque o calendário de pagamento é feito no ano seguinte. Cada mês trabalhado equivale a 1/12 de salário mínimo no valor do benefício, sendo que o período igual ou superior a 15 dias contará como mês integral. A medida demandará uma proposta para mudar a Constituição.

5 Militares

O governo Lula confirmou a proposta de fazer medidas na previdência dos militares como parte do pacote fiscal. Uma das ações prevê a fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, a forma como é chamada a aposentadoria do grupo. Também faz parte do pacote a padronização da contribuição para o Fundo da Saúde. O plano é igualar a contribuição dos militares da Aeronáutica e da Marinha, que hoje pagam menos, à alíquota do Exército, de 3,5% sobre o soldo. Outra medida será acabar com a chamada "morte ficta", quando um militar é expulso da corporação por mau comportamento e crimes. Atualmente, nesse caso os familiares dele têm direito a uma pensão, paga pelos militares. O pacote prevê que a família seja atendida com auxílio-reclusão, pago pelo **INSS** para familiares de presos. A quarta medida será o fim da transmissão da cota de pensão, quando um dependente morre e a parte dele migra para os demais, somando os 100%.

6 Novo pente-fino

O pacote também conta com um novo pente-fino no

Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) -um salário mínimo mensal pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. No anúncio na TV, o ministro não especificou programas, mas falou em "aperfeiçoar mecanismos de controle". No BPC, o governo vai propor novas regras de acesso e manutenção dos beneficiários. Será exigida prova de vida anual, como para os aposentados, além de biometria e reconhecimento facial para a concessão do benefício. No Bolsa Família, o alvo é o combate a irregularidades nos pagamentos para beneficiários que declaram que moram sozinhos, os chamados unipessoais.

7 Emendas

O governo vai propor que 50% das emendas de comissão sejam destinadas à saúde pública. Em 2025, estão previstos R$ 11,5 bilhões para essas emendas, ou seja, a destinação para saúde seria de R$ 5,75 bilhões. Além disso, Haddad disse que as o montante global de emendas passarão a crescer abaixo das "regras fiscais", alinhado à nova lei sobre as verbas parlamentares sancionada esta semana por Lula. A partir de 2026, o limite para as emendas individuais e de bancadas estaduais deve seguir as regras do arcabouço fiscal, com alta real entra 0,6% e 2,5%. Mas as emendas de comissão serão corrigidas apenas pela **inflação** de 2026 em diante.

8 Isenções fiscais

O pacote inclui uma medida arrecadatória, para combater o volume de renúncias fiscais. Está previsto a proibição de criação, prorrogação ou ampliação de benefícios fiscais em caso de resultado deficitário, ou seja, quando as despesas superam as receitas. Desde o início do governo, Haddad está em uma batalha contra os incentivos, que somaram R$ 519 bilhões em 2023, mas enfrenta resistências no Congresso. A vedação já havia sido sugerida pelo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo, no relatório sobre as contas do governo em 2023.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Nova reforma da previdência entra no debate do setor

Adriana Cotias De São Paulo

O Brasil vai precisar de uma nova reforma do sistema público de previdência para lidar com a aceleração do envelhecimento da população. Segundo Edson Franco, presidente da Fenaprevi, este tema deve voltar com força já em 2025, no contexto de desenquadramento fiscal e da necessidade do governo de conter gastos diante do peso da **previdência social** nos gastos públicos.

"Não sei quando virá, mas a discussão em torno da necessidade de uma reestruturação, de uma nova reforma, para reenquadramento das contas públicas, é fundamental desde já", comentou Franco durante evento da entidade.

Presente ao encontro, Vinícius Brandi, subsecretário de reformas microeconômicas e regulação financeira do Ministério da Fazenda, comentou que este tema é cada vez mais tangível dada a mudança da expectativa de vida da população. "A gente olhava para as economias mais maduras com um perfil demográfico envelhecido. O Brasil era muito jovem, esperava-se o bônus demográfico, mas esse bônus demográfico passou, os indicadores já estão presentes, jogando na nossa cara essa realidade." A redução do "gap" entre pessoas que contribuem para a previdência pública e aquelas com idade de se aposentar já se manifesta nos números atuais e é ainda mais preocupante quando se olha para as projeções adiante. "Não tem como não haver esse debate", disse Brandi.

Para ele, a discussão não se limita ao desenho da previdência e envolve esforço de toda a sociedade. "A previdência é um grande contrato social entre gerações. Até que ponto estou disposto a abrir mão do meu consumo presente para proporcionar renda para uma faixa da população que não tem mais capacidade de trabalho?" Cuidados à saúde, condições para que as pessoas fiquem mais tempo na ativa, educação e qualificação são aspectos relacionados. Ele acrescentou ainda que, num país de renda média como o Brasil, o tema envolve a questão distribu-tiva, de como gerar riqueza e inclusão no mercado formal. A educação financeira é a ferramenta que alinhava tudo, continuou. Falta ao brasileiro o entendimento do poder dos juros compostos.

Para Franco, o olhar para uma nova reforma tem que ser multifatorial. Não se trata só de incrementar a poupança ou aumentara idade mínima. A proposta da entidade, formulada com apoio do professor Hélio Zylberstajn, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), e já defendida durante as discussões da reforma no governo do presidente Michel **Temer** - aprovada na gestão do ex-pre-idente Jair Bolsonaro, em 2019 -, se baseia em quatro pilares.

O primeiro refere-se à renda básica social; o segundo é o modelo "Necessidade de discussão para reenquadramento das contas públicas é fundamental desde já" Edson Franco distributivo do **INSS**, como é hoje, só que com um teto mais baixo. O terceiro é o investimento manda-tório pelo regime de capitalização, enquanto o último seria a contribuição voluntária para aumentar a renda da aposentadoria.

Dyogo Oliveira, ex-ministro do Planejamento e atual presidente da CNSeg, lembrou que a proposta de capitalização na previdência foi uma derrota do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, tirada do texto nos últimos minutos. "Não é problema o Estado brasileiro ter um déficit de R$ 50 ou R$ 100 bilhões, o problema é para onde está indo esse dinheiro." Ele citou que só com recursos distribuídos via pensões, abortos, Loas e outros benefícios, a conta já beira R$ 1,5 trilhão. "O que sobra para investir em infraestrutura, tecnologia e educação é 10% do orçamento", disse. O país gasta mais em relação ao **PIB** do que a Europa, uma economia mais rica e mais velha.

"A gente tem que refundar a previdência, o conceito de repartição está ultrapassado. Quando se pensa na longevidade, não fecha a conta, nunca vai repor a base." Para Oliveira, há grande espaço para expandira previdência complementa. "O modelo [público] está fadado ao fracasso, está sugando a energia do país para distribuir cheques à população." Brandi disse que na **previdência complementar** o desafio é construir uma regulação suficientemente flexível, com incentivos corretos para que não haja entraves de custos. O fomento ao mercado de anuidades, em que de fato as pessoas convertam a poupança acumulada em renda, é uma das oportunidades.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053

Auxílio-reclusão: direito ou privilégio? (Artigo)

Valéria Lima

O Auxílio-Reclusão é um benefício previdenciário que desperta, debates acalorados e, muitas vezes, mal-entendidos. Por falta de informações claras, ele é erroneamente visto como um 'prêmio ao crime'. No entanto, é fundamental esclarecer: o AuxílioReclusão não é pago ao preso, mas sim aos seus dependentes pessoas que, na maioria dos casos, já enfrentam dificuldades econômicas e sociais agravadas pela ausência do provedor familiar.

Para que o benefício seja concedido, é necessário cumprir uma série de requisitos rigorosos. Primeiramente, apenas os dependentes como beneficiários, filhos menores de 21 anos e, em algumas situações, pais que comprovem dependência econômica têm direito ao benefício. Além disso, uma pessoa presa precisa ter contribuído ao **INSS** por pelo menos 24 meses e seus últimos pagamentos antes da prisão não pode ter ultrapassado R$ 1.819,26, conforme a Portaria Interministerial vigente.

Outro ponto importante é que, caso o preso receba outras rendas, como salário, benefícios previdenciários ou pensão, o Auxílio-Reclusão não será concedido aos dependentes. Para manter o benefício, é necessário que os familiares apresentem periodicamente uma certidão comprovando o efetivo recolhimento e permanência do segurado no sistema prisional.

Essas regras tornam o Auxílio-Reclusão extremamente restritivo, desmistificando a ideia de que 'qualquer preso' ou 'todo bandido' teria acesso ao benefício. Na prática, ele funciona como uma medida de amparo social destinada a proteger filhos menores e beneficiários que dependiam financeiramente do seguro antes de sua prisão.

Sob um olhar humanitário, o Auxílio-Reclusão é um reflexo do princípio constitucional da intranscendência da pena, garantido no artigo 5º, inciso XLV, da Constituição Federal. Este princípio garante que nenhuma proteção ultrapasse a pessoa do condenado. Em outras palavras, os dependentes não podem ser penalizados pelos atos que foram presos.

No entanto, o Auxílio-Reclusão enfrentou uma forte resistência social. A sociedade, em geral, tem uma visão punitiva sobre o crime, desejando que o condenado, e até mesmo aqueles ao seu redor, paguem por seus atos. Isso não reflete nenhum senso comum, que muitas vezes reclama por punições mais severas e critica qualquer benefício que envolva presos.

Existe um horror social pelo erro e pelo crime!

Mesmo Jesus Cristo tendo nos esclarecido que a "vontade de Deus, seu Pai e nosso Pai "é a extinção do pecado e não do pecador".

É importante lembrar que o AuxílioReclusão não é um "privilégio", mas uma medida de justiça social destinada a proteger aqueles que não têm qualquer responsabilidade pelos atos do segurado.

Em uma sociedade que preza pelos direitos humanos e pela justiça, o Auxílio-Reclusão cumpre um papel fundamental para garantir que famílias vulneráveis não sejam punidas por crimes que não cometeram. Ele não é, nem deve ser, um incentivo ao crime, mas sim um amparo às pessoas inocentes que dependem do seguro.

Valéria Lima é advogada, coach, terapeuta e empresária.

Instagram: @ valeriasoldalima

Site: https://www.gazetadigital.com.br

Pacote de cortes propõe isenção de IR a quem ganha até R$ 5 mil

Após uma série de reuniões ministeriais e consecutivos adiamentos nas últimas semanas, o governo anunciou na noite de ontem um pacote de medidas para contenção de gastos, na tentativa de dar sobrevida ao arcabouço fiscal e retomar a confiança nas contas públicas.

Mas, com o pacote, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad anunciou também medida que vai na direção contrária: a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil por mês, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula Silva.

Divulgada por Haddad em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, a proposta integra a **reforma tributária** da renda e será enviada ao Congresso só no ano que vem, mas foi anunciada com o pacote na tentativa de minimizar o impacto político e aplacar a resistência às medidas de ajuste fiscal - ainda que a contragosto da Fazenda. Segundo Haddad, as propostas "reafirmam nosso compromisso com um Brasil mais justo e eficiente".

A informação de que o governo mexeria também na tabela do IR começou a circular no meio da tarde e pegou o mercado financeiro ainda aberto. A reação foi imediata. Até então cotado na casa de R$ 5,83, o dólar disparou e rompeu a barreira de R$ 5,90 em poucos minutos.

Na máxima da sessão, por volta das 16h, chegou a R$ 5,92.

Terminou o dia com alta de 1,81%, valendo R$ 5,91 - maior patamar nominal de fechamento da história do real.

O Ibovespa, principal indicador da Bolsa, também registrou ritmo maior de perdas no período da tarde, para fechar em queda de 1,73%, aos 127,6 mil pontos. O receio de especialistas é de que o aumento da isenção comprometa o arcabouço fiscal e neutralize os efeitos do pacote de gastos (mais informações na pág. B3).

Como forma de compensar a perda de receita com a medida, o governo anunciou maior taxação sobre os mais ricos, que ganham acima de R$ 50 mil por mês - o governo deve propor uma alíquota mínima sobre a soma de todas as fontes de renda. O ministro também afirmou que, quando houver déficit primário (saldo negativo nas contas), "ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários".

A equipe econômica prevê poupar R$ 70 bilhões com o ajuste fiscal até o fim do mandato de Lula - sendo R$ 30 bilhões, em 2025, e R$ 40 bilhões em 2026. As medidas não envolvem corte de gastos em relação aos valores de hoje, mas representam diminuição do ritmo de crescimento dessas despesas nos próximos anos.

O pacote, que será detalhado hoje pela equipe econômica, inclui, entre outras medidas, a limitação do crescimento do salário mínimo ao teto de despesas do arcabouço fiscal e propõe mudanças nas regras do abono salarial e na previdência de militares.

Ao longo do mês de novembro, o presidente Lula realizou uma série de reuniões com ministros e técnicos para fechar as medidas. Além de Haddad, Lula se encontrou com Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho), Camilo Santana (Educação), Carlos Lupi (**Previdência Social**) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social), entre outros ministros.

O objetivo das reuniões, de acordo a própria Fazenda, era que as outras pastas também pudessem "opinar e contribuir" no pacote de cortes. Alguns ministros, entretanto, se manifestaram publicamente contra as mudanças, expondo o racha dentro do governo a respeito das medidas de ajuste fiscal que atingissem benefícios sociais.

Uma estratégia do governo diante desse cenário foi que as medidas também atingissem o "andar de cima", a fim de mitigar as resistências. A pedido de Lula, a pasta da Defesa foi incluída no pacote, com mudanças na previdência dos militares.

Site:
https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=936

Primeira parcela do décimo terceiro salário cai antes da Black Friday 2024? Entenda

Muitos consumidores se preparam para as promoções da Black Friday 2024 , que acontece nesta sexta-feira. E, como a primeira parcela do 13º salário precisa ser paga até o dia 30, data que neste ano cai num sábado, muitos trabalhadores esperavam poder contar com esse dinheirinho a mais na hora de ir às compras - afinal, as promoções muitas vezes se estendem para além da sexta-feira.

Mas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) explica que, em alguns casos, o valor do 13ª pode cair na conta só na segunda-feira, depois da megapromoção anual do varejo.

O décimo terceiro salário é um direito garantido por lei para pessoas com carteira assinada, aposentados e pensionistas do **INSS** . O calendário oficial do pagamento prevê que a primeira parcela caia na conta do trabalhador até o dia 30 de novembro , este sábado. A segunda parcela deve cair até o dia 20 de dezembro .

A Febraban explica que, como o prazo limite para o pagamento da primeira parcela do benefício deste ano cai em um sábado, os pagamentos realizados neste dia estarão disponíveis para saque somente na segunda-feira, dia 2 de dezembro .

- Se o empregador enviar TED ou Arquivo de remessa de pagamento bancário no dia 30, que neste ano cai em um sábado, a compensação bancária ocorrerá no primeiro dia útil subsequente, ou seja, segunda-feira. Já se o crédito for feito por PIX, entrará na conta no mesmo dia - explicou a associação.

Mas ainda há luz no fim do túnel. Se o pagamento chegar na segunda-feira, os consumidores que não conseguiram aproveitar o 13º na sexta-feira da Black Friday não precisarão esperar até o próximo ano. Na segunda-feira, a tradicional Cyber Monday - que apesar do nome "cyber", não se restringe a produtos eletrônicos - promete ainda algumas promoções.

Quem recebe o 13º salário?

Pode receber o pagamento todos os trabalhadores com contrato formal de trabalho, sejam eles da iniciativa privada ou do setor público. Aposentados e pensionistas do **INSS** também recebem o benefício. Agora, trabalhadores temporários, estagiários e autônomos não têm direito.

A lei determina que funcionários contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) devem ter vínculo com a empresa por pelo menos 15 dias para receber o 13º salário. Colaboradores que encerraram o contrato antes de dezembro, exceto por justa causa, também têm direito ao 13º salário proporcional ao tempo trabalhado, que deve ser pago junto com a rescisão.

Quanto vou receber de décimo terceiro?

Além da data do pagamento, há ainda dúvidas sobre como calcular o benefício, especialmente porque ele é dividido em duas parcelas, e o valor é proporcional aos meses trabalhados no ano. Além disso, leva em conta as horas extras e adiantamentos.

O GLOBO preparou uma calculadora para que o trabalhador saiba quanto vai receber de décimo terceiro. Caso não esteja visualizando a ferramenta, clique aqui.

O que fazer se não receber o 13º salário?

Se a empresa não pagar o 13º no prazo correto o colaborador pode buscar os canais competentes e fazer uma denúncia trabalhista em decorrência desse atraso.

- Ainda é possível entrar com uma ação judicial (reclamação trabalhista), e cobrar danos materiais e morais por conta desse atraso. É importante que o empregado guarde as provas dos prejuízos sofridos em decorrência do atraso no pagamento - explica a advogada trabalhista Julia Nogueira.

Como funcionam os descontos da segunda parcela do 13º?

Na primeira parcela, não há descontos, portanto, o trabalhador recebe 50% do seu salário atual. Na segunda parcela da gratificação, no entanto, são aplicados descontos de imposto de renda e **INSS**.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/primeira-parcela-do-decimo-terceiro-salario-cai-antes-da-black-friday-2024-entenda.ghtml

Para mercado, pacote não deve ser suficiente para alcançar superávit fiscal

I CAROLINA ARAGAKI e MATEUS FAGUNDES

O anúncio das medidas de contenção de gastos, ontem à noite, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trouxe muitas dúvidas ao mercado e, apesar da falta de detalhamento, a sensação entre os analistas é de que o pacote não será suficiente para assegurar o resultado primário do arcabouço fiscal.

"O corte de despesas mostra a dificuldade política do governo em enfrentar a necessidade de revisão mais ampla dos gastos, incluindo programas sociais que tiveram crescimento acelerado e pro-cíclicos nos últimos dois anos", disse a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória, que considera as medidas insuficientes para zerar o déficit primário, estimado por ela em R$ 110 bilhões em 2025.

Há, contudo, medidas que vão na direção correta, como a revisão do abono salarial, a limitação do reajuste do salário mínimo e o uso de emendas para cumprir o piso de gastos da Saúde (mais informações nesta página). "Por outro lado, o anúncio da isenção de IR traz mais incerteza para a trajetória fiscal em 2026, e indica que o governo deve ter nova expansão fiscal no próximo ano eleitoral", afirmou ela.

Na visão do economistachefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi, o aumento da tributação para quem tem renda mensal superior a R$ 50 mil deve ser insuficiente para compensar a ampliação da isenção do IR até a faixa de R$ 5 mil. "Acho bem complicado, não me parece muito provável." O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, tem a mesma dúvida e diz que o "principal desafio será exatamente encontrar uma compensação financeira, como exige a legislação". "No fim das contas, a economia prevista para 2025 e 2026 é relativamente factível, mas, segundo nossos cálculos, insuficiente para a convergência da meta de resultado primário do arcabouço fiscal. Vale lembrar que nos referimos ao resultado primário "do arcabouço" devido às exceções e ajustes nos cálculos tradicionais de resultado primário", diz Sanchez.

ESFORÇO LEGISLATIVO. Para ele, a ausência de discriminação da contenção por ano no pronunciamento público do ministro sobre o pacote de gastos causa estranheza e sugere que o pacote pode ter pouco impacto imediato.

Mas avalia que, como a alteração no salário mínimo precisará ser incorporada ao Orçamento, que deve ser aprovado até o fim do ano, a medida não deverá enfrentar grandes obstáculos para entrar em vigor ainda este ano.

Já as mudanças no abono salarial vão exigir a alteração da Lei n.º 7.998/90. "Essa mudança demandará maior esforço legislativo, que, frente aos problemas com as emendas parlamentares, pode sofrer alguma resistência." Outro aspecto relevante, segundo Sanchez, é a perspectiva de que nos próximos anos o abono será pago apenas a quem recebe até um salário mínimo e meio por mês. Para 2025, o novo teto proposto equivale a 1,87 vez o salário mínimo. "O ministro também destacou a necessidade de combater fraudes na concessão de benefícios sociais, como o Bolsa Família e o BPC. Essa medida, por sua vez, não exige aprovação legislativa significativa, mas também não gera maiores esperanças fiscais", pondera.

Como ponto positivo, ele cita a proibição de ampliação ou prorrogação de benefícios tributários em caso de déficit primário.

"Não se trata de algo estrategicamente preciso, mas adiciona alguns gatilhos interessantes às regras fiscais. Resta saber qual será a abrangência dessa limitação que, potencialmente, precisará de um projeto de lei complementar (PLP) para se sobrepor aos benefícios tributários atuais." MERCADO TENSO. Nicolas Borsoi, da Nova Futura Investimentos, avalia que a economia total será menor do que a esperada.

Para ele, por causa da questão do IR e das dúvidas quanto à redução efetiva de gastos propiciada pelo pacote, o mercado deve permanecer tenso nos próximos dias. "Se muita gente foi posicionada para amanhã (hoje), apostando principalmente em um recuo do governo na questão da isenção do IR, as taxas de juros tendem a seguir pressionadas, sim." A expectativa é de que a coletiva de imprensa sobre o pacote, na manhã de hoje, traga mais detalhes sobre a estrutura de cortes e sua implementação.

Gatilho Veto à ampliação ou prorrogação de benefícios tributários em caso de déficit é visto como avanço

Enxugamento !

Alterações incluem ainda BPC, mínimo e militares

l Salário mínimo O pacote inclui mudanças na regra de reajuste do salário mínimo. Em vez de corrigir o benefício pela **inflação** e pelo aumento do **PIB** de dois anos anteriores, o mínimo seguirá os limites do arcabouço fiscal, com crescimento de no máximo 2,5% e, no mínimo, 0,6% ao ano acima da **inflação**

l Abono salarial Na PEC, estarão incluídas medidas para o abono salarial, que será corrigido apenas pela **inflação**, não mais pelas regras de indexação do salário mínimo. Hoje, o abono funciona como um 14.º salário e é pago para quem recebe até dois salários mínimos - entra no cálculo o número de meses trabalhados no ano e o benefício é limitado ao valor de um salário mínimo

l Militares O pacote também atinge as Forças Armadas, com a criação da idade mínima de 55 anos para a reserva remunerada de militares, com período de transição. Atualmente, o critério para aposentadoria é pelo tempo de serviço - ao menos 35 anos. O governo também propõe o fim da chamada morte ficta (ou fictícia) - quando militares expulsos das Forças por crimes ou mau comportamento têm garantido, às suas famílias, o direito a receber pensão. Agora, a família do militar passará a ter direito a auxílio-reclusão, tal como previsto na Lei 8.112/90, para os **servidores públicos**.

l Fundeb No caso do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), haverá obrigatoriedade de que 25% do fundo seja usado para escola em tempo integral, melhorando a composição do gasto

l Supersalários O governo planeja acabar com os supersalários no setor público. A proposta é limitar os pagamentos que ultrapassam o teto constitucional, hoje de R$ 44 mil mensais - o equivalente à remuneração do ministro do Supremo Tribunal Federal. A medida atinge remunerações de todo o setor público, principalmente do Judiciário e do Ministério Público, que contam com uma série de "penduricalhos" nos salários

l BPC Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, além da implementação do uso de biometria para impedir fraudes, o governo pretende coibir as decisões judiciais que têm feito disparar as concessões.

Nos últimos três anos, decisões de tribunais triplicaram os benefícios para pessoas com deficiência, que saltaram de 48,4 mil em 2021 para 155,8 mil em 2024.

l Bolsa Família Haverá também medidas de pente-fino, com adoção de biometria

l Benefícios tributários O governo também quer proibir a "criação, ampliação ou prorrogação" de benefícios tributários caso o País registre déficit primário (saldo negativo) nas contas públicas

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

A redução de jornada no setor público (Artigo)

José Pastore e Hélio Rocha São, respectivamente, professor da FEA-USP e membro da Academia Paulista de Letras. É presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP; e ex-diretor jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Sem diminuir os salários, a PEC da deputada Erika Hilton (PSOLSP) altera o artigo 7.º, XIII da Constituição para reduzir a extensão do trabalho de 44 para 36 horas e de 6 para 4 dias por semana. O descanso semanal de um dia passará para três, o que exige a alteração do Inciso XV do mesmo artigo.

Isso significa que será ilícito cumprir as 36 horas ao longo de cinco ou seis dias e conceder um descanso menor do que três dias por semana.

São mudanças de enorme impacto econômico. A redução das horas elevará o custo do fator trabalho em, no mínimo, 18%; e a redução dos dias, em 33%. São aumentos estratosféricos.

Já se alertou muito sobre a possibilidade de quebra de empresas, geração de desemprego e aumento da informalidade.

Mas pouco se disse sobre o aumento expressivo das despesas dos governos, pois o art. 39, § 3.º da Constituição estende aos **servidores públicos** civis os mesmos limites de tempo de trabalho estabelecidos no art. 7.º, XIII, para os trabalhadores em geral.

Não é difícil imaginar os enormes problemas que adviriam se os **servidores públicos** passassem a trabalhar apenas quatro dias por semana para prestar os serviços judiciais, previdenciários, escolares, hospitalares, policiais, etc. A qualidade desses serviços cairia drasticamente. Ademais, eles têm de ser prestados todos os dias em decorrência de previsões normativas. Ou seja, a União, Estados e municípios terão de contratar mais pessoal, o que representa aumento das despesas permanentes e de alto custo, quando o setor público está sendo obrigado a cortar gastos para recompor o equilíbrio fiscal. É claro que isso é inviável.

Isso mostra que a imposição do limite de quatro dias por semana é tão relevante quanto a redução para 36 horas. E as duas medidas combinadas são explosivas.

Por mais procedentes que sejam os argumentos em favor de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, há que pensar na viabilidade de uma mudança tão profunda e tão abrupta como essa, e, ademais, descolada de um necessário aumento de produtividade.

Os países avançados que reduziram o tempo de trabalho o fizeram por negociação e pari passu com aumentos da produtividade.

Pelo caráter populista de tais mudanças, os parlamentares estão sendo pressionados via redes sociais. Não é correto.

Eles precisam dispor de todas as informações sobre a mesa para bem avaliar os reflexos dessa PEC.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Surpresa no pacote

SÉRGIO ROXO, THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA, BERNARDO LIMA, VICTORIA ABEL, KAROLIN1 BANDEIRA E MANOEL VENTURA emailOoglobo.com.br BRASÍLIA (Colaboraram Lauriberto Pompeo e Vinicius Neder)

APÓS LONGA GESTAÇÃO

Após um mês de intensas discussões dentro do governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convocou ontem rede nacional de rádio e televisão e anunciou as medidas de cortes de gastos em um pronunciamento de sete minutos. Sem dar detalhes em muitas ações, ele afirmou que o pacote consolida o compromisso da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a "sustentabilidade fiscal do país" e que o objetivo é economizar R$ 70 bilhões até 2026, quando termina a atual gestão.

Por decisão de Lula, porém, o governo incluiu no pacote a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil por ano, como antecipou O GLOBO, e aumento de **tributos** para quem ganha acima de R$ 50 mil mensais. A surpresa com a medida azedou o humor do mercado, e o dólar fechou na maior cotação nominal desde o Plano Real.

Nas primeiras análises após o anúncio do pacote, economistas avaliaram que o impacto nas contas do governo poderá ficar aquém do necessário para um ajuste de longo prazo. Além disso, causou preocupação o fato de que foram incluídas mudanças no Imposto de Renda.

Haddad disse que haverá alterações nas regras de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, na aposentadoria dos militares, além de um pente-fino em programas sociais.

RELUTÂNCIA DE HADDAD

O aumento da faixa de isenção do IR foi uma contrapartida a propostas com potencial de desagradar a base petista.

O ministro enfatizou que não haverá impacto fiscal com a iniciativa.

A iniciativa, porém, não está prevista na proposta de Orçamento de 2025, enviada pela Fazenda ao Congresso em agosto. Em setembro, Haddad disse que havia apresentado a Lula estudos sobre os impactos da implantação da medida.

Técnicos da Fazenda resistiam a esse anúncio porque temiam que o corte de gastos poderia ter seu impacto neutralizado caso fosse feito junto com medidas que reduzissem receitas. Haddad vinha dizendo que o pacote seria focado no lado das despesas. O impacto previsto é na casa de R$ 35 bilhões por ano. O modelo prevê que apenas quem recebe efetivamente até R$ 5 mil terá o desconto, sem haver transbordo para outras faixas do IR.

O ministro queria deixar o anúncio dessa medida apenas para 2025e chegou a dizer isso em reuniões. Num encontro na segunda-feira - do qual participou o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo -, porém, Lula bateu o martelo e incluiu o anúncio do IR. Nessa mesma reunião, decidiu-se que Haddad faria um pronunciamento na TV para falar das medidas.

Venceu a perspectiva política de que todos seriam atingidos -por isso, haverá medidas para militares e sobre supersalários de funcionários públicos. Naquele momento, a Fazenda já sabia que as medidas teriam impacto negativo no mercado.

ALÍQUOTA DE 10%

Para um técnico da Fazenda, grande parte da reação do mercado se deveu a um "mau entendimento" sobre a medida, como se os cortes de gastos fossem feitos para compensar o IR, quando o aumento do imposto terá esse objetivo.

-A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados - disse Haddad.

Como forma de compensar a isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R$ 5 mil por mês, o governo Lula irá propor ao Congresso uma alíquota efetiva de 10% para quem ganha mais de R$ 50 mil por mês.

Hoje, apesar de a alíquota de IR para essa faixa ser de 27,5%, muitos contribuintes conseguem pagar menos imposto recebendo a maior parte de sua renda por outras fontes menos tributadas, como dividendos.

O governo pretende a partir de agora somar todas as fontes de renda dos contribuintes, desde as tributadas na fonte até as isentas, e calcular quem está pagando

menos de 10% sobre o total. Esses então seriam obrigados a pagar o novo imposto na declaração de ajuste anual do IRPF para neutralizar a diferença. Por exemplo, se uma pessoa paga 5% de IR sobre sua renda total, precisará pagar mais 5 pontos percentuais para chegar aos 10%.

Haddad disse a deputados que o projeto que tratará do assunto irá prever algum fator de redução para renda anual de R$ 600 mil a R$ 1,2 milhão - mas isso não foi detalhado.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês será limitada a quem efetivamente ganha até esse valor por mês. mas haverá uma rampa para beneficiar, em menor grau, aqueles que recebem até R$ 7,5 mil. Acima desse valor, seguem as regras atuais.

O chefe da área econômica iniciou o pronunciamento listando iniciativas implantadas pelo governo Lula desde a posse em 2023, como a retomada do Minha Casa, Minha Vida e o lançamento do Pé-de-Meia, que paga bolsas a alunos do ensino médio. Destacou o crescimento do **PIB** superior a 3% e a redução do desemprego. Afirmou também que o combate a privilégios e sonegação permitiu melhoradas contas públicas.

- Mas sabemos que persistem grandes desafios. Diante do cenário externo, com conflitos armados e guerras comerciais, precisamos cuidar ainda mais da nossa casa. É por isso que estamos adotando as medidas necessárias para proteger a nossa economia -disse.

IMPACTO DO SALÁRIO MÍNIMO

Ao tratar da trava que vai limitar a alta real do mínimo, medida vista com maior potencial de desgaste popular, Haddad disse que os ganhos acima da **inflação** vão permanecer e lembrou que na gestão de Jair Bolsonaro esse "direito" não existia. Sobre o pente-fino nos programas sociais, foi sucinto: - Para garantir que as políticas públicas cheguem a quem realmente necessita, vamos aperfeiçoar os mecanismos de controle que foram desmontados no período anterior. Fraudes e distorções atrasam o atendimento a quem mais precisa.

"A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Servidor receberá o 13º em 13/12

Guilherme Anjos

Cerca de 122 mil **servidores públicos** ativos do estado receberão, no próximo dia 13 de dezembro, o pagamento do décimo terceiro salário em parcela única. A medida de antecipação do benefício foi divulgada ontem pela governadora Raquel Lyra.

Segundo a gestão estadual, dos 122,8 mil servidores, 76,8 mil são aposentados e 27,2 mil pensionistas. Ainda de acordo com o governo, serão injetados R$ 4,2 bilhões na economia pernambucana somando com as folhas salariais dos meses de novembro e dezembro.

"A antecipação do décimo terceiro salário representa o reconhecimento do Governo do Estado ao empenho dos nossos servidores ao longo do ano. Temos um time comprometido com o serviço público e, por isso, valorizamos e reconhecemos nossos profissionais. Além disso, o pagamento representa um importante estímulo à economia de Pernambuco, aquecendo o comércio para que nosso estado continue crescendo." A remuneração referente ao mês de novembro será paga amanhã. Já o salário de dezembro será depositado no dia 27 do mês. "A antecipação do décimo é mais uma demonstração de compromisso e valorização do servidor", afirmou a secretária de Administração, Ana Maraíza.

Site:
https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/11/servidor-recebera-o-13-em-13-12.html

Haddad divulga corte de R$ 70 bi e isenção do IR para até R$5mil

ALEXANDRE CARNEIRO

Em um pronunciamento transmitido em rede nacional na noite de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a implementação de medidas fiscais que, de acordo com ele, resultarão em um corte de despesas de R$ 70 bilhões para os cofres públicos ao longo dos próximos dois anos. Sem estabelecer uma data, Haddad propôs uma reforma da renda, que isentará pessoas que ganham até R$ 5 mil por mês de pagar o Imposto de Renda anual. Por outro lado, pessoas com renda mensal igual ou maior a R$50 mil pagarão um percentual adicional, para que não haja impacto nas contas do governo.

O ministro afirmou que medidas assim são fruto de um "olhar humanista sobre a economia" e que "quem ganha mais, deve contribuir mais", porém "sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados". Ainda nessa linha, Haddad prometeu que o governo federal seguirá fazendo reajustes reais no salário mínimo e lembrou que já houve ganho acima da **inflação** durante os primeiros anos do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro ponto que Haddad destacou foi o abono salarial, voltado para trabalhadores que atuaram pelo menos 30 dias com carteira assinada. O plano é ofertar essa remuneração para quem ganha até R$ 2.640 e torná-la permanente a partir de 1 salário mínimo e meio, sendo que ambos os valores sofrerão correções de acordo com a **inflação**.

Para o ministro, a reforma da renda, combinada à **reforma tributária**, causará uma desoneração significativa para grande parte da população e permitirá uma cobrança mais justa. O chefe do Ministério da Fazenda ressaltou que, ao pagarem menos **impostos**, as classes beneficiadas terão mais recursos para empreender e, assim, movimentar a economia.

Na outra ponta, no que tange ao corte de gastos públicos, o governo planeja cortes para os militares. Segundo o ministro, haverá "mais igualdade para as aposentadorias" da classe, além de idade mínima para reserva e o estabelecimento de limites para a transferência de pensões. O chefe da Fazenda ainda se comprometeu a combater excessos nas carreiras públicas, fazendo com que o teto salarial seja respeitado.

O Poder Legislativo também não foi poupado. Haddad declarou que o montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais. Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir diretamente para a saúde, com o objetivo de fortalecer oSUS. Outra medida anunciada por Haddad é a proibição, caso haja déficit primário, da criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários. "Não é um esforço isolado do governo do presidente Lula, mas uma construção conjunta, que busca garantir avanços econômicos e sociais duradouros", pontuou Haddad durante o pronunciamento.

Apesar de ter anunciado cortes, Haddad fez questão de elogiar a gestão do presidente Lula. O ministro salientou o retorno da economia brasileira ao ranking das 10 maiores do mundo, citou os programas sociais implantados ou reforçados pela atual gestão federal e as novas tributações de fundos em paraísos fiscais ou para super-ricos. Ele também aproveitou para falar sobre o **PIB**, que cresceu em patamar superior a 3% ao ano. Porém, ponderou que as medidas de austeridade se fazem necessárias devido à conjuntura externa, "com conflitos armados e guerras comerciais".

encontros

O presidente Lula recebeu, na tarde de ontem, no Palácio do Planalto, líderes partidários para tratar sobre o corte de gastos. A intenção seria apresentar a proposta junto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e engajar os parlamentares a pautarem a proposta. A base

do governo foi convocada para o encontro, que estava fora da agenda, neste fim da tarde.

A intenção da reunião seria apresentar o pacote do corte de gastos, que depois de proposto pelo governo, seguirá para votação no Congresso Nacional. A medida vem sendo debatida há semanas entre o presidente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e chefes das pastas afetadas, como o ministro da Educação, Camilo Santana, e a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Anteriormente, Lula teve uma reunião com Haddad e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, e Rodrigo Pacheco (PSD-MG),

para debater o mesmo assunto.

**

MERCADO

O câmbio do dólar norte-americano sentiu o impacto da expectativa crescente em relação ao anúncio do pacote fiscal aguardado desde o último mês de outubro pelo mercado financeiro. Com a confirmação de que as medidas seriam anunciadas na noite de ontem, em pronunciamento do ministro Fernando Haddad, em cadeia nacional de rádio e TV, o dólar disparou 1,8% ao fim do dia e atingiu o maior valor de fechamento da história: R$ 5,91. A moeda abriu o dia em leve alta e logo no início da tarde acelerou com a confirmação de que Haddad faria um pronunciamento durante a noite para anunciar o pacote fiscal. Um dos aspectos que foram adiantados, no entanto, foi a inclusão da isenção do Imposto de Renda (IR) para salários de até R$ 5 mil no rol de medidas que serão levadas ao Congresso Nacional.

Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas

A política e a política fiscal (Artigo)

José Serra

José Serra ECONOMISTA

Estamos no epicentro de um novo pacote fiscal, considerado por muitos como o momento decisivo do terceiro governo Lula. Os analistas da política econômica enfocam a validade e qualidade das medidas. O mercado financeiro deseja o primário ajustado e o arcabouço fiscal do ministro Fernando Haddad funcionando. Não creio, no entanto, que as discussões que esses atores vêm fazendo consigam dar conta de tudo que está sendo jogado neste momento.

É verdade que as expectativas sobre a economia brasileira atravessaram semanas de deterioração. Temores sobre a **inflação**, escalada do dólar, descrença sobre a situação fiscal e um cenário externo mais restritivo com o segundo mandato de Donald Trump nos Estados Unidos geraram tensões que resultaram em vigorosa expansão da curva de juros no longo prazo.

Contudo, as medidas em si não são o centro da questão.

De todos os pontos de vista, o centro do problema é a turbulenta relação construída nos últimos tempos entre a governabilidade e as contas públicas.

Em todo o período da nossa redemocratização, não se viu tamanha ingerência do Poder Legislativo nas contas públicas.

Lógico que as emendas de parlamentares são a ponta mais protuberante do iceberg, cujo custo para as contas públicas já se situa em 25% das despesas discricionárias.

Mas não é só, tais emendas sempre foram uma ferramenta de controle do Executivo sobre o Congresso. Só que, agora, elas representam um instrumento de controle das presidências das duas Casas sobre os parlamentares.

Defensores do governo Lula dirão que o País vive um momento de esquizofrenia.

Os Poderes institucionais não parecem dispostos a se submeter a seu espaço constitucionalmente definido. Mas é nesse aspecto que reside uma das piores faces da fragilidade da política econômica do terceiro governo Lula.

Qual seja, a imensa capacidade do Congresso Nacional de comandar receitas e despesas da União e grande parte das relações federativas.

Vale observar que o governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha um constante embate com uma liderança do porte de Antônio Carlos Magalhães, nunca experimentou o nível de submissão ao Legislativo que ora se verifica.

Para ficar na política fiscal, uma breve análise do cotidiano da guerra de posições mostra que diversas das tentativas de ajuste que a Fazenda propõe naufragam justamente quando chegam ao Parlamento.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com a reversão da desoneração da folha salarial, com a limitação dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), e com a tributação dos juros sobre capital próprio, para ficar apenas nos principais casos.

No campo das relações federativas, a conturbação posta pela ação do Legislativo é ainda mais complexa. Só a título de exemplo, tivemos o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), bancado pelo governo federal, com valores desconsiderados para o cumprimento da meta fiscal. Mais que isso, todas as tratativas da renegociação da dívida estadual indicam que a União, agora, vai entrar com seus recursos para equacionar a questão.

Mas é na tramitação da **reforma tributária** que reside o pior cenário, implicando um desequilíbrio de grande magnitude para o governo federal.

De um lado, porque todas as políticas de incentivo fiscal dos Estados serão extintas, em troca de um fundo de ressarcimento, bancado apenas pela União. Por outro lado, a extinção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) abre a necessidade de recursos federais para completar os Fundos de Participação de Estados e Municípios, dado que o Imposto Seletivo nem de longe conseguirá repetir a receita do IPI.

O problema é que todos os analistas enxergam as dificuldades do governo Lula com a administração política e, para usar um jargão do mercado, a "precificam". Isso magnifica uma percepção de que o compromisso governamental com o cumprimento dos termos postos no arcabouço fiscal está longe de ser

uma unanimidade, o que é reforçado pelas falas do presidente.

Importante lembrar que assim como o teto de gastos era eivado de extratetos, o arcabouço fiscal já parece uma colcha de retalhos. As exceções alcançam dimensão desproporcional.

Precatórios, Fundo Constitucional do Distrito Federal, entre outros podem ser retirados dos números, mas ainda assim aumentam a dívida.

Poderíamos dizer que são duas faces da mesma questão.

Na condução da política fiscal o governo se compromete com a cartilha do pensamento conservador, sem querer entregar a política fiscal ditada pelo mercado. Na política monetária ocorre o mesmo. Apesar de todas as indicações de que temos uma taxa de juros real em nível estratosférico, os indicados do atual governo votam com o juro e parecem concordar com as "razões" de quem advoga um ajuste de Natal da Selic de 0,75 ponto porcentual ao ano.

Essas dubiedades estão também inseridas no novo pacote fiscal no Congresso. A fragilidade governamental na condução de sua tramitação é fonte de turbulência e descrédito na percepção da política econômica.

A fragilidade governamental na condução da tramitação do novo pacote fiscal é fonte de turbulência e descrédito na percepção da política econômica

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Anúncio de cortes vem com maior isenção de IR, e dólar bate recorde

I ALVARO GRIBEL, DANIEL WETERMAN e LUIZ GUILHERME GERBELLI/BRASÍLIA e ANTONIO PEREZ/SÃO PAULO

Após uma série de reuniões ministeriais e consecutivos adiamentos nas últimas semanas, o governo anunciou ontem à noite um pacote de medidas para contenção de gastos, na tentativa de dar sobrevida ao arcabouço fiscal e retomar a confiança nas contas públicas. Mas, com o pacote, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou também medida que vai na direção contrária: a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil por mês - promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula Silva.

Divulgada por Haddad em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, a proposta integra a **reforma tributária** da renda e será enviada ao Congresso só no ano que vem, mas foi anunciada com o pacote na tentativa de minimizar o impacto político e aplacar as resistências às medidas de ajuste fiscal - ainda que a contragosto da Fazenda (mais informações na pág. B2). Segundo Haddad, as propostas "reafirmam nosso compromisso com um Brasil mais justo e eficiente".

Como forma de compensar a perda de receita com a medida, o governo anunciou maior taxação sobre os mais ricos, que ganham acima de R$ 50 mil por mês. O ministro também afirmou que, quando houver déficit primário (saldo negativo nas contas), "ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários".

A informação de que o governo mexeria também na tabela do IR começou a circular no meio da tarde e pegou o mercado financeiro ainda aberto. A reação foi imediata. Até então cotado na casa de R$ 5,83, o dólar disparou e rompeu a barreira de R$ 5,90 em poucos minutos.

Na máxima da sessão, por volta das 16h, chegou a R$ 5,92.

Terminou o dia com alta de 1,81%, valendo R$ 5,91 - maior patamar nominal de fechamento da história do real. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa, também registrou ritmo maior de perdas no período da tarde, para fechar em queda de 1,73%, aos 127,6 mil pontos.

Depois do pronunciamento do ministro, economistas ouvidos pelo Estadão avaliaram que as medidas podem não ser suficientes para alcançar o resultado primário do arcabouço (mais informações na pág. B4).

A equipe econômica prevê poupar R$ 70 bilhões com o ajuste fiscal até o fim do mandato de Lula - sendo R$ 30 bilhões, em 2025, e R$ 40 bilhões em 2026. As medidas não envolvem corte de gastos em relação aos valores de hoje, mas representam diminuição do ritmo de crescimento dessas despesas nos próximos anos.

O pacote, que será detalhado hoje pela equipe econômica, inclui, entre outras medidas, a limitação do crescimento do salário mínimo ao teto de despesas do arcabouço fiscal e propõe mudanças nas regras do abono salarial e na previdência de militares.

Economia prevista Com medidas, governo Lula prevê poupar R$ 70 bi até o fim do mandato, em 2026

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Mexida agora na tabela do IR representa derrota para a Fazenda

ALVARO GRIBEL DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O anúncio do aumento da isenção de Imposto de Renda para a faixa de até R$ 5 mil representou uma derrota para a equipe econômica nas discussões internas do governo.

Nos bastidores, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha tentando dissuadir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de anunciar a medida neste momento, por entender que ela merece uma discussão à parte, dentro da reforma da renda - que ainda está em fase de elaboração.

Apesar do anúncio de ontem à noite, a expectativa é de que a medida só seja enviada ao Congresso no ano que vem, após a aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo. Como o objetivo é de que a isenção seja "neutra" do ponto de vista fiscal, haverá também compensações, como a tributação dos mais ricos - pessoas com renda mensal a partir de R$ 50 mil (mais informações nesta página).

MESMO PROJETO. Segundo interlocutores da Fazenda, ambas as propostas - isenção do IR até R$ 5 mil e tributação dos mais ricos - estarão incluídas em um mesmo projeto de lei. Com isso, no entendimento da equipe econômica, uma não poderá ser aprovada sem a outra, para não ferir esse princípio da neutralidade tributária.

Mas um dos temores do mercado financeiro é de que a isenção do IR seja aprovada com maior velocidade no Congresso, por se tratar de uma medida popular, enquanto a compensação com a tributação dos mais ricos não avance nas discussões. Mesmo que a Fazenda entenda que ambas as medidas estarão no mesmo projeto de lei, o Congresso terá autonomia para mexer no texto e dar o seu formato final.

Nesse caso, poderá valer a visão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que nenhum aumento de gastos, ou renúncia de receitas, poderá ser aprovada no Congresso sem a apresentação das devidas compensações.

GALÍPOLO. Segundo apurou o Estadão, o esforço para convencer Lula de que a medida não seria bem recebida neste momento envolveu até o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que foi ao Palácio do Planalto conversar com o presidente Lula e explicar a reação que o mercado financeiro poderia ter com a medida - o dólar acabou fechando ontem em R$ 5,91, em recorde histórico.

Lula foi alertado de que o pacote de cortes acabaria sendo ofuscado pela "novidade da isenção do IR". Ainda assim, o presidente resolveu seguir adiante com a ideia, já que ela constava em seu programa de governo. A Fazenda também entendeu que havia um limite para se contrapor a Lula, já que essa era uma promessa de campanha.

RENÚNCIA FISCAL. Em entrevista ao Estadão, o CEO da Verde Asset e gestor do fundo Verde, Luis Stuhlberger, estimou que a isenção levaria a uma renúncia de receitas entre R$ 70 bilhões e R$ 80 bilhões por ano. Ainda que viesse acompanhada da taxação dos mais ricos, o governo conseguiria repor cerca de R$ 40 bilhões desse valor. A Fazenda, contudo, entende que o custo fiscal total com a medida seria menor, em torno de R$ 40 bilhões.

Para 2025 Apesar do anúncio, medida que altera IR só deve ser enviada ao Congresso no ano que vem

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Reformas estruturais aceleram mudanças

ANAIS FERNANDES* economia@oglobo.com.br SÃO PAULO

Reformas promovidas pelo Brasil nos últimos anos, como a Trabalhista, e outras em curso, como a Tributária, devem ajudar o país na busca por mais crescimento e produtividade, apontaram economistas no debate da série "Caminhos do Brasil". Novos marcos regulatórios, dizem, também têm peso positivo nesse sentido, como o do saneamento básico, cujos serviços estão sendo ampliados via concessão à iniciativa privada, atraindo negócios e investidores.

-O Brasil, felizmente, fez várias reformas importantes e a gente, talvez, tenha uma surpresa do crescimento em decorrência do efeito cumulativo dessas reformas, como a Trabalhista, que deixou mais fácil contratar - disse Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactuai e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Caio Megale, economista-chefe da XP e ex-secretário de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, destacou a importância da produtividade do trabalho, que, segundo ele, tem a ver não só com capital humano, mas também com as regras trabalhistas.

-Esses 3%, 4% que a gente tem de crescimento (do **PIB**) não é só o cíclico, tem uma parte estrutural que é muito diferente -afirmou ele.

Muitas reformas não são populares, mas, com o tempo, mostram sua eficácia, e a população "vai aceitando", disse Mansueto: - Cinco anos após a aprovação da Reforma Trabalhista, tivemos uma queda muito grande das disputas judiciais na Justiça do Trabalho e recuperação do emprego muito forte pós-pandemia, puxado pelo emprego formal.

PRIVATIZAÇÕES CRESCEM

Mansueto afirmou que, hoje, a população brasileira não tem mais "aquele ranço ideológico" contra privatizações: -Antigamente, 10,15, 20 anos atrás, a população do Brasil tinha medo de privatização e achava que era ruim. Olha os aeroportos do Brasil; a maioria é de concessão privada. Qual é a qualidade dos aeroportos hoje em comparação com 15,20 anos atrás? Há 20 anos, mesmo que eu não viajasse de avião, parte do meu imposto era para isso. Hoje, não. Então, essas coisas têm melhorado.

Ele citou mudanças também em saneamento, energia e combustíveis: -A gente tem, hoje, vários estados, inclusive alguns com problemas fiscais como o meu, o Rio de Janeiro, investindo em saneamento. Tivemos a reforma no setor elétrico, privatização da Eletrobras. A Petrobras, que agora é uma empresa que segue a paridade internacional (de preços), está gerando um volume muito grande, bem diferente da Petrobras de 2015 e 2016, que era a petroleira de governo mais endividada do mundo. Todas as reformas que o Brasil fez talvez estejam se transformando em um potencial de crescimento maior.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander e também ex-secretária do Tesouro, citou reformas na área de crédito, com o mercado de capitais respondendo, atualmente, por 30% de todo o financiamento corporativo.

- Eram 10% há seis anos. É uma série de evoluções que permite ganho de produtividade -diz.

O foco agora precisa ser colocado na **Reforma Tributária**, para ganhar produtividade, segundo ela.: - A **Reforma Tributária** coloca luz mais concreta nesse processo. O Brasil tem um sistema tributário complexo, perdem-se recursos de todas as formas. Em conversas com empresas com sede no Brasil e em outros países, vemos que aqui o gasto com obrigações com o Fisco é muito maior.

Megale pondera que existe ainda uma série de reformas estruturais importantes a serem feitas, como a Administrativa, aprofundadas e, em alguns casos, preservadas.

-Acho que é arrumar um pouco a casa aqui, retomar essa visão de longo prazo e a capacidade de aumentar o crescimento do **PIB** potencial de novo - afirmou.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Aquisições no setor de tecnologia ganham fôlego

Fernanda Guimarães e Matheus Oliveira De São Paulo

Depois de mais de um ano com pressão sobre os preços dos ativos em um cenário de juros elevados, as transações envolvendo empresas de tecnologia voltaram a ganhar fôlego. Neste ano até o fim de outubro, as operações de fusões e aquisições (M A, na sigla em inglês) nesse mercado somaram R$ 13,7 bilhões, já superando o valor total de R$ 12,1 bilhões registrado ao longo do ano passado, considerado um ano muito fraco.

Os dados são da FZF Capital, butique de M A especializada no setor de tecnologia.

Considerando os últimos 12 meses, o volume financeiro chega a R$ 14,3 bilhões, demonstrando a tendência de melhora.

A maior tração começou apenas a ser observada nos últimos meses, com operações de peso, como a venda da ClearSale para a Serasa Experian e a Contabilizei pela Warburg Pincus. Houve, ainda, a venda da Shopper para o iFood, segundo a FZF.

Uma operação bilionária do setor de tecnologia que está na mesa é a venda da Linx, pela Stone, que poderá ser concretizada no próximo ano (ver mais sobre esta operação na reportagem abaixo).

O sócio da FZF, Kauê Pires, observa que depois dos preços exorbitantes negociados em 2020 e 2021 - período de juros baixíssimos em todo o mundo e de ampla liquidez global, em meio à pandemia da covid-19 -, o valor das startups começou, mais recentemente, a se ajustar, com maior equilíbrio entre o desejado entre compradores e vendedores.

Como consequência, depois de um hiato das negociações, as operações de compra e venda das empresas de tecnologia começaram a andar.

Muitos fundos dedicados ao setor, os "venture capital", ficaram um período voltados para dentro de casa fazendo a lição de casa. Agora, com caixa, voltaram ao mercado buscando aquisições.

A novidade desse movimento é que, agora, esses fundos estão utilizando o valor acumulado em caixa para adquirirem empresas maiores e com negócios já provados. "Ainda existe uma fuga ao risco", diz o executivo da FZF. Com isso, a retomada ainda está concentrada nos grandes casos, mas Pires prevê que, na segunda onda, as startups menores passarão a ser contempladas. Fora isso, à medida que as maiores empresas do setor são capitalizadas, elas mesmas podem começar a capitanear M As, fazendo a roda girar.

O sócio da FZF, José Luiz Duarte, diz que a tendência de retomada também ocorre após um período em que as próprias companhias listadas, que demonstraram grande apetite na aquisição de empresas de tecnologia ao longo da pandemia, tiveram que se explicar sobre os preços pagos por ativos, após questionamentos de seus acionistas. Com isso, nesse processo esses players que foram relevantes para os M A de tecnologia têm, até aqui, se mantido mais distantes de novos negócios.

O chefe do banco de investimento do UBS BB, Anderson Brito, diz que a demanda de investidores tem aparecido em nichos mais específicos como os de "fintechs" e empresas de software. "É onde estamos vendo demanda real de investidores", diz Brito. Segundo ele, nesses setores, os fundos, por exemplo, já fizeram investimentos bem-sucedidos. Diz, ainda, que os novos investimentos seguem a lógica da busca por empresas com teses já comprovadas e geradoras de caixa.

E há outros sinais que indicam melhora. Humberto Gallucci, da Spectra, diz que uma das provas de reaquecimento no setor tem sido a volta de fundos de "venture capital" que estavam afastados do país nos últimos anos. Segundo ele, ao contrário do que era previsto por uma parte do mercado, não houve quebradeira no setor de tecnologia depois que a liquidez secou, já que essas empresas conseguiram ajustar a rota, privilegiando a geração de resultados.

O chefe para América Latina da Technology Holdings, Edoardo Freschet, diz que o segmento de varejo é um dos destaques neste momento, especialmente as plataformas de vendas on-line. Além disso, a demanda por empresas de saúde também está aquecida. Ambos nichos, segundo o executivo, representam hoje a maior parte dos mandatos de M As. Dentre outros setores, ele aponta infraes-trutura de dados e cibersegurança.

"O desenvolvimento lógico é que soluções e plataformas projetadas para aumentar a escalabilidade, proteger dados e melhorar a eficiência e automação estarão naturalmente bem posicionadas. Na próxima década, a produtividade dependerá cada vez mais da tecnologia e da transformação digital, com as avaliações refletindo essa tendência", afirma Freschet.

O vice-presidente da 23s Capital, Ricardo Assef, avalia 2025 como "neutro positivo", por conta da cautela com novas tecnologias, assim como seus desafios de implementação. "Na parte de "venture capital" está bastante maduro. Existem diversas empresas e muitas ventures [fundos dedicados ao setor] com capital disponível", diz Assef. "O que precisa amadurecer é essa ponte entre as ventures e o mercado de capitais. Ainda há poucos fundos que fazem esse investimento." No entanto, o pano de fundo econômico pode trazer gargalos. Questões macroeconômicas, como o ajuste fiscal, a **reforma tributária** e a alta da Se-lic podem afetar a retomada de M As no país como um todo, incluindo as operações de tecnologia. "O ecossistema se beneficiaria muito com a situação fiscal melhor, juros mais baixos e fazer a lição de casa".

Procurada, a Serasa Experian disse que a aquisição da ClearSale "está evoluindo conforme planejado" e que a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foi "um marco importante para o fechamento dessa transação". A conclusão da operação, lembra a empresa, ainda está condicionada a condições precedentes. As demais companhias não comentaram.

"Ainda existe uma fuga ao risco, e com isso a retomada ainda está concentrada nos grandes casos"
Kauê Pires

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053

Isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil por mês

O governo enviará, combinado ao pacote de corte de gastos obrigatórios, a proposta para isentar de Imposto de Renda de quem ganha até R$ 5 mil por mês, disse em pronunciamento, ontem à noite, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele esclareceu que a medida não terá impacto sobre as contas públicas porque será bancada com a taxação extra de quem ganha mais de R$ 50 mil mensais.

"É o Brasil justo, com menos imposto e mais dinheiro no bolso para investir no seu pequeno negócio, impulsionar o comércio no seu bairro e ajudar a sua cidade a crescer. A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados", disse o ministro em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e de televisão.

Segundo Haddad, a medida faz parte da segunda etapa da **reforma tributária**, que prevê a reforma do Imposto de Renda. No pronunciamento, o ministro lembrou da **reforma tributária** do consumo, promulgada no ano passado e em regulamentação pelo Congresso, que trará outros benefícios às classes baixa e média.

"Essa medida, combinada à histórica **Reforma Tributária**, fará com que grande parte do povo brasileiro não pague nem Imposto de Renda e nem imposto sobre produtos da cesta básica, inclusive a carne. Corrigindo grande parte da inaceitável injustiça tributária, que aprofundava a desigualdade social em nosso país", acrescentou.

ALTA DO DÓLAR

O dólar chegou a R$ 5,92 ontem, por volta de 13h50. A alta súbita foi motivada pela notícia publicada pelo Valor Econômico de que o anúncio do corte de gastos iria incluir a isenção de imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil, uma proposta de campanha do presidente Lula (PT) e confirmada à noite por Haddad. (Agência Brasil e Metrópoles)

Aposentadoria dos militares no pacote

Saiba mais...

Site:
https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/11/isencao-do-ir-para-quem-ganha-ate-r-5-mil-por-mes.html

Governo anuncia isenção de IR para salários de até R$ 5 mil

Combinado ao pacote de corte de gastos obrigatórios que promete uma economia de R$ 70 bilhões em 2 anos, o governo enviará ao Congresso a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês. As medidas foram anunciadas, ontem (27), pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele esclareceu que a medida não terá impacto sobre as contas públicas porque será bancada com a taxação extra de quem ganha mais de R$ 50 mil mensais.

"É o Brasil justo, com menos imposto e mais dinheiro no bolso para investir no seu pequeno negócio, impulsionar o comércio no seu bairro e ajudar a sua cidade a crescer. A nova medida não aumentará os gastos do governo porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados", disse o ministro lembrando que a medida faz parte da segunda etapa da **reforma tributária**, que prevê a reforma do IR.

Corte de gastos

A equipe econômica prevê poupar R$ 70 bilhões com o ajuste fiscal até o fim do mandato de Lula - sendo R$ 30 bilhões, em 2025, e R$ 40 bilhões em 2026.

O pacote, que será detalhado hoje pela equipe econômica, inclui, entre outras medidas, a limitação do crescimento do salário mínimo ao teto de despesas do arcabouço fiscal e propõe mudanças nas regras do abono salarial e na previdência de militares.

Site:
https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/yleo/#p=1

Não queremos confundir reforma tributária com reforço do arcabouço fiscal, diz Haddad

Adriana Fernandes

Idiana Tomazelli

Renato Machado

Após um mês de negociações e discussões, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) anunciou nesta quinta-feira (28) no Palácio do Planalto, as linhas gerais do tão aguardado pacote de contenção de gastos, aposta da equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas.

O ministro afirmou que o governo busca separar a questão da **reforma tributária** das medidas de corte de gastos apresentadas.

"Não queremos confundir o tema da **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou o ministro

Haddad concedeu entrevista no Palácio do Planalto para explicar as medidas do pacote de corte de gastos, junto com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento).

Antes mesmo da divulgação oficial, porém, o nervosismo tomou conta do mercado financeiro diante da perspectiva de que o cardápio inclui também a ampliação da isenção de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) até R$ 5.000, a ser compensada pela taxação dos super-ricos, como vem sendo chamada a tributação de contribuintes com grandes rendas.

O anúncio aconteceu após reunião do ministro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a cúpula do Congresso Nacional. O objetivo do encontro era explicar as medidas para os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Haddad e o próprio Lula vinham enfatizando a importância de articular com o Legislativo antes de enviar o pacote de medidas para a votação por deputados e senadores.

O anúncio acontece após semanas de idas e vindas, com diversas reuniões da equipe econômica e do próprio presidente com os ministros das áreas afetadas pelo corte de gastos.

Haddad chegou a alimentar em alguns momentos a expectativa de que o anúncio era iminente. Na segunda-feira, dia 4 de novembro, declarou que sua equipe estava pronta para anunciar ainda naquela semana o pacote de medidas de corte de gastos .

Dias depois voltou a reforçar que o pacote estava praticamente pronto, r estando apenas "dois detalhes" que precisavam ser alvo de uma "arbitragem simples" do chefe do Executivo.

Mais recentemente, a previsão divulgada nos bastidores por integrantes do governo é de que o presidente queria esperar a cúpula de chefes de Estado do G20 , que foi realizada no Rio na segunda (18) e terça-feira (19), além da visita do presidente da China, Xi Jinping.

Integrantes do governo apontavam que o pacote de medidas de contenção de gastos, elaborado por Haddad, deveria ter um impacto de cerca de R$ 70 bilhões nas contas públicas nos primeiros dois anos .

A economia era estimada em R$ 25 bilhões a R$ 30 bilhões em 2025. Já em 2026, o alívio é calculado em R$ 40 bilhões.

Uma das principais é a limitação do ganho real do salário mínimo , com o objetivo de alinhar a política de valorização às regras do arcabouço fiscal -cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Pela regra atual, o salário mínimo teria ganho real de 2,9% em 2025, conforme o desempenho do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Em 2026, a alta seria acima de 3%, considerando as projeções para o crescimento neste ano.

Hoje, recebe o benefício quem ganha até R$ 2.824, dado o valor atual do piso (R$ 1.412). A ideia é que, daqui para frente, o salário mínimo siga sua regra de correção com ganhos reais, enquanto a renda usada como critério para o abono será atualizada apenas pela **inflação**.

O governo também vai restringir o pagamento do

abono salarial do PIS/Pasep a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo . Hoje, têm direito ao benefício quem ganha até 2 pisos.

Hoje, recebe o benefício quem ganha até R$ 2.824, dado o valor atual do piso (R$ 1.412). A ideia é que, daqui para frente, o salário mínimo siga sua regra de correção com ganhos reais, enquanto a renda usada como critério para o abono será atualizada apenas pela **inflação**.

Na tarde desta quarta-feira (27), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, confirmou que as regras referentes ao seguro-desemprego não serão alteradas. A mudança chegou a ser discutida pela equipe de Haddad.

A Fazenda e o Planalto passaram as últimas semanas discutindo o pacote com ministros do governo, em reuniões muitas vezes tensas.

O anúncio pode, portanto, encerrar um imbróglio de meses e uma queda de braço entre a ala de aliados de Lula mais fiscalista e outra mais desenvolvimentista. Essa segunda estava contra medidas da equipe econômica de redução de gastos.

Os assuntos são ainda mais sensíveis entre petistas. Marinho ameaçou pedir demissão se o governo mexesse em alguns dos temas de sua pasta sem a sua participação , em particular no seguro-desemprego e no abono salarial.

O próprio presidente resistia em fazer cortes nas áreas sociais e manteve em seu terceiro mandato o discurso de que gasto é diferente de investimento. Na educação, por exemplo, Lula costuma dizer que investe para evitar ter gasto com presídios no futuro.

A promessa da equipe econômica era de que o governo faria mudanças para conter o crescimento das despesas logo após as eleições municipais. Haddad chegou a cancelar viagem que faria à Europa, por determinação de Lula, para se dedicar à definição das medidas do pacote de corte de gastos .

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/nao-queremos-confundir-reforma-tributaria-com-reforco-do-arcabouco-fiscal-diz-haddad.shtml

Atenção redobrada no fim da regulamentação da reforma tributária

Recentemente foi noticiada a existência de um movimento coordenado entre estados e municípios para influenciar na regulamentação da **reforma tributária** , que agora pende de apreciação pelo Senado .

Segundo informado, os Entes federativos buscam contornar a obrigatoriedade de um regulamento único para os novos **tributos** criados. Representantes dos Fiscos estaduais e municipais sustentam a necessidade de autonomia na gestão e cobrança do IBS e alegam preocupação com o lobby de contribuintes junto ao Legislativo.

A iniciativa é estapafúrdia, para se dizer o mínimo, por violar a premissa básica de simplificação do sistema tributário prometida pelos idealizadores da reforma. Vale lembrar: a ideia original era a criação de um imposto único, que posteriormente foi fracionado em dois: a CBS, federal, e o IBS, compartilhado por estados e municípios.

Ainda que tenha sido criado esse sistema Dual , houve o compromisso de que os novos **tributos** seriam idênticos, funcionando como gêmeos siameses, à semelhança do que ocorre no Canadá e na Índia - razão pela qual a tentativa de criar regulamentos diversos é descabida.

A ideia de uma duplicidade de regulamentos para o IBS e a CBS põe em risco os objetivos primordiais da reforma: simplificação e transparência do sistema tributário. Esses objetivos não serão cumpridos se, agora, dermos um passo atrás e permitirmos a possibilidade de regulamentação diversa a depender do ente federativo. Admitir regras diferenciadas para regulamentação de **tributos** siameses corresponderá a aumentar a complexidade sistêmica, possibilitar regras e interpretações divergentes e jogar por terra a proposta de simplificação.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Surpreende, portanto, esse movimento estatal contrário aos interesses dos contribuintes, ainda mais considerando-se que os projetos de regulamentação já foram gestados no seio das próprias autoridades fiscais. Esse fato, inclusive, foi objeto de fortes críticas no começo do ano, quando o Ministério da Fazenda anunciou um Grupo de Trabalho sem a participação da sociedade civil para elaborar o anteprojeto de lei que viria a se tornar o PLP 68/2024.

Da mesma forma, o segundo projeto de regulamentação, que veio a formar o PLP 108/24, foi inteiramente criado pelo Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda, o Comsefaz , que excluiu qualquer participação do setor privado na elaboração do texto. Iniciativas contemporâneas de deputados para regulamentação da reforma, inclusive, foram desconsideradas e uma dezena de projetos de iniciativa da Câmara e do Senado sobre esse tema foram engavetados.

Não faz sentido, portanto, a reclamação dos entes fiscais sobre o "lobby de contribuintes" junto ao Congresso. A Câmara e o Senado são a representação dos interesses do povo. São os espaços públicos mais adequados para que a sociedade leve suas demandas aos seus representantes eleitos. O tal "lobby de contribuintes" nada mais é do que o espírito da democracia e da representatividade da sociedade civil. Não fosse assim, a nossa Constituição teria previsto que a regulamentação do novo sistema se daria por meio de Portarias ou Atos do Executivo, mas não foi esse o caso.

Ou seja, se a União, os estados e os municípios já tiveram sua oportunidade de criar os projetos de lei, estabelecendo suas balizas sem a participação de representantes da sociedade civil, o processo legislativo perante a Câmara e o Senado é o momento democrático em que os contribuintes podem apontar as incongruências das propostas e sugerir as alterações necessárias para aprimoramento dos textos.

E o que se viu até o momento é que a participação da sociedade foi essencial para demonstrar a necessidade de profundas alterações nos projetos de lei. As dezenas de audiências públicas, por exemplo, serviram para que a Câmara aprimorasse temas como a redação das regras de não-cumulatividade, o momento da cobrança dos **tributos**, o conceito de destino para fins de cobrança do IBS, dentre outras.

E ainda há muito espaço para que o Senado altere pontos ainda não apreciados pela Câmara, como é o caso do tema da exportação de serviços, do repasse automático dos novos **tributos** para contratos privados, dos bens e serviços que devem -e que não devem- ser objeto do Imposto Seletivo etc.

Ou seja, com tantos temas de alta relevância que ainda merecem debate, é inconcebível que, aos 45 minutos do segundo tempo -quando já aprovada a Emenda Constitucional e a regulamentação na Câmara dos Deputados - os estados e municípios queiram usar o Senado para regredir num tema tão básico como o da regulamentação única do IBS e da CBS.

Nunca é demais repetir: a **reforma tributária** é uma demanda da sociedade, não das Fazendas Públicas. A sua aprovação é resultado de uma luta de anos do setor produtivo. Não podemos admitir retrocesso e a transformação dessa vitória em um instrumento do Fisco para arrecadar mais, aumentar a litigiosidade tributária e complicar um novo sistema que ruma para a desejada simplificação.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/11/atencao-redobrada-no-fim-da-regulamentacao-da-reforma-tributaria.shtml

Isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil só começa em 2026 e não impacta cortes, diz Haddad; entenda a proposta

Por Alexandro Martello, Lais Carregosa, Thiago Resende, g1 e TV Globo - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em entrevista nesta quinta-feira (28) que o objetivo das mudanças na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) não tem a intenção de fazer caixa para o governo, e nem de aumentar os gastos públicos.

Segundo Haddad, assim como a **reforma tributária**, as mudanças seguem um princípio de neutralidade tributária. Na prática, a ideia é que haja impacto zero no caixa do governo.

Não queremos confundir o debate da **reforma tributária** com a questão de medidas que visam reforçar o arcabouço fiscal. A **reforma tributária**, tanto do consumo quanto da renda, tem um pressuposto que foi anunciado no começo do governo e vai ser mantido se depender do Executivo [...] O pressuposto da neutralidade fiscal. Que significa isso? A **reforma tributária** não visa nem aumentar, nem diminuir arrecadação. O objetivo da **reforma tributária** é buscar eficiência e justiça tributária, essa é a finalidade , afirmou Haddad.

Qualquer aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, como ja foi feito por esse governo duas vezes, tem que vir acompanhado de uma compensação. Não se trata de mexer com o nível de arrecadação de **impostos**. Trata-se de buscar justiça tributária , completou.

O governo deve enviar ao Congresso Nacional, nos próximos dias, um projeto de lei que prevê a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais.

Atualmente, o limite de isenção é de R$ 2.824 (até dois salários mínimos). A mudança, se aprovada pelo Congresso até o ano que vem, só entra em vigor em 2026.

O Congresso vai ter o seu tempo agora, sobretudo a partir do semestre que vem, para analisar a proposta do Executivo. Para que tanto a reforma do consumo quanto a reforma do Imposto de Renda entrem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 , explicou Haddad.

A elevação do teto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais era uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda assim, o anúncio junto ao pacote de corte de gastos incomodou a cúpula da Câmara e agitou o mercado - o que levou o dólar ao maior valor nominal da história do real.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/mudancas-imposto-de-renda-2026-isencao-haddad.ghtml

Haddad diz que isenção do IR para quem recebe até R$ 5 mil vale a partir de 2026

O governo Luiz Inácio Lula da Silva detalha nesta quinta-feira as medidas do pacote para dar sustentação ao arcabouço fiscal em coletiva de imprensa. Participam os ministros da Fazenda, Fernando Haddad ; do Planejamento, Simone Tebet ; e da Casa Civil, Rui Costa . Na sequência, os técnicos das pastas também explicarão o plano do governo.

Haddad disse que isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil vale a partir de 2026.

- A reforma da renda vai valer a partir de 1º de janeiro de 2026, como a do consumo. Entendemos que ela pode tramitar no ano que vem, que está com agenda legislativa mais leve e não é ano eleitoral. É um ano tranquilo - disse o ministro.

Haddad afirmou que não quer confundir a **reforma tributária** com medidas que visam a dar sustentabilidade ao arcabouço

- A **reforma tributária** não visa nem aumentar nem diminuir a arrecadação. Esse princípio foi respeitado pelo Congresso Nacional em relação ao consumo. E ontem deixamos claro que esse princípio também terá de ser respeitado na reforma da renda - afirmou.

Haddad disse que qualquer isenção de faixa do IR terá compensação.

- Tem compromisso dos líderes que esse princípio será respeitado. Trata-se de buscar justiça tributária - disse ele.

Nesta quarta-feira, Haddad apresentou as linhas gerais do pacote em pronunciamento em rede nacional de TV e rádio, cujo impacto total anunciado é de R$ 70 bilhões em dois anos. Mas ainda são esperados detalhes para avaliar a potência das medidas e se serão suficientes para assegurar a sustentabilidade do arcabouço e da dívida pública.

Haddad disse que a medida do IR terá impacto de R$ 35 bilhões, mas será neutra.

- Tem impacto de R$ 35 bilhões, mas que é neutralizada na compensação, prevista no próprio projeto. É um projeto bem pensado. Há mais de um ano a **Receita Federal** trabalha nesse assunto - afirmou.

O governo vem sendo cobrado por medidas estruturais que sinalizem compromisso com as regras fiscais, considerando que muitas despesas obrigatórias crescem em velocidade acima da permitida pelo limite de gastos. O teto tem aumento real entre 0,6% e 2,5% ao ano.

Para alcançar essa adequação, a principal medida do pacote apresentado nesta quarta é a limitação da valorização real do salário mínimo à mesma regra do arcabouço. No ano passado, Lula retomou a regra que reajusta o piso nacional com a **inflação** do ano anterior e a variação do **PIB** de dois anos.

No ano que vem, esse percentual seria de 2,9%. Com a proposta, ficará limitado a 2,5%. Em 2025, o impacto é de cerca de R$ 3,0 bilhões.

Além disso, o governo quer alterar a regra de acesso ao abono salarial, espécie de 14ª salário pago hoje para quem ganha até dois salários-mínimos (R$ 2.824). A ideia é pagar o benefício para trabalhadores com renda de até R$ 2.640 no primeiro ano de vigência da nova regra. Nos anos seguintes, a regra de acesso seria reajustada apenas pela **inflação** até chegar a 1,5 salário mínimo.

O pacote também conta com medidas que afetam os militares, como a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões. Haddad já tinha dito que a previsão é de economia de cerca de R$ 2 bilhões.

Há ainda a intenção de limitar os supersalários no serviço público e de proibir novos benefícios tributários em momentos de déficit fiscais, como é o caso no momento. Em relação às emendas de comissão, a proposta é destinar 50% para a Saúde. O governo também vai ampliar o pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família.

Junto com o pacote, o governo também anunciou a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil, sem transbordar para as outras faixas. A medida, que deve custar cerca de R$ 40 bilhões, serão compensada com uma taxação adicional para contribuintes com renda mensal superior a R$ 50 mil. Segundo interlocutores, a alíquota mínima efetiva para esse grupo será de 10%.

Antes mesmo do anúncio oficial, a informação sobre o anúncio da ampliação de isenção do IR impactou negativamente o mercado financeiro. Os analistas avaliam que a medida, que pode beneficiar mais de 50% dos contribuintes, vai enfrentar dificuldades para ser compensada. Além da resistência no Congresso, a compensação via tributação adicional de quem ganha mais de R$ 50 mil pode ser driblada via planejamento tributário.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/haddad-tebet-e-rui-detalham-medidas-em-pacote-de-contencao-de-gastos.ghtml

Novo sistema tributário pode ajudar a tornar a economia do país mais produtiva, apontam especialistas

Reformas promovidas pelo Brasil nos últimos anos, como a Trabalhista, e outras em curso, como a Tributária, devem ajudar o país na busca por mais crescimento e produtividade, apontaram economistas no debate da série "Caminhos do Brasil". Novos marcos regulatórios, dizem, também têm peso positivo nesse sentido, como o do saneamento básico, cujos serviços estão sendo ampliados via concessão à iniciativa privada, atraindo negócios e investidores.

- O Brasil, felizmente, fez várias reformas importantes e a gente, talvez, tenha uma surpresa do crescimento em decorrência do efeito cumulativo dessas reformas, como a Trabalhista, que deixou mais fácil contratar - disse Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O assunto foi tema de discussão no "Caminhos do Brasil", uma iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. Esta edição, a última de 2024, integrou a programação do CNC Global Voices, evento exclusivo com importantes personalidades globais explorando insights sobre política e economia.

Caio Megale, economista-chefe da XP e ex-secretário de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, destacou a importância da produtividade do trabalho, que, segundo ele, tem a ver não só com capital humano, mas também com as regras trabalhistas.

- Esses 3%, 4% que a gente tem de crescimento (do **PIB**) não é só o cíclico, tem uma parte estrutural que é muito diferente - afirmou ele.

Muitas reformas não são populares, mas, com o tempo, mostram sua eficácia, e a população "vai aceitando", disse Mansueto:

- Cinco anos após a aprovação da Reforma Trabalhista, tivemos uma queda muito grande das disputas judiciais na Justiça do Trabalho e recuperação do emprego muito forte pós-pandemia, puxado pelo emprego formal.

Mansueto afirmou que, hoje, a população brasileira não tem mais "aquele ranço ideológico" contra privatizações:

- Antigamente, 10, 15, 20 anos atrás, a população do Brasil tinha medo de privatização e achava que era ruim. Olha os aeroportos do Brasil; a maioria é de concessão privada. Qual é a qualidade dos aeroportos hoje em comparação com 15, 20 anos atrás? Há 20 anos, mesmo que eu não viajasse de avião, parte do meu imposto era para isso. Hoje, não. Então, essas coisas têm melhorado.

Ele citou mudanças também em saneamento, energia e combustíveis:

- A gente tem, hoje, vários estados, inclusive alguns com problemas fiscais como o meu, o Rio de Janeiro, investindo em saneamento. Tivemos a reforma no setor elétrico, privatização da Eletrobras . A Petrobras , que agora é uma empresa que segue a paridade internacional (de preços), está gerando um volume muito grande, bem diferente da Petrobras de 2015 e 2016, que era a petroleira de governo mais endividada do mundo. Todas as reformas que o Brasil fez talvez estejam se transformando em um potencial de crescimento maior.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander e também ex-secretária do Tesouro, citou reformas na área de crédito, com o mercado de capitais respondendo, atualmente, por 30% de todo o financiamento corporativo.

- Eram 10% há seis anos. É uma série de evoluções que permite ganho de produtividade - diz.

O foco agora precisa ser colocado na **Reforma Tributária**, para ganhar produtividade, segundo ela. :

- A **Reforma Tributária** coloca luz mais concreta nesse processo. O Brasil tem um sistema tributário complexo, perdem-se recursos de todas as formas. Em conversas com empresas com sede no Brasil e em outros países, vemos que aqui o gasto com obrigações com o Fisco é muito maior.

Megale pondera que existe ainda uma série de

reformas estruturais importantes a serem feitas, como a Administrativa, aprofundadas e, em alguns casos, preservadas.

- Acho que é arrumar um pouco a casa aqui, retomar essa visão de longo prazo e a capacidade de aumentar o crescimento do **PIB** potencial de novo - afirmou.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/novo-sistema-tributario-pode-ajudar-a-tornar-a-economia-do-pais-mais-produtiva-apontam-especialistas.ghtml

Não queremos confundir reforma tributária com reforço do arcabouço fiscal, diz Haddad (Governo Lula)

Adriana Fernandes

Após um mês de negociações e discussões, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) anunciou nesta quinta-feira (28) no Palácio do Planalto, as linhas gerais do tão aguardado pacote de contenção de gastos, aposta da equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas.

O ministro afirmou que o governo busca separar a questão da **reforma tributária** das medidas de corte de gastos apresentadas.

"Não queremos confundir o tema da **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou o ministro

Haddad concedeu entrevista no Palácio do Planalto para explicar as medidas do pacote de corte de gastos, junto com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento).

Antes mesmo da divulgação oficial, porém, o nervosismo tomou conta do mercado financeiro diante da perspectiva de que o cardápio inclui também a ampliação da isenção de IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) até R$ 5.000, a ser compensada pela taxação dos super-ricos, como vem sendo chamada a tributação de contribuintes com grandes rendas.

O anúncio aconteceu após reunião do ministro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a cúpula do Congresso Nacional. O objetivo do encontro era explicar as medidas para os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Haddad e o próprio Lula vinham enfatizando a importância de articular com o Legislativo antes de enviar o pacote de medidas para a votação por deputados e senadores.

O anúncio acontece após semanas de idas e vindas, com diversas reuniões da equipe econômica e do próprio presidente com os ministros das áreas afetadas pelo corte de gastos.

Haddad chegou a alimentar em alguns momentos a expectativa de que o anúncio era iminente. Na segunda-feira, dia 4 de novembro, declarou que sua equipe estava pronta para anunciar ainda naquela semana o pacote de medidas de corte de gastos .

Dias depois voltou a reforçar que o pacote estava praticamente pronto, r estando apenas "dois detalhes" que precisavam ser alvo de uma "arbitragem simples" do chefe do Executivo.

Mais recentemente, a previsão divulgada nos bastidores por integrantes do governo é de que o presidente queria esperar a cúpula de chefes de Estado do G20 , que foi realizada no Rio na segunda (18) e terça-feira (19), além da visita do presidente da China, Xi Jinping.

Integrantes do governo apontavam que o pacote de medidas de contenção de gastos, elaborado por Haddad, deveria ter um impacto de cerca de R$ 70 bilhões nas contas públicas nos primeiros dois anos .

A economia era estimada em R$ 25 bilhões a R$ 30 bilhões em 2025. Já em 2026, o alívio é calculado em R$ 40 bilhões.

Uma das principais é a limitação do ganho real do salário mínimo , com o objetivo de alinhar a política de valorização às regras do arcabouço fiscal -cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Pela regra atual, o salário mínimo teria ganho real de 2,9% em 2025, conforme o desempenho do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Em 2026, a alta seria acima de 3%, considerando as projeções para o crescimento neste ano.

Hoje, recebe o benefício quem ganha até R$ 2.824, dado o valor atual do piso (R$ 1.412). A ideia é que, daqui para frente, o salário mínimo siga sua regra de correção com ganhos reais, enquanto a renda usada como critério para o abono será atualizada apenas pela **inflação**.

O governo também vai restringir o pagamento do

abono salarial do PIS/Pasep a trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo . Hoje, têm direito ao benefício quem ganha até 2 pisos.

Hoje, recebe o benefício quem ganha até R$ 2.824, dado o valor atual do piso (R$ 1.412). A ideia é que, daqui para frente, o salário mínimo siga sua regra de correção com ganhos reais, enquanto a renda usada como critério para o abono será atualizada apenas pela **inflação**.

Na tarde desta quarta-feira (27), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, confirmou que as regras referentes ao seguro-desemprego não serão alteradas. A mudança chegou a ser discutida pela equipe de Haddad.

A Fazenda e o Planalto passaram as últimas semanas discutindo o pacote com ministros do governo, em reuniões muitas vezes tensas.

O anúncio pode, portanto, encerrar um imbróglio de meses e uma queda de braço entre a ala de aliados de Lula mais fiscalista e outra mais desenvolvimentista. Essa segunda estava contra medidas da equipe econômica de redução de gastos.

Os assuntos são ainda mais sensíveis entre petistas. Marinho ameaçou pedir demissão se o governo mexesse em alguns dos temas de sua pasta sem a sua participação , em particular no seguro-desemprego e no abono salarial.

O próprio presidente resistia em fazer cortes nas áreas sociais e manteve em seu terceiro mandato o discurso de que gasto é diferente de investimento. Na educação, por exemplo, Lula costuma dizer que investe para evitar ter gasto com presídios no futuro.

A promessa da equipe econômica era de que o governo faria mudanças para conter o crescimento das despesas logo após as eleições municipais. Haddad chegou a cancelar viagem que faria à Europa, por determinação de Lula, para se dedicar à definição das medidas do pacote de corte de gastos .

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/nao-queremos-confundir-reforma-tributaria-com-reforco-do-arcabouco-fiscal-diz-haddad.shtml

Estudo aponta iniciativas para redução do custo Brasil

I AMANDA PUPO/BRASÍLIA

O custo Brasil (as despesas adicionais que as empresas enfrentam para produzir no Brasil, na comparação com outros países) pode ser reduzido em até R$ 530 bilhões até 2035 se o País implementar seis iniciativas "prioritárias" em áreas como infraestrutura, gás e energia, tecnologia e **tributos**. A projeção é do Observatório do Custo Brasil, ferramenta desenvolvida pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), com apoio técnico da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O estudo foi divulgado oficialmente ontem em evento de que participou o vice-presidente da República e ministro do Mdic, Geraldo Alckmin.

Segundo o MBC, as seis iniciativas mensuradas buscam reduzir os custos que afetam negativamente o ambiente de negócios do País e foram priorizadas por já terem agendas estruturadas.

Estão na lista a ampliação e diversificação da matriz logística, que tem potencial de reduzir o custo Brasil em R$ 224,76 bilhões; o acesso a crédito empresarial (potencial de R$ 63,46 bilhões); a expansão da banda larga (R$ 69,26 bilhões); a simplificação tributária (R$ 30,9 bilhões); a abertura do mercado de gás natural (R$ 21 bilhões); e o acesso à energia elétrica competitiva (R$ 121,30 bilhões).

A expansão da banda larga e o acesso à energia competitiva foram as iniciativas que, segundo a FGV, já produziram reduções no custo Brasil.

Embora ainda esteja abaixo da OCDE na densidade de acessos à banda larga, entre 2021 e 2023, o País avançou 14%, resultando em uma redução de R$ 5,76 bilhões no custo Brasil. Para alcançar o potencial máximo de redução de R$ 69,26 bilhões, a densidade deve se equiparar à da OCDE - 77 acessos por 100 habitantes.

Segundo a secretária de Competitividade do Mdic, Andrea Macera, há hoje 21 projetos em andamento que contribuem para os seis eixos de atuação. "Temos um importante reforço para levar adiante nossos objetivos de reduzir a burocracia e remover os entraves regulatórios, alcançando assim nossa meta principal de mudar de fato a percepção do investidor sobre nosso ambiente de negócios."

Em evolução R$ 5,7 bi foi a redução de custos resultante do avanço do País na conectividade de banda larga

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

IBGE mostra aumento da necessidade de financiamento líquido do governo

Alessandra Saraiva - Do Rio

Com aumento mais intenso em despesa do que receita, a necessidade de financiamento líquida do governo brasileiro, em 2023, subiu 111,2% ante 2022, para R$ 844 bilhões. A informação consta do estudo "Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2023", divulgado nesta quarta-feira, 27, pelo IBGE. O trabalho foi elaborado em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Banco Central.

Em novembro de 2023 o IBGE informou que, em 2022, a necessidade de financiamento do governo aumentou 89% frente a 2021, e chegou a RS 380,8 bilhões.

No ano passado, houve aumento nominal de 13,2% da despesa ante 2022. Em contrapartida, ocorreu aumento mais fraco, de 3,4% da receita, no mesmo período comparativo. Além disso, pela ótica da despesa, observa-se que todos os itens agregados tiveram crescimento em 2023 ante 2022.

Um ponto destacado pelo IBGE foi que, na análise dos principais agregados da receita, a arrecadação de **impostos** cresceu 4,1% no ano passado ante o anterior. As contribuições sociais subiram mais, 7,5% em 2023 sobre 2022.

Na ótica de despesa, nas contas públicas, o IBGE destacou também que, em2023 ante ano imediatamente anterior, os recursos alocados com benefícios previdenciários e assistenciais; e com remuneração de empregados cresceram 14,3%e 10,6% respectivamente.

Outro destaque em despesas foi tópico "outros gastos", por exemplo os de capital, como a alocação de recursos para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Essa categoria de "outros gastos" teve alta de 39,7% em recursos, em 2023 ante 2022.

O estudo do IBGE também evidencia aumentos em despesas com uso de bens e serviços; em juros; e em subsídios que cresceram a taxas de 12,23%, 9,8% e 7,7%, respectivamente, no ano passado em relação ao anterior.

Nas fontes de arrecadação, o IBGE detalhou que houve queda de 39,4% em receita de dividendos, em 2023 ante 2022. Também houve recuo de 30,1% na receita de concessões (especialmente as ligadas à exploração de petróleo), no mesmo período.

Além disso, os recursos alocados pelo governo federal com o

Bolsa Família, programa de transferência de renda, destinado às famílias em situação de pobreza, cresceu 47,1% no ano passado ante 2022.

O programa está incluso na categoria "benefícios sociais". Esse é o item de maior peso na composição de gastos públicos, dentro da conta intermediária de governo - que é passo inicial para elaboração da conta central.

Os recursos alocados em benefícios sociais, completaram os técnicos do instituto, tiveram alta de 3,6% no ano passado ante ano imediatamente anterior. Aumentos em "despesas com outros benefícios de seguro social" (8,6%) e em "benefícios de assistência social em numerário" (29,2%) - esse último que engloba o Bolsa Família -, em 2023 ante 2022, levaram à expansão, em benefícios sociais.

O tópico "outras transferências" teve aumento de 120,2%, em fontes de arrecadação em 2023 ante 2022. Isso porque essa categoria foi impulsionada por arrecadação de R$ 26 bilhões em recursos abandonados do PIS/Pasep e apropriados pelo Tesouro Nacional (Emenda Constitucional n-126, de 2022).

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Salário de até R$ 5 mil vai ficar isento de IR

BRASÍLIA - Após um mês de intensas discussões dentro do governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, convocou ontem rede nacional de rádio e televisão e anunciou as medidas de cortes de gastos. Sem entrar em detalhes em muitas dessas ações, ele afirmou que o pacote consolida o compromisso da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a "sustenta-bilidade fiscal do país" e que o objetivo é economizar R$ 70 bilhões até 2026, quando termina a atual gestão.

Por decisão de Lula, porém, o governo incluiu no pacote a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil por ano e aumento de **tributos** para quem ganha acima de R$ 50 mil mensais.

Haddad disse ainda que haverá mudanças nas regras de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, na aposentadoria dos militares, além de um pente-fino em programas sociais. Como contrapartida a propostas com potencial de desagradar a base petista, foi anunciado o aumento da faixa de isenção do IR.

A iniciativa, porém, não está prevista na proposta de Orçamento de 2025, enviada pela Fazenda ao Congresso em agosto. Em setembro, Haddad disse que havia apresentado a Lula estudos sobre os impactos da implantação da medida.

O ministro queria deixar o anúncio dessa medida apenas para o ano que vem e chegou a dizer isso em reuniões. Em uma delas, na segunda-feira - da qual participou o futuro presidente do Banco Central,

Gabriel Galípolo -, porém, Lula bateu o martelo e incluiu o anúncio do IR. Nessa mesma reunião, decidiu-se que Had-dad faria um pronunciamento na TV para falar das medidas.

PROMESSA DE LULA

A isenção de imposto para quem ganha até R$ 5 mil começa a valer a partir de 2026

Descrito como "prioridade" pelo ministro da Fazenda, o pacote foi anunciado após um mês de intensas reuniões e desidratado em relação ao que inicialmente queria o Ministério da Fazenda. Por exemplo, mudanças nos pisos de Saúde e Educação ficaram de fora, assim como ajustes nas regras do seguro-desemprego - o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, atuou muito nos bastidores para evitar que isso acontecesse.

Durante os debates, o governo tentou conciliar cortes efetivos com preocupações de programas e dos impactos políticos das medidas - o que gerou um cabo de guerra entre ministros. Foi preciso negociar com categorias, como militares, e ministros.

Haddad iniciou o pronunciamento de sete minutos listando iniciativas implantadas pelo governo Lula desde a posse em 2023, como a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida e o lançamento do Pé-de-Meia, que paga bolsas a alunos do ensino médio. Destacou ainda que o crescimento do **PIB** superior a 3% e a redução do desemprego. Afirmou também que o combate a privilégios e sonegação permitiu melhora das contas públicas.

- Sabemos que persistem grandes desafios. Diante do cenário externo, com conflitos armados e guerras comerciais, precisamos cuidar ainda mais da nossa casa. É por isso que estamos adotando as medidas necessárias para proteger a nossa economia - disse.

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

ENTENDA AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO GOVERNO

1 Salário mínimo: o governo vai mudar mais uma vez a regra do reajuste do salário mínimo. O objetivo agora é adequá-la ao arcabouço fiscal. A valorização real do piso nacional será limitada ao intervalo de 0,6% a 2,5% ao ano, assim como teto de gastos do arcabouço. Essa é uma das principais medidas do pacote de contenção de despesas anunciado, uma vez que o mínimo é referência para diversos benefícios, como a aposentadoria, o abono salarial e o seguro-desemprego. Em relação à **inflação**, nada muda para o mínimo. Será usado o INPC acumulado até novembro para fazer a correção. No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomou a regra que atualiza o valor do mínimo pela **inflação** do ano anterior e pelo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, que havia sido interrompida por Jair Bolsonaro. Para 2025, o percentual do **PIB** considerado seria de 2,9%, crescimento do ano de 2023. Já o limite de gas-

tos do arcabouço tem expansão anual real entre 0,6% e 2,5%, a depender do comportamento da arrecadação em 12 meses até junho do ano anterior. A nova política pode fazer com que o piso fiq ue em R$ 1.515 em 2025, uma redução de R$ 6 em relação ao que seria estabelecido com a atual regra.

2 Imposto de Renda: principal novidade do anúncio, Fernando Haddad confirmou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil, promessa de campanha de Lula. Atualmente, estão isentos os contribuintes que ganham até R$ 2.259,20 por mês. Para compensar a ampliação da isenção, o governo vai propor que quem recebe mais de R$ 50 mil por mês pague mais **impostos**. Será uma alíquota efetiva mínima de 10% de IR para pessoas com rendimentos acima de R$ 50 mil.

3 Abono salarial: Haddad anunciou que o abono salarial (o abono do PIS/Pasep) passa-

rá a ser pago para quem ganha até R$ 2,640. O benefício funciona como uma espécie 14°, pago hoje a quem recebe até dois salários mínimos (R$ 2.824). Segundo Haddad, o valor de até R$ 2.640 será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio. O prazo em que esses números serão alcançados não foram informados. As regras não mudam para quem está no mercado de trabalho este ano porque o calendário de pagamento é feito no ano seguinte. Cada mês trabalhado equivale a 1/12 de salário mínimo no valor do benefício, sendo que o período igual ou superior a 15 dias contará como mês integral.

4 Militares: o governo Lula confirmou a proposta de fazer quatro medidas na previdência dos militares como parte do pacote fiscal. As medidas terão impacto de R$ 2 bilhões por ano, segundo antecipou o ministro da Fazenda. Uma das

medidas prevê a fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, a forma como é chamada a aposentadoria do grupo. A fixação de uma idade mínima não trará impactos de curto prazo porque haverá regras de transição. Além disso, com o aumento do tempo de serviço para 35 anos, que ocorreu na reforma de 2019, quem ingressa na carreira aos 20 anos, por exemplo, só vai poder pedir reserva aos 55 anos. Também faz parte do pacote a padronização da contribuição para o Fundo da Saúde. O plano é igualar a contribuição dos militares da Aeronáutica e da Marinha, que hoje pagam menos, à alíquota do Exército, de 3,5% sobre o soldo. Nesse ponto, não haverá corte de gastos, mas aumento de receita. Outra medida que será anunciada será o acabar com a chamada "morte fictícia", quando um militar é expulso da corporação por mau comportamento e crimes. A quarta medida será o fim da transmissão da cota de

pensão, quando um dependente morre e a parte dele migra para os demais, somando os 100%..

5Novo pente-fino: o pacote também conta com um novo pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) - um salário mínimo mensal pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. No anúncio na TV, o ministro não especificou programas, mas falou em "aperfeiçoar mecanismos de controle". No BPC, o governo vai propor novas regras de acesso e manutenção dos beneficiários. Será exigida prova de vida anual, como para os aposentados, além de biome-tria e reconhecimento facial para a concessão do benefício. No Bolsa Família, o alvo é o combate a irregularidades nos pagamentos para beneficiários que declaram que moram sozinhos, os chamados unipessoais.

6Emendas: o governo vai propor que 50% das emendas de comissão sejam

destinadas à saúde pública. Em

2025, estão previstos R$ 11,5 bilhões para essas emendas, ou seja, a destinação para saúde seria de R$ 5,75 bilhões. Além disso, Haddad disse que o montante global de emendas passará a crescer abaixo das "regras fiscais", alinhado à nova lei sobre as verbas parlamentares sancionada esta semana por Lula. A partir de

2026, o limite para as emendas individuais e de bancadas estaduais deve seguir as regras do arcabouço fiscal, com alta real entra 0,6% e 2,5%. Mas as emendas de comissão serão corrigidas apenas pela **inflação** de 2026 em diante.

7Isenções fiscais: o pacote também inclui uma medida arrecadatória, para combater o volume de renúncias fiscais.

Está prevista a proibição de criação, prorrogação ou ampliação de benefícios fiscais em caso de resultado deficitário, ou seja, quando as despesas superam as receitas.

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

Pacote do governo prevê economia de R$ 70 bi nos próximos dois anos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi à cadeia nacional de rádio e TV na noite dessa quinta-feira (27) para anunciar uma série de medidas que o governo vai propor para economizar R$ 70 bilhões em gastos públicos nos próximos dois anos.

Dentre as medidas estão uma regra nova para limitar o crescimento anual do salário mínimo, uma intenção de combater os supersalários no funcionalismo público e uma maior restrição ao abono salarial - uma espécie de 14º salário para trabalhadores pobres.

O governo já vinha discutindo a medida há meses, e agora apresentou o plano para a sociedade. O objetivo é tentar conter o rombo das contas públicas e demonstrar compromisso com a responsabilidade fiscal.

Uma entrevista coletiva foi marcada pela equipe econômica para a manhã de hoje para dar detalhes da medida. O mercado não recebeu bem o anúncio, e o dólar atingiu seu maior valor nominal (descontada a **inflação**) do período do real como moeda.

SALÁRIO MÍNIMO O valor continuará subindo acima da **inflação**, segundo o ministro Haddad, mas dentro das regras do arcabouço fiscal, ou seja, com um limite de até 2,5% ao ano (acima dos índices inflacionários).

Atualmente, não há esse limite, o mínimo é reajustado pela **inflação** do ano anterior e pelo **PIB** de dois anos antes. Com isso, haverá limitação do ritmo de crescimento sempre que o **PIB** subir acima de 2,5% dois anos antes.

IMPOSTO DE RENDA Aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas dos atuais R$ 2.824 para R$ 5 mil. Ou seja, quem ganha até R$ 5 mil por mês, não pagará mais Imposto de Renda, se a medida for aprovada. Vai valer a partir de 2026.

Essa medida não vai cortar gastos. Mas foi incluída no pacote a pedido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que queria compensar os cortes orçamentários com uma iniciativa que pudesse ter um caráter mais popular.

O governo deverá compensar a perda de arrecadação com o IR com uma outra medida, que é aumento de imposto para quem ganha acima de R$ 50 mil.

Foi o aumento da isenção do IR, principalmente, que gerou no mercado um temor de que os cortes do governo não estão tão compromissados assim com a responsabilidade fiscal.

TAXAÇÃO DOS RICOS A proposta do governo, segundo Haddad, é sobretaxar quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês que, segundo ele, "pagará um pouco mais'. Ele não deu detalhes de como isso será feito.

ABONO SALARIAL Redução do limite de renda de quem tem direito ao benefício de R$ 2.824 (dois salários mínimos) para R$ 2.640. Esse valor será corrigido anualmente pela **inflação**, até chegar a 1,5 salário mínimo, quando passará a ficar estável neste valor.

APOSENTADORIA DE MILITARES O ministro citou que será alterada a idade mínima, atualmente em 50 anos, sem dar mais detalhes. Também será instituída uma idade mínima para a reserva, e haverá limitação de transferência de pensões.

SUPERSALÁRIOS Haddad informou que quer garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional, atualmente em R$ 44.008,52 mensais. Atualmente, alguns benefícios ficam fora desse teto, permitindo que os servidores ganhem mais do que isso.

EMENDAS Ministro da Fazenda informou que o valor global das emendas parlamentares não poderá crescer mais do que 2,5% acima da **inflação** (limite do arcabouço fiscal), e que 50% das emendas das comissões passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública.

Novos benefícios fiscais, como reduções de **impostos** ou isenções, serão proibidas sempre que as contas públicas apresentarem resultado negativo (déficit primário).

Leia mais sobre o pacote na página A6

Site: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6392

Haddad anuncia corte de R$ 70 bi

» ROSANA HESSEL » RAPHAEL PATI » MAYARA SOUTO

Na noite em que o dólar comercial disparou para o recorde de R$ 5,91, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, finalmente anunciou, em rede nacional, o tamanho do pacote de corte de gastos que o governo pretende fazer nos próximos dois anos, de R$ 70 bilhões. No discurso de pouco mais de sete minutos, o ministro evitou usar a expressão "corte de gastos" e afirmou que as medidas devem gerar "uma economia" no Orçamento da União.

Entre as principais medidas do pacote - que ainda deverá ser detalhado pela equipe econômica na manhã de hoje - estão, por exemplo, limitar o reajuste do salário mínimo à regra do novo arcabouço fiscal; abono salarial para quem recebe até R$ 2.640 (hoje, R$ 2.824), convergindo depois para 1,5 salário mínimo; impor idade mínima para as aposentadorias dos militares e limitar as pensões; destinar 50% das emendas de comissões à Saúde; mudança da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha salário mensal de R$ 5 mil via compensação para quem ganha mais de R$ 50 mil por mês; e fazer valer o teto remuneratório para o funcionalismo público, acabando com os supersalários.

Ao confirmar a ampliação da isenção do IR, o ministro reforçou as promessas de campanha.

Segundo ele, a mudança é a "maior reforma da renda" da história do país.

O deputado governista Odair Cunha (PT-MG) disse, na noite de ontem, que a isenção do IR será enviada ao Congresso Nacional por meio de um Projeto de Lei Complementar (PLP) à parte do pacote fiscal, e ele que deverá ser analisado e votado apenas no próximo ano. Segundo ele, o esforço vai ser para estabelecer uma contenção da despesa pública.

Conforme foi adiantado pelo deputado José Guimarães (PT), líder do governo na Câmara, o pacote prevê a redução de R$ 30 bilhões no no próximo ano, e de R$ 40 bilhões, em 2026.

Segundo Haddad, tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) esforçaram para aprimorar as regras previstas no arcabouço fiscal para o Orçamento. No caso das emendas parlamentares, elas não poderão crescer acima do limite das regras fiscais - que limita o aumento de despesas em até 2,5% acima da **inflação** - e que 50% das emendas das comissões do Congresso serão destinadas obrigatoriamente ao Sistema Único de Saúde (SUS).

No caso de deficit primário nas contas públicas, o ministro ressaltou que ficará proibida criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários. Em relação às mudanças consideradas por ele "justas e necessárias" nas aposentadorias dos militares, Haddad disse que elas "vão promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões".

No pronunciamento, Haddad não informou a idade mínima para a reserva remunerada. Na semana passada, o Correio adiantou ela poderia ser de 55 anos. Sobre a transferência de pensão, a medida deve restringir o benefício apenas para familiares de 1ª ordem (cônjuge ou companheiro e filhos).

As negociações sobre o ajuste fiscal com o Congresso Nacional continuam hoje. No início da manhã, Haddad apresenta os detalhes do pacote, junto a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. Na sequência, o chefe da equipe econômica seguirá para o Senado, onde participará da reunião de líderes com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e senadores.

Há uma expectativa de que os textos das propostas sejam enviados ao Legislativo ainda hoje.

De acordo com fontes ligadas ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), haverá um esforço para que a votação do texto ocorra antes do recesso parlamentar, no próximo dia 22. Apesar do prazo apertado, acredita-se que as medidas serão aprovadas.

Repercussão O pacote com corte de gastos era uma promessa de Haddad que vinha sendo adiada desde o fim de outubro, a fim de tentar acalmar os ânimos do mercado.

Devido ao aumento das incertezas sobre a capacidade de o governo conseguir equilibrar as contas públicas e estabilizar o crescimento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), o dólar não parou de subir desde então. E, ao confirmar um corte de R$ 70 bilhões, entre 2025 e 2026, juntamente com a isenção do IR, que poderá custar cerca de R$ 50 bilhões, Haddad jogou um balde de água nas expectativas do

mercado.

"O anúncio não trouxe novidades em relação ao que se esperava, apenas a isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil. A questão toda que se coloca é que, muito provavelmente, parte desses R$ 70 bilhões que o governo tenta cortar vai ser perdido por conta dessa isenção", lamentou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele lembrou que "não está muito claro como o governo vai conseguir compensar o benefício" e, como o pacote é "aquém do necessário, com ajustes estruturais muito preliminares e muito incipientes. Vai ser preciso fazer outro ajuste fiscal muito mais profundo a partir de 2027". Para Vale, o quadro fiscal deve piorar e o mercado financeiro não vai se acalmar nos próximos meses. "Vamos continuar com muita tensão ao longo dos próximos dois anos", emendou.

O especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, classificou as dimensões do pacote "inferiores às necessárias para recobrar credibilidade e alcançar equilíbrio fiscal". "Entendemos que as ações anunciadas pelo ministro são positivas, em geral, colaborando para o ajuste das contas.

Entretanto, são insuficientes para produzir um resultado primário adequado à meta estabelecida em lei", afirmou.

-

Ministra lança livro no dia do anúncio

No início da noite de ontem, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participava da reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Arthur Lira (PP-AL), no Palácio do Planalto, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estava em um outro evento no Senado Federal.

Tebet lançou o livro O voo das borboletas, na biblioteca da Casa onde ela foi senadora pelo Mato Grosso do Sul antes de concorrer à Presidência em 2022. Ao chegar, a ministra evitou comentar sobre o pacote que seria anunciado, poucas horas depois, por Haddad em rede nacional de rádio e TV. Tebet apenas avisou que o detalhamento seria feito pela equipe econômica ainda hoje.

Na fila para os autógrafos, técnicos do Legislativo e do governo comentaram o fato de a ministra não estar com Haddad na reunião com Lula e os líderes e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ao ser questionada na chegada sobre o assunto, ela respondeu que é a praxe. "Eu nunca participei das reuniões do presidente com presidentes de Poderes.

É o ministro Haddad que nos representa mesmo", esclareceu.

Em relação aos vazamentos por alguns ministros do pacote, Tebet contou que foi pedido sigilo a todos os ministros. "Cada um faz a defesa dos seus interesses, é natural. Está todo mundo no mesmo barco pensando no bem comum", contemporizou.

O evento foi bastante prestigiado por servidores e parlamentares do MDB, partido da ministra, como o presidente da legenda, o deputado Baleia Rossi (SP); a ex-governadora e deputada Roseana Sarney (MA); o ex-senador Romero Jucá (RR); e o senador Alessandro Vieira (SE).

Também cumprimentaram a ministra o futuro presidente do Banco Central e diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo; o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn; o ministro da Educação, Camilo Santana, a ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck; e a ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo.

Pontos principais

Isenção de IR: "Honrando os compromissos assumidos pelo presidente Lula, com a aprovação da reforma da renda, uma parte importante da classe média, que ganha até R$ 5 mil por mês, não pagará mais Imposto de Renda"

Abono salarial: "Para atender às famílias que mais precisam, o abono salarial será assegurado a quem ganha até R$ 2.640.

Esse valor será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio"

Congresso Nacional: "O montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais. Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS"

Militares: "Para as aposentadorias militares, nós vamos promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões, além de outros ajustes. São mudanças justas e necessárias"

Salário mínimo: "Esse direito, esquecido pelo governo anterior, retornou com o presidente Lula. E com as

novas regras propostas, o salário mínimo continuará subindo acima da **inflação**, de forma sustentável e dentro da nova regra fiscal"

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6689/28-11-2024.html?all=1

Isenção custará cerca de R$ 45 bi e poderá afetar cortes, dizem analistas

ALVARO GRIBEL DANIEL WETERMAN BRASÍLIA I COLABOROU CAROLINE ARAGAKI e DANIEL TOZZI MENDES/SÃO PAULO

Especialistas em contas públicas afirmaram ontem que a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) pode neutralizar os efeitos dos cortes de gastos e comprometer o arcabouço fiscal. Para o especialista da Tendências Consultoria, João Pedro Leme, "a mecânica do arcabouço fiscal é fortemente determinada pelo bom desempenho da arrecadação federal e das receitas totais".

"Por isso, se não for bem desenhada, acaba sendo um tiro no pé", diz Leme.

Segundo ele, isentar quem ganha até R$ 5 mil deixaria apenas 15% da população na base de cobrança do Imposto de Renda. A medida, assim, acrescenta, pode proporcionar um ganho de renda a essas pessoas, impulsionar o consumo e gerar efeito positivo na atividade econômica; por outro lado, de acordo com ele, pode gerar pressão sobre a **inflação**, especialmente se o mercado de trabalho continuar aquecido.

"Isso tende a colocar a dívida num patamar de descontrole, além de arriscar, no pior dos cenários, uma possível dominância fiscal (quando a política monetária já não tem mais efetividade sobre controle inflacionário).

Por isso, é necessário pensar muito bem sobre o desenho dessa isenção", diz Leme.

Ainda que a isenção venha a ser compensada com a taxação dos mais ricos, como anunciou Haddad, é preciso considerar dois efeitos, segundo o especialista: o ganho de arrecadação com a cobrança e a mudança no comportamento de agentes econômicos diante da nova tributação.

"NÃO RECOMENDÁVEL". O economista- chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, especialista em contas públicas, estima que a isenção de Imposto de Renda para a faixa até R$ 5 mil teria um custo de ao menos R$ 45,8 bilhões.

"Esse cálculo é otimista, vale dizer, pois considera que a tabela do Imposto de Renda seria modificada garantindo-se a focalização do benefício apenas aos contribuintes de renda mais baixa", disse Salto, em nota enviada à imprensa.

Na avaliação do economista- chefe da Warren, "é arriscado e não recomendável colocar na mesa uma medida de custo elevado em termos de desoneração, cuja compensação exigiria desenho complexo".

De acordo com Salto, neste momento, o ideal seria "cortar gastos para conferir credibilidade ao ajuste fiscal pretendido pelo Executivo".

O economista diz ainda que a medida teria potencial para anular os efeitos positivos do anúncio das medidas do pacote fiscal, que era esperado já há várias semanas.

PERSPECTIVA. O especialista em Direito Previdenciário Denis Passerotti tem uma estimativa semelhante para a perda de arrecadação (cerca de R$ 45 bilhões) com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda.

Em nota, Passerotti diz que esse anúncio vai "na contramão" do que é esperado pela "população e pelo mercado financeiro", uma vez que a expectativa era de que os anúncios caminhassem no sentido de promover o equilíbrio das contas públicas.

"Se (a compensação da isenção do IR) não for bem desenhada, pode acabar sendo um tiro no pé" João Pedro Leme Tendências Consultoria

"É arriscado e não recomendável colocar na mesa uma medida de custo elevado em termos de desoneração" Felipe Salto Warren Investimentos

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Indústria sofre com juros altos e indefinição sobre questão fiscal

Com a alta de 0,62% em novembro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- 15 (IPCA-15), divulgado na terça-feira, a taxa acumulada dos últimos 12 meses (4,77%) estourou a meta de **inflação** estabelecida pelo Banco Central.

A meta perseguida em 2024 era de 3,0%, com teto de tolerância de 4,50%.

No início do mês, o Banco Central (BC) já havia anunciado o aumento da taxa de juros (Selic) em 0,5 ponto porcentual, de 10,75% para 11,25% ao ano. Os dados de novembro do IPCA e a demora do governo para anunciar o pacote de corte de gastos são fatores que contribuem para um cenário de incerteza e que podem acarretar em juros mais altos e na continuidade da desvalorização do real.

"Se você olha o que está acontecendo na economia no dia a dia, parece tudo bem", diz Marcos Mendes, doutor em Economia pela USP e pesquisador associado do Insper, que participou do vodcast Dois Pontos do Estadão desta semana.

Para ele, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), o desemprego em mínima histórica e a alta do consumo indicam uma normalidade que precede uma ressaca. "O que tivemos de política econômica nos últimos anos foi que o governo pisou fundo no acelerador do gasto público", diz Mendes.

"A dívida pública está crescendo e isso começa a gerar temores com relação à trajetória da dívida. O risco começa a aumentar, as taxas de juros aumentam e a **inflação** começa a sair de controle." IMPACTO. "É necessário ter em conta que o caso do Brasil não é isolado", diz Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília e economista-chefe do Ministério do Planejamento no governo Michel **Temer**, que também participou do Dois Pontos desta semana. Para ele, o grau de interdependência das economias talvez nunca tenha sido tão grande como agora e o que acontece nos Estados Unidos, na Europa e na China pode impactar diretamente a economia brasileira: "A **inflação** não é própria do Brasil, é global".

Segundo Arbache, é preciso levar em consideração a imprevisibilidade geopolítica e a questão das mudanças climáticas, que têm sido um desafio para a medição de risco dos bancos. "Isso cria um nervosismo no ambiente e que se traduz em taxas de juros mais altas, potencial **inflação** e mudança no padrão de investimento." "As estatísticas recentes mostram uma quantidade relativamente significativa de greenfield", destaca Arbache. "A despeito dos problemas do Brasil, o País segue atrativo. Porque o Brasil está melhor? Não, porque o mundo ficou pior." DESAFIOS. Além deste cenário de insegurança fiscal e cambial, os convidados do vodcast apontam que incertezas jurídicas, políticas e regulatórias também podem travar investimentos e tomadas de decisão.

"O maior desafio é o tributário, existe uma flexibilidade na interpretação das normas que é altamente danosa", diz Mendes. "Imagina uma empresa que chega aqui, acredita que a regra tributária é uma e no dia seguinte a Receita vai lá e autua todos os seus altos executivos os acusando de fraude fiscal." Para ele, a situação começa a melhorar quando é possível quantificar e precificar. Quando isso não é possível, diz Mendes, gera uma paralisia.

Para Arbache, pior do que uma regra ruim é uma regra que pode ser mudada: "Isso traz muita incerteza para quem está colocando capital e para quem está emprestando dinheiro".

Carestia Para Jorge Arbache, da UnB, **inflação** hoje se tornou fenômeno global: "Não é própria do Brasil"

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/

Mudanças no Imposto de Renda só valerão em 2026

MÍRIAM LEITÃO

A proposta de ajuste vai enquadrar o aumento do salário mínimo nas regras do arcabouço fiscal, congelar a renda de elegibilidade para receber o abono salarial em R$ 2.640, endurecer as regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os super- salários serão limitados até que uma lei complementar discipline o assunto. Haverá uma regra mais forte para a Lei Aldir Blanc. Os militares contribuirão mais para a Saúde e terão mudanças nas regras de aposentadoria. Tudo isso o governo quer aprovar em 2025. E é isso que forma o pacote de R$ 70 bilhões de economias em dois anos. A maioria dessas medidas estará numa proposta de emenda à Constituição.

A isenção da renda para quem ganha até R$ 5 mil e o aumento do imposto das rendas mais altas serão tratados de forma separada, não como parte do ajuste fiscal. O governo deve enviar por lei complementar, para ser discutida no ano que vem, e valerá apenas em2026. A isenção de até R$ 5 mil não será para todas as faixas de renda. Ou seja, quem ganha R$ 20 mil continuará como hoje: isento apenas até dois salários mínimos. O benefício será, de fato, para quem ganha até R$ 5 mil.

Para compensar, haverá aumento do imposto a ser pago por quem tem renda anual de R$ 600 mil ou mais, mas incidirá apenas sobre quem tem muita renda não tributada. Ou seja, quem tiver um salário alto, mas pela CLT, não terá aumento da tributação, porque já paga 27,5%. Mas quem tiver composição de receitas que venham de PJs ou distribuição de dividendos terá de pagar um valor mínimo de 10%.

O aumento do salário mínimo, que hoje é **inflação** mais o crescimento de dois anos antes, passará a seguir as regras do arcabouço. No primeiro ano a economia será de apenas R$ 2,5 bilhões, no ano seguinte, de R$ 9 bilhões, e em 2030 pode chegar a R$ 30 bilhões - isso pelo impacto do mínimo em todos os benefícios sociais.

A renda de quem pode receber abono salarial será de R$ 2.640 (hoje, dois salários mínimos). Daí em diante, o valor será corrigido apenas pela **inflação**. Quando representar 1,5 salário mínimo, passará a seguir essa proporção. Ou seja, é uma forma paulatina de torná-lo focado nos mais pobres.

Os militares não terão mais a chamada "morte ficta". Hoje quem é expulso das Forças por algum crime é considerado morto, e a família recebe pensão. Isso acabará. As possibilidades de transferir pensão por várias gerações também serão limitadas, e eles terão de contribuir com 3,5% para seu sistema de saúde. Hoje cada Força paga um percentual.

A Lei Aldir Blanc estabelece um gasto anual de R$ 3 bilhões. O valor será mantido, mas condicionado à execução. Haverá limitação ao Fundeb, como o de que 20% têm de ir para educação integral.

O governo vai anunciar também novos gatilhos para o arcabouço, a serem acionados se as medidas não conseguirem equilibrar as contas públicas.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dólar atinge recorde histórico, a R$ 5,91, com medida sobre IR

PAULO RENATO NEPOMUCENO, ISA MORENA VISTA E ANNA BUSTAMANTE

APÓS LONGA GESTAÇÃO

A expectativa com o pacote de medidas de ajuste fiscal levou o dólar ao maior valor de fechamento nominal desde a implementação do Plano Real, em 1994. A moeda americana subiu 1,80%, a R$ 5,9124. Já o Ibo-vespa recuou 1,73%, aos 127.669 pontos, influenciado ainda pela forte alta dos juros futuros - contratos que mostram a projeção do mercado para o valor das taxas de juros à frente.

O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em pronunciamento nacional às 20h30, com os mercados já fechados.

A notícia de que o pacote incluiria a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês levou desconfiança ao merca- do sobre a fonte de recursos para custear esse benefício, o que provocou uma corrida dos investidores para o dólar. Na máxima do dia, a moeda foi cotada a R$ 5,9288.

Em casas de câmbio do Rio, o dólar turismo chegou a ser negociado a R$ 6,25, para moeda em espécie, e R$ 6,41, no cartão pré-pago. Esses valores já embutem o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de 1,1% e 4,38%, respectivamente.

Para Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, a desconfiança do mercado sobre o real compromisso do governo com o ajuste fiscal - devido à demora no anúncio das medidas -se somou à apreensão com a proposta de isenção no IR, levando o dólar a um patamar recorde.

- Ter incluído a questão da isenção reforça muito a impressão de que, na verdade, você tem uma equipe econômica isolada, que o Haddad não conseguiu convencer o Lula de que isso (os ajustes fiscais) é uma coisa necessária, mas também positiva. E enfraquece muito a discussão política de aprovação das medidas no Congresso -ressalta.

Segundo Volpon, o fato de a moeda americana ter alcançado um patamar tão alto antes do anúncio do pacote reforça a expectativa de que possíveis efeitos positivos das medidas no dólar podem ser anulados.

SELIC ACIMA DE 14%

A desconfiança do mercado também fez com que a taxa de depósito interfinanceiro (Dl) para os contratos de janeiro dos anos de 2026 a 2030 subisse entre 0,3 e 0,4 ponto percentual, alta considerável para um único dia. Os juros futuros chegaram a precificar a taxa básica da economia, a Selic, a 14,25% no segundo semestre de 2025. Atualmente, ela está em 11,25% ao ano.

Diante da volatilidade, a Secretaria do Tesouro Nacional interrompeu a negociação dos títulos do Tesouro Direto por alguns minutos na tarde de ontem. O título IPCA+ com vencimento para 2029 superou os 7% de pagamento, no maior patamar do ano.

Segundo Volpon, o Banco Central deve continuar elevando a Selic nas próximas reuniões, mesmo com as medidas anunciadas ontem pelo governo. Ele avalia que os efeitos na **inflação** da alta do dólar, do aquecimento da economia -acrescido dos gastos fiscais -e da desancoragem das expectativas não estão sendo devidamente tratados: - Isso deixa o Banco Central numa sinuca de bico, onde ou ele aumenta muito a taxa de juros, ou perde a credibilidade.

Com o movimento dos juros futuros, as ações de empresas voltadas ao mercado doméstico desabaram no Ibovespa: Magazine Luiza cedeu 9,4%, a R$ 9,64; e Azzas caiu 7,21%, a R$ 39,40. Os bancos caíram em bloco, com o Itaú perdendo 2,45%, a R$ 33,90, e o Bradesco cedendo 2,7%, aos R$ 13,32.

- Se aumenta a percepção de risco, isso afeta as decisões de investidores para a renda variável. A curva de juros subindo acaba afetando o retorno esperado da Bolsa -afirma Adauto Lima, economista-chefe da Western Asset.

Pela manhã, o banco americano JPMorgan alterou a recomendação para as ações brasileiras de "compra" para "neutro". Segundo o banco, os papéis vivem um eterno "dia da marmota" por conta da indefinição sobre o corte de gastos do governo e do impacto na trajetória da dívida em relação ao **PIB**. É uma referência ao filme homônimo, em que o personagem central vive o mesmo dia repetidas vezes.

*Estagiária, sob a supervisão de Luciana Rodrigues

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

"As medidas são positivas, mas insuficientes"

CAROLINA NALIN

ENTREVISTA: Felipe Salto/ ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN

As medidas de corte de gastos anunciadas pelo ministro Fernando Haddad são positivas, porém insuficientes para restaurar a credibilidade na política fiscal, avalia Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos. Ele avalia que o governo pode ter perdido uma "oportunidade de ouro" para mostrar um compromisso mais efetivo com a estabilização da relação dívida/**PIB**.

Como o senhor aval ia o pacote? As medidas são positivas, mas insuficientes para recobrar a credibilidade na política fiscal e alcançar as condições de sustentabilidade da dívida/**PIB**. Além disso, a introdução da mudança na faixa de isenção do Imposto de Renda adiciona incertezas e pode representar custos, a depender da compensação.

A economia de R$ 70 bilhões é suficiente?

O valor é baixo para dois anos, e mesmo assim contempla um risco grande. Falta detalhamento das ações, além de medidas com maior fôlego para conter as despesas de 2025 em diante.

Por que o dólar foi a R$ 5,91?

Ao anunciar a mudança na faixa de isenção do IR, o governo acabou maculando um anúncio que era para ser de corte de despesas, e não de aumento de benefícios.

Qual o sentido de apresentar a isenção do IR junto com o pacote de corte de gastos?

Nenhum. Essa medida deveria ser discutida no âmbito de uma reforma da tributação da renda. E não colocada como se fosse uma espécie de contraponto ao próprio pacote de ajuste.

A demora em apresentar o pacote reduziu a boa vontade do mercado com o governo?

Não se trata de boa vontade. O governo criou uma expectativa de que o pacote seria suficiente para ajustar as contas às regras do novo arcabouço fiscal. Ocorre que isso não está garantido. É um pacote insuficiente e ainda acompanhado de medida tributária inesperada, ao menos para este momento. O governo pode ter perdido uma oportunidade de ouro para mostrar um compromisso mais efetivo com a retomada de uma dívida/**PIB** estável em horizonte de médio prazo.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Emprego formal perde força e sinaliza otimismo menor em 2025

Marsílea Gombata e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília

O mercado de trabalho formal desacelerou em outubro e criou menos vagas com carteira assinada que o previsto. Os números, contudo, não mudam o cenário positivo de 2024, afirmam economistas. Para 2025, a perspectiva é de desaceleração.

No mês passado, o mercado de trabalho brasileiro registrou abertura líquida de 132.714 empregos com carteira assinada, resultado de 2.222.962 admissões contra 2.090.248 desligamentos, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O resultado ficou abaixo da mediana das estimativas de consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de criação de 199.019 postos de trabalho. O número foi pior que o de outubro do ano passado, quando houve a abertura de 187.070 vagas.

No acumulado de janeiro a outubro foi registada abertura líquida de 2.117.473 vagas.

Os números do Caged de outubro mostram perda de ritmo do mercado de trabalho, afirma Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuaria (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

"Já vemos uma tendência de redução do ritmo. Os números indicam um arrefecimento do mercado de trabalho, que ainda cresce, mas a um ritmo menor", diz.

As cinco regiões do país apresentaram abertura líquida de vagas formais de trabalho. Dentre os cinco setores da economia, três tiveram abertura líquida de postos formais. Em serviços, a abertura foi de 71.217 vagas, na indústria, de 23.729, e no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 44.297.

Houve fechamento em agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-5.757) e construção (-767).

Segundo Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, a criação líquida de vagas com carteira assinada em outubro foi menor do que o esperado devido à queda não apenas em agropecuária e construção, mas também do menor ímpeto em serviços.

"Observamos uma queda muito forte em subclasses [da construção] ligadas a vagas relacionadas ao setor público. Houve queda de 4.300 vagas em construção de rodovias e ferrovias, de mil vagas em obras de urbanização, ruas, praças e calçadas", afirma, ao observar que algumas contratações podem ter sido feitas no pré-eleição.

"Em serviços, por sua vez, a única categoria que não desacelerou foi a de serviços de saúde."

Ao longo do ano, indústria e serviços foram os setores que puxaram a criação de vagas com carteira assinada, mas esse ritmo não deve se manter em 2025, avalia Lucas Assis, economista e analista da Tendências Consultoria, ao prever desafios para o mercado de trabalho formal adiante.

O economista observa que, apesar de a criação de novas vagas ter sido menor em outubro do que em setembro, o resultado não muda a perspectiva favorável para o mercado formal.

"Ao longo do ano, o destaque foi o setor de serviços. Dentro dele, atividades administrativas e serviços complementares foram responsáveis pela criação de mais de 324,8 mil vagas. A indústria também teve desempenho bastante positivo, com criação de 429,5 mil vagas no acumulado do ano", diz.

Na divulgação dos dados de outubro do Caged, o MTE afirmou que o salário médio de admissão de novos empregados com carteira assinada ficou em R$ 2.153,18.0 valor representa queda de R$ 18,96 em relação a setembro. O salário médio de demissão ficou em R$ 2.223,62, ante R$ 2.251,82 em setembro, recuo de R$ 28,20.

Zylbersztajn observa que o salário de admissão menor pode refletir uma mudança na dinâmica de contratações.

"Durante muito tempo as pessoas foram contratadas ganhando igual aos que já estavam trabalhando, na média, quando se espera que quem entre ganhe menos do que quem está trabalhando", diz o economista. "Parece que estamos vendo que pessoas contratadas agora estão recebendo menos do que aqueles que estão no mercado, um cenário mais normal."

O MTE afirmou ainda que, em outubro, o Brasil gerou liquida-mente 41.523 novos postos de trabalho intermitente, de aprendizes, temporários, contratados por Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física ou com carga de até 30 horas. O número foi resultado de 310.259 admissões e 268.736 desligamentos.

Os dados piores que o esperado do Caged de outubro levaram a um reajuste de projeções. A LCA Consultores revisou para baixo a projeção para 2024 de criação líquida de 1,9 milhão para 1,8 milhão de vagas. Para novembro, a consultoria espera criação de 130 mil novas vagas, e para dezembro, saldo negativo.

"Ainda assim, esses são dados que mostram um mercado de trabalho muito forte em 2024, cenário que é reforçado pelos recordes de desligamento a pedido que temos visto", afirma Imaizumi, ao lembrar que, no acumulado em 12 meses, o total de demissões a pedido chega a 8,4 milhões.

No curto prazo, diz Assis, a perspectiva é de manutenção do ritmo de abertura de vagas.

"[Isso porque] o cenário de atividade econômica tende a se manter positivo, apoiando o avanço da massa de renda. E isso beneficia postos de segmentos como serviços prestados às famílias e comércio", diz o economista.

"As condições de crédito ainda satisfatórias trazem expectativas positivas para esses segmentos. A indústria, por sua vez, deve ter desempenho favorável, especialmente no seguimento de bens de capital, o que favorece a indústria de transformação."

O ano de 2025, contudo, apresenta desafios importantes para a manutenção desse ritmo no mercado formal, afirma Assis.

"Temos **inflação** ainda em patamares elevados e expectativa de aumento contínuo das taxas de juros, o que pode impactar a expectativa de crescimento", diz.

A Tendências Consultoria prevê que a criação líquida de 1,8 milhão de vagas neste ano desacelere para 1 milhão no ano que vem.

Para 2025, afirma Zylbersztajn, dificilmente haverá um cenário vigoroso como o deste ano.

"Veremos, pelo menos, uma estabilização", diz, ao prever um saldo líquido de entre 1,7 milhão e 1,8 milhão neste ano.

"Números indicam um arrefecimento do mercado de trabalho"

Hélio Zylbersztajn

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Economistas veem pacote "ruim" nas medidas já conhecidas

Anais Fernandes, Marta Watanabe, MarsíleaGombata, Marcelo Osakabe e Alex Jorge Braga De São Paulo

O anúncio, ainda preliminar, das principais medidas que devem integrar o ajuste fiscal do governo, feito ontem pelo ministro Fernando Haddad, decepcionou economistas.

O novo pacote não deve conter os gastos, mas apenas alterar a composição da despesa, diz Carlos Kawall, sócio fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional. Nesse sentido, ele diz que o pacote é "tático", para evitar o esmagamento das despesas discricionárias (não obrigatórias) em 2026, ano de eleição presidencial, mas afirma que o conjunto de medidas não será suficiente para "comprar dois anos de tempo".

"O que o governo quer fazer é evitar o colapso do arcabouço, que se expressaria quer no "shutclown" em 2026, quer numa inconsistência, inclusive político-eleitoral, de se chegar em ano de eleições com a "água no nariz" do gasto discricionário", afirma Kawall.

Ficou claro, no entanto, que a regra fiscal é "intrinsecamente inconsistente e não sobreviverá", diz Kawall. "Com o crescimento do gasto obrigatório, chegará um momento em que a despesa discricionária não terá mais espaço e haverá uma implosão na máquina pública", afirma.

Para Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, a impressão que ficou é que o governo continua apostando no aumento da receita para cumprir as metas de resultado primário, "porque as medidas apresentadas não são suficientes para mudar significativamente a trajetória da despesa", diz.

"Parece uma situação em que o próprio governo, internamente, não está convencido da necessidade de fazer ajuste e faz uma tentativa de aplacar o que eles acham que é perseguição ou má vontade do mercado", afirma Mendes. "Mas não é isso, nós temos uma dívida pública em trajetória ascendente muito forte, sinalizando para a in-sustentabilidade, para uma crise da dívida à frente. A minha preocupação é que o governo perdeu uma grande oportunidade."

Tiago Sbardelotto, economista da XP, também considerou o pronunciamento "mim" e "uma decepção". Uma economia de R$ 70 bilhões (R$30 bilhões em 2025 e R$ 40 bilhões em 2026) podería até garantir a sustentabilidade do arcabouço nos próximos dois anos, segundo Sbardelotto. Ele diz ter dúvidas, no entanto, da capacidade de as medidas listadas chegarem a esse montante.

Para ele, ficou parecendo que o valor de R$ 30 bilhões em 2025, por exemplo, inclui os R$ 25 bilhões já esperados com pentes-fi-nos em benefícios sociais anunciados anteriormente pelo governo. "Não seria economia nova", diz.

No caso dos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os excessos são tão fortes e os indícios de irregularidades tão grandes que "alguma coisa" de despesa o governo vai conseguir reduzir, diz Mendes. "Mas o BPC precisava de uma reforma para-métrica, muito mais profunda."

Medidas estruturais poderíam aumentar a sobrevida do arcabouço fiscal em até uns quatro anos, mas, pelo pronunciamento, Sbardelotto diz não enxergar "nada de relevante que possa trazer essa economia de R$ 70 bilhões". "O se-guro-desemprego não muda, o abono só muda em 2027 e de forma muito gradual", afirma.

Mendes também considerou a alteração no abono "muito tímida". "Em vez de baixar a regra de elegibilidade de dois salários mínimos para 1,5 como era aventado, foi para 1,9 salário mínimo e só gradativamente, ao longo do tempo, vai convergir para um salário mínimo e meio", afirma. Assim, ele estima que "efeitos maiores" da medida sobre o caixa do governo só devem aparecer depois de 2029.

As alterações na Previdência dos militares e nos "supersalários" do funcionalismo têm dimensão mais retórica do que efetiva para economia, segundo Sbardelotto. "Os efeitos como o governo deseja só serão sentidos quando houver um número importante de militares aposentados sob as novas regras", diz João Leme, economista da Tendências Consultoria.

A instauração de um limite para o crescimento do salário mínimo é uma medida estrutural, mas que tem impacto pequeno no curto prazo, segundo Sbardelotto. "Tende a ser R$ 3 bilhões em 2025 e RS 11 bilhões em 2026."

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Alguns economistas apontaram que esse ajuste também parece de "pior qualidade", se ele considerar apenas a trava de aumento de 2,5%, e não uma regra atrelada às receitas como ocorre para as despesas no atual arcabouço fiscal.

E, mesmo se o governo for bem-sucedido em aumentar a receita, a mudança na regra do salário mínimo pode se tornar "um tiro no pé", segundo Mendes. "Para os próximos anos, pela regra atual, o mínimo seria corrigido em termos reais em 3%, porque é o crescimento do **PIB** de 2023 e, possivelmente, o de 2024. Pela nova regra, vai corrigir, no máximo, por 2,5%. Só que, mais para frente, o **PIB** não deve crescer tanto, deve crescer na faixa de 2% ou talvez menos. O salário mínimo vai continuar crescendo pela regrado arcabouço, que é o 2,5%, e o **PIB** vai estar crescendo menos do que isso. Então, o ganho deve ser no curto prazo, mas a nova regra será mais prejudicial para a despesa à frente."

A medida mais polêmica foi o anúncio de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil ao mês, o que vai, segundo analistas, na contramão de um pacote para redução de despesa. Em estimativa otimista, Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, diz que a medida custaria ao menos R$ 45,8 bilhões.

A dúvida dos economistas é se a proposta do governo para aumentar a taxação de quem ganha mais de R$ 50 mil mensais será suficiente para compensar essa perda. Além disso, o "grande risco", diz Mendes, é, chegando ao Congresso, passar a isenção tributária, mas não a tributação adicional.

José Alfaix, economista da Rio Bravo, diz entender que a medida é proposta de campanha, mas destaca alguns cálculos que mostram que a renda inicial para pertencer aos 10% mais ricos é próxima a R$ 6.000 mensais. "É preciso lembrar que Brasil é um país de baixa renda, e não estão atingindo somente os mais pobres da distribuição com a isenção de IR."

Kawall observa ainda que a medida até pode ser fiscalmente neutra, mas terá impacto sobre a atividade e, assim, os rumos da política monetária. "Haverá redução de carga tributária da baixa renda, que tem propensão para consumir mais alta. É uma medida expansionista de demanda e, essencialmente, populista."

O resultado é que a reação do mercado ao anúncio deve, mais uma vez, ser negativa, segundo Mendes. "Esperava-se um ajuste mais forte e dificilmente haverá condições políticas para uma outra rodada até 2026", afirma.

PEC de trio de deputados prevê 8 medidas para economizar R$ 1,1 tri até 2031

Raphael Di Cunto De Brasília

Os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ),Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguiri (União-SP) apresentaram nesta quarta-feira uma proposta de emenda constitucional (PEC) com medidas para conter a alta de gastos previdenciários e assistenciais e cortar gastos.

São oito medidas principais: suspensão dos aumentos reais (acima da **inflação**) do salário mínimo; desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais do valor do salário mínimo; desvinculação dos pisos da saúde e da educação federais; corte nos "supersalários", com limite de 30% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); revisão dos critérios de inatividade dos militares; redução e posterior extinção do abono salarial; limitação das emendas parlamentares ao Orçamento; e corte de 10% nos subsídios tributários até 2031.

A PEC foi concluída na última quarta-feira (27), mas agora precisa do apoio de outros 168 deputados para começar a tramitar e ser debatida. O primeiro passo seria a análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta foi batizada de Programa de Equilíbrio Fiscal Estrutural (Pefe).

Os autores defenderam que os cortes são necessários para garantir a sustentabilidade das contas públicas já no curto prazo, evitar problemas para o pagamento de aposentadorias e pensões e a volta da hiperinflação no Brasil.

As propostas podem levar a economia acumulada de mais de R$ 1,1 trilhão até 2031 (número que ainda não leva em conta as mudanças na inatividade dos militares e a redução nos supersalários). Só em 2026, no atual governo, seriam economizados R$ 69,4 bilhões. Até 2035, dizem os autores, há potencial para ultrapassar R$ 2 trilhões ou R$ 3 trilhões.

Kataguiri comentou que pode ser que a PEC não obtenha assinaturas necessárias na atual legislatura, diante de resistências do governo a cortes de gastos, mas que será necessária. "Ou a gente toma essa correção de rumos agora, ou em breve não teremos mais dinheiro para pagar a Previdência", pontuou.

Segundo Júlio Lopes, a partir de 2040, a população brasileira começará a diminuir de tamanho e isso exige medidas superiores ao pacote de ajuste fiscal do governo. "Perdemos o bônus demográfico. Quanto mais adiar o debate, mais duro terá que ser o corte no futuro", disse.

Vice-líder do governo na Câmara, Pedro Paulo destacou que a PEC dará, "de largada", o dobro ou o triplo de economia do que o pacote do Executivo e que esta é uma operação "para salvar o arcabouço fiscal". "Não adianta ficar enxugando gelo. O paciente está na UTI e o remédio é doloroso, e tem seu custo político para os parlamentares que aqui o propondo, mas é necessário", disse.

O projeto foi elaborado pelos parlamentares junto com técnicos da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (Conof), incluindo o ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Paulo Bijos, que deixou o governo em julho deste ano.

A medida com maior economia de gastos é a desindexação dos benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, e assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da mesma regra de aumento real do salário mínimo. Isso levaria a uma economia, entre 2026 e 2031, de R$ 485 bilhões, segundo os autores.

Projeto foi elaborado pelos parlamentares com técnicos de consultoria da Câmara dos Deputados

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Equilíbrio das contas públicas é prioridade para o crescimento

João Sorima Neto, O Globo, de São Paulo

Equilibrar os gastos e trazer a dívida pública do país para uma trajetória sustentável. Para os economistas que participaram de mais um evento da série "Caminhos do Brasil", realizado na segunda-feira no hotel Palácio Tangará, em São Paulo, esse é o principal desafio macroeconômico de curto prazo do país.

Para os especialistas, mesmo com indicadores positivos, como a taxa de desemprego nos mais baixos patamares históricos e a economia brasileira crescendo em torno de 3% este ano, o cenário fiscal pesa negativamente na atração de recursos estrangeiros e trava o investimento por parte das empresas, já que o custo do capital sobe em um horizonte de maior risco.

"Caminhos do Brasil" é uma iniciativa dos jornais "O Globo" e Valor Econômico e da rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. Esta edição, a última de 2024, integrou a programação do CNC Global Voices, evento exclusivo com importantes personalidades globais explorando insights sobre política e economia. A mediação ficou a cargo de Malu Gaspar, colunista do "Globo", e Sérgio Lamucci, editor-executivo do Valor.

"Este é o momento de ter um diagnóstico mais claro do que é nosso principal problema macroeconômico: permitir a estabilização da dívida pública e construir um cenário de longo prazo para trazê-la para uma trajetória sustentada", avaliou a economista-chefe do Santander Brasil, Ana Paula Vescovi, que foi secretária do Tesouro Nacional e secretá-ria-executiva do Ministério da Fazenda no governo Michel **Temer**.

"É muito difícil acreditar que o país possa ter um crescimento potencial de 2% sem chegar a 20% de investimento do **PIB**. Atualmente, estamos patinando em 17% [em patamar de investimentos].

Para Ana Paula, é possível superar a alta do custo de capital via ajuste fiscal. Os juros reais estão em 7% ao ano, mas eram de 3,5% até recentemente. Ela defende que um bom ambiente de negócios ajuda a rodar a economia e reduz o custo das transações.

Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG, lembra que a despesa obrigatória está crescendo muito, o que reduz espaço para o investimento do governo. Este ano, sem juros, prevê, ela será de R$ 2,24 trilhões. Enquanto isso, o investimento público federal é de apenas R$ 80 bilhões, com tendência de queda. "O gasto federal continuará crescendo nos próximos dois anos. A gente ainda vai continuar com um grande desafio fiscal", disse Almeida, que foi secretário do Tesouro Nacional, entre os governos **Temer** e Jair Bolsonaro, e chefiou a secretaria de Acompanhamento Econômico.

Para ele, é preciso consenso da sociedade, incluindo o governo e o setor privado, sobre a necessidade de conter o gasto público, sob risco de a carga tributária subir ainda mais. "Mesmo controlando gasto, o governo vai ter que ir atrás de aumento de arrecadação. E se não houver controle dos gastos, o aumento de arrecadação terá que ser muito forte."

Mansueto pondera, porém, que o país está numa situação distante daquela da crise de 2015 e 2016, quando enfrentou uma recessão. A última vez que cenário similar ao atual aconteceu, continua ele, foi em 1930 e 1931. "O governo tem dois desafios. Tem que mostrar como vai resolver a questão fiscal do ponto de vista estrutural. E o Banco Central tem que aumentar juros e trazer a **inflação** para a meta."

Para o Brasil voltar a ter taxa de juros de um dígito, destacou, será preciso um plano fiscal coerente, olhando para daqui a cinco ou seis anos, e estancando o crescimento da dívida pública.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos e ex-secretário de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e diretor de Programas no Ministério da Economia entre 2019 e 2020, disse que o ponto inicial do ajuste fiscal tem de vir da equipe econômica, com todo o respaldo do Executivo: "Acredito pouco nessa história de que o parlamento é fiscalista. O que esperamos desse ajuste fiscal é que as regras [para gastos obrigatórios] sejam ajustadas. O problema é que, nos últimos três anos, essas regras pioraram e o Orçamento se tornou mais indexado. O problema básico são as despesas elevadas, rígidas e que crescem a taxas muito altas".

Ele avalia que até o fim deste governo, a dívida

pública deve se elevar em 12 a 13 pontos do **PIB**, mesmo cumprindo as regras do arcabouço fiscal. Megale diz que a expectativa era que, nos gastos públicos, depois de um "liberou geral" em 2023, este ano seria de ajustes, o que não ocorreu. "O ajuste em 2025 precisa ser maior ainda. O trem, que estava precisando de uma freada no ano passado, agora está meio saindo do trilho. Precisa voltar."

José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC, Sesc e Senac, destacou que os empresários reunidos no evento tiveram acesso "a informações de alto nível, com potencial para ajudar no planejamento de seus negócios". " Essa foi agrande marca dos debates realizados ao longo do ano. E a mensagem que fica é de confiança, mas precisamos estar atentos à questão fiscal, pois ela será determinante para o futuro do país."

"É preciso um enorme esforço em treinamento de mão de obra"

Mansueto Almeida

"Precisamos estar atentos à questão fiscal, determinante para o futuro do país"

José Roberto Tadros

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

CEOs do mercado financeiro debatem inovação e cenário para 2025

CONTEÚDO PATROCINADO POR CNC - FEDERAÇÕES (SISTEMA COMÉRCIO)

De que forma os avanços tecnológicos podem contribuir para o desenvolvimento do Brasil? A pergunta foi o norte do painel "Inovação, crédito e perspectivas para o mercado brasileiro", que reuniu nomes de peso do universo financeiro do país no CNC Global Voices.

José Berenguer, CEO do banco XP, destacou o aumento da competitividade entre os agentes do mercado das finanças, que tem garantido mais poder para os clientes, com serviços mais baratos. "A perspectiva é positiva. Estamos vivendo uma transformação importante no mercado financeiro. O pêndulo, que antes era voltado para o banco, está na direção do cliente", afirmou Berenguer.

Na avaliação de Bruno Funchal, CEO do Bradesco Asset Management, a agenda tecnológica está cada vez mais ativa. O executivo enfatizou que o mercado de crédito vem passando por inovações relevantes, "isso tudo combinado com os avanços institucionais das últimas décadas".

Conforme Funchal, o país passa por um momento estrutural de crédito importante, em um cenário positivo. "Apesar dos juros altos, os spreads estão baixos. A empresa que quer se financiar via mercado de capitais pode aproveitar o bom momento", afirma ele.

ACESSO À INFORMAÇÃO

É central no debate em relação à inovação, de acordo com Funchal, o volume cada vez maior de informações disponíveis para as empresas de varejo, além da capacidade de processamento desses dados. "Todo mundo deve estar muito antenado para aproveitar as oportunidades", reforça ele.

Por sua vez, Eduardo Alcalay, CEO do Bank of America Brasil, lembrou dos avanços dos meios de pagamento no país, com destaque para o Pix. "A agenda de inovação do Banco Central é intensa. O Brasil está muito à frente do mercado americano, onde o cheque ainda é utilizado com frequência", exemplificou ele.

De acordo com Alcalay, o Pix e seus derivados surgem para disputar com os meios de pagamento de débito e crédito. "São meios de pagamento que estão chegando para impulsionar a cadeia do comércio", disse o executivo do Bank of America. Berenguer prevê que o real em espécie vai acabar "bem mais rápido do que a gente imagina". "O dinheiro em espécie vai acabar no mundo todo", concluiu ele.

Tema presente em quase todos os encontros que envolvem empresários e o mercado financeiro, a inteligência artificial também foi pauta do painel. Na visão do CEO do Bradesco Asset Management, a IA vai trazer muitos benefícios de gestão, aumentando a capacidade de análise. "Ela vai trazer precisão e escala nas análises do mercado de crédito", pontuou Funchal.

Já o executivo do Bank of America ressaltou que a IA é uma grande oportunidade e também uma grande ameaça para quem não souber processá-la. "Ela reduz custos e aumenta a competitividade. Tem que saber aproveitar", destacou Alcalay.

Os três CEOs também avaliaram o cenário para o ano que vem. O executivo do Bradesco declarou que o "mundo está doido para investir no Brasil, só falta aquele empurrãozinho". "Certamente é um dos mercados mais profundos. Além disso, o Brasil ainda está barato, mas o nível de incerteza ainda é alto", avaliou o executivo.

Alcalay trouxe para o debate as "questões de incerteza em relação ao equilíbrio fiscal". Ele disse esperar que o governo anuncie um pacote "que seja crível, no qual as pessoas acreditem que vai acontecer", disse ele.

Em relação às perspectivas para 2025, o CEO do Bank of America Brasil

avaliou que o cenário será de "um mundo com um pouco mais de **inflação**". "E, por consequência, de mais juros. Isso impõe a necessidade de disciplina para as empresas e para os cidadãos", declarou ele. "O juro alto freia um pouco o vigor da economia. Mas há oportunidade para o Brasil fazer mais do que se espera", completou o executivo.

Funchal salientou que ainda há muitas incertezas pensando no horizonte para o ano que vem e que é

preciso aguardar as medidas que o presidente eleito americano, Donald Trump, deve adotar. De acordo com ele, a perspectiva é de "um dólar mais forte, um real mais fraco, processo inflacionário e juros altos".

"Apesar dos juros altos, os spreads estão baixos A empresa que quer se financiar via mercado de capitais pode aproveitar 0 bom momento"

BRUNO FUNCHAL, CEO do Bradesco Asset Management

"IA é uma grande oportunidade e também uma grande ameaça. Ela reduz custos e aumenta a competitividade. Tem que saber aproveitar"

EDUARDO ALCALAY, CEO do Bankof America Brasil

"Estamos vivendo uma transformação importante no mercado financeiro. O pêndulo, que antes era voltado para 0 banco, está na direção do cliente"

JOSÉ BERENGUER, CEO do banco XP

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Ameaças tarifárias do segundo mandato geram mais incertezas

Josh Boak Associated Press, de Washington

Donald Trump gostava de aplicar tarifas sobre produtos estrangeiros durante sua primeira presidência. No entanto, o impacto foi praticamente imperceptível na economia dos EUA como um todo, embora os efeitos fossem claros em setores específicos.

Os dados mostram que as tarifas nunca cumpriram totalmente a promessa de gerar empregos em fábricas. Também não provocaram a avalanche de **inflação** temida pelos críticos.

Desta vez, contudo, as ameaças tarifárias podem ser diferentes.

O presidente eleito está falando em algo muito maior- em uma escala potencial que gera mais incertezas sobre se ele realmente fará o que diz e quais seriam as consequências.

"Vai haver muito mais tarifas, ele foi bastante claro", disse Michael Stumo, executivo-chefe da Coalition for a Prosperous America, um grupo que apoia **impostos** sobre importações para beneficiar a manufatura nacional.

O presidente eleito publicou nas redes sociais na segunda-feira que, em seu primeiro dia de governo, vai impor tarifas de 25% sobre todos os produtos importados do México e do Canadá até que esses países interrompessem a imigração ilegal e o fluxo de drogas como o fentanil para os EUA.

Importações chinesas enfrentariam tarifas adicionais de 10% até que Pequim reprima a produção de materiais usados na fabricação de fentanil, escreveu Trump.

Grupos empresariais foram rápidos em alertar sobre a escalada da **inflação**, enquanto a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, disse que responderá com tarifas sobre produtos dos EUA. Democratas na Câmara elaboraram um projeto para retirar do presidente o poder de aplicar unilateralmente tarifas tão drásticas, alertando que isso provavelmente levaria a preços mais altos para carros, calçados, habitação e alimentos.

Mas, para Trump, as tarifas agora são uma ferramenta testada que parece menos controversa politicamente, mesmo que o novo mandato envolva, em grande parte, conterá **inflação**.

As tarifas que ele impôs à China em seu primeiro mandato foram mantidas pelo presidente Joe Biden. Funcionários do governo consideraram remover as tarifas de Trump para reduzir pressões inflacionárias, mas descobriram que isso provavelmente teria pouco efeito significativo.

"As tarifas eram tão novas e únicas que assustaram a todos em 2017", disse Stumo, mas, no fim, foram relativamente modestas.

As tarifas do primeiro mandato tiveram impacto pequeno na economia. Trump impôs tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar no início de 2018, medidas que podem ter elevado os preços nesses setores, embora também coincidissem com planos de abertura de fábricas de máquinas de lavar no Tennessee e na Carolina do Sul.

Seu governo também aplicou tarifas sobre aço e alumínio, inclusive contra aliados. Em seguida, aumentou as tarifas sobre a China, levando a um conflito comercial e a um acordo limitado em 2020, que não resultou nas compras chinesas de produtos americanos prometidas.

Ainda assim, a disputa alterou as relações com a China, à medida que mais empresas americanas buscaram fornecedores alternativos em outros países. Pesquisas econômicas também descobriram que os EUA podem ter sacrificado parte de seu "soft power", já que a população chinesa começou a assistir a menos filmes americanos.

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) conseguiu manter a **inflação** relativamente sob controle, mas os gastos com construção de fábricas nunca cresceram de forma a sugerir um ganho duradouro em empregos na manufatura. Pesquisas descobriram que a guerra tarifária com a China não trouxe benefícios econômicos para as comunidades prejudicadas pela deslocalização, mas ajudou politicamente Trump e os republicanos nessas áreas.

Quando Trump assumiu a presidência em 2017, o

governo arrecadou US$ 34,6 bilhões em **impostos**, direitos e taxas aduaneiras. Esse valor mais que dobrou sob Trump, alcançando US$ 70,8 bilhões em 2019, de acordo com registros do Gabinete de Gestão e Orçamento.

"Vai haver muito mais tarifas, ele (Trump) foi bastante claro" Michael Stumo

Embora possa parecer significativo, é relativamente pequeno em comparação à economia como um todo. O produto interno bruto dos EUA é atualmente de US$ 29,3 trilhões, segundo o Departamento de Análise Econômica. As tarifas totais arrecadadas nos EUA equivaleríam a menos de 0,3% do **PIB**.

As novas tarifas sugeridas por Trump agora são dramaticamente maiores e podem ter impactos mais significativos.

Se México, Canadá e China enfrentassem as tarifas adicionais propostas por Trump sobre todos os bens importados para os EUA, isso poderia equivaler a cerca de US$266 bilhões em arrecadação, sem considerar possíveis interrupções no comércio ou medidas retaliatórias de outros países.

Mas o que Trump realmente não detalhou foi o que poderia levá-lo a recuar e declarar vitória. O que ele está criando com suas ameaças tarifárias é um sentimento de incerteza, enquanto empresas e países aguardam os detalhes para entender o que tudo isso pode significar.

"Conhecemos as principais prioridades de política econômica do próximo governo Trump, mas não sabemos como ou quando elas serão abordadas", disse Greg Daco, economista-chefe dos EUA na EY-Parthenon.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Tarifas de Trump custarão 400 mil empregos nos EUA, alerta México

Maya Averbuch e Alex Vasquez Bloomberg

A ameaça de Donald Trump de impor tarifas de 25% sobre o México e Canadá custaria à economia dos EUA até 400 mil empregos e aumentaria os preços para os consumidores americanos, alertou ontem o governo mexicano.

O ministro da Economia do México, Marcelo Ebrard, fez o alerta a Trump durante a entrevista coletiva diária da presidente do país, Claudia Sheinbaum. Veterano das conflituosas negociações comerciais da América do Norte durante o primeiro mandato de Trump, Ebrard fez uma apresentação sobre como uma nova rodada de tarifas afetaria a relação entre México e EUA.

Segundo o governo Sheinbaum, as novas tarifas impactariam principalmente as montadoras americanas com operações no México, como a General Motors e a Ford Motor, responsáveis por 88% das picapes vendidas nos EUA. "Nossa estimativa é que o preço médio desses veículos aumentará em US$ 3 mil por unidade", observou.

O México intensificou seus preparativos de defesa contra as novas ameaças tarifárias de Trump e mobilizou um grupo de empresários locais na coletiva de Sheinbaum. Autoridades também disseram que o governo planeja avançar no acordo comercial com a União Européia (UE)e melhorar os laços comerciais com o Brasil.

Na terça-feira, Sheinbaum sinalizou que o México poderia responder à ameaça com tarifas próprias, advertindo que as consequências econômicas seriam graves. "Uma tarifa será seguida por outra em resposta e assim por diante, até colocarmos em risco empresas de interesse comum", disse a presidente, em sua primeira resposta às ameaças de Trump.

Na entrevista de ontem, Sheinbaum disse que seu governo está trabalhando nos detalhes de suas tarifas retaliatórias. "Precisamos ir passo a passo e ter diferentes cenários", disse. "Precisamos de um plano de curto e longo prazo."

A moeda mexicana chegou a desvalorizar-se 0,6%, para 20,78 pesos por dólar, ampliando a queda semanal. De acordo com Thierry Wizman, estrategista global de câmbio e taxas do Macquarie Group, há espaço para mais desvalorização e a moeda pode ser negociada perto de 21,75 pesos por dólar até o fim de 2025.

"Duvidamos que tarifas do "Dia T [como a equipe de Trump qualifica enfaticamente o primeiro dia de seu mandato] serão realmente impostas ao México ou Canadá", escreveu Wizman, ontem, em nota a investidores. "Mas as concessões a ser feitas pelo México não serão favoráveis às suas contas externas."

Sheinbaum disse que, apesar da retórica de Trump, ela não prevê que os EUA reduzirão seu papel na economia mexicana. Também disse que o México mantém boas relações com a China, mesmo enquanto tenta reduzir as importações provenientes do país.

A empresária mexicana Gina Díez Barroso, que estava entre os cerca de 15 líderes empresariais que se juntaram a Sheinbaum e Ebrard no palco, disse que os EUA não desejam uma disputa comercial com o México.

"Essa política do presidente Trump - que não sabemos se é uma política ou uma ameaça, porque já sabemos como ele age muitas vezes - é 100% inflacionária para seu país", disse. "Estou 100% com a presidente Sheinbaum, isto é uma questão de diálogo entre os três países; somos o parceiro mais importante dos EUA."

Trump prometeu aplicar tarifas sobre as importações do Canadá e do México até que o fluxo da droga fentanil e de migrantes sem documentos pelas fronteiras dos EUA seja interrompido.

Sheinbaum disse que seu governo planeja assegurar que a equipe de Trump esteja ciente dos progressos feitos para conter a imigração irregular e está trabalhando em uma política migratória "integral". O México também prepara um relatório sobre o impacto de eventuais deportações dos EUA.

O Canadá, por sua vez, informou que tem um plano para reforçar a segurança de fronteira e destacou dados do governo dos EUA mostrando que a maioria dos problemas vem do México.

Sheinbaum disse que o Canadá também precisa do

México e se mostrou confiante de que os canadenses permanecerão no acordo comercial da América do Norte, a ser revisado em 2026. Ela também informou que seu governo está em contato com a equipe de transição de Trump.

O México se tornou o maior parceiro comercial dos EUA e o governo mexicano estima o atual comércio total anual entre os vizinhos em US$ 800 bilhões.

Ebrard frisou a importância de melhorar a relação comercial entre EUA, México e Canadá e disse que o comércio entre esses países atingiu US$ 1,8 trilhão entre janeiro e setembro - 30% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial.

"Se tarifas forem impostas e entrarmos em um processo de elevação de tarifas, quem será afetado? Todos os três países", disse Sheinbaum. "Não competimos entre nós, nos complementamos."

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Planos fiscais de deputados e governo têm de andar juntos (Editorial)

No vácuo deixado pela interminável discussão no governo sobre o pacote de ajuste fiscal - anunciado em linhas gerais ontem à noite e a ser detalhado hoje - , três deputados apresentaram uma proposta de PEC na Câmara dos Deputados que levariam a uma economia de gastos de pelo menos R$

1,1 trilhão em dez anos. O projeto dos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguiri (União-SP) toca em vários pontos que o governo está avaliando, mas pelo visto tomam um caminho diferente. A parte central cia proposta se baseia em ideias sugeridas por Paulo Bijos, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento.

As ideias de Bijos estão em um estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara, e seu ponto de partida é que o caminho mais viável para se obter a redução da velocidade da dívida pública, e depois sua estabilização, não seria um corte de despesas, mas um freio em seu ritmo de expansão, hoje insustentável. Seria um caminho "gradualista de reequilíbrio fiscal" via controle da despesa. Difere do novo regime fiscal na premissa de que "não há margem substantiva para novos aumentos de receita". A carga tributária brasileira, de 33%, é a mais alta da América Latina e está próxima dos 34% da média dos países ricos da OCDE.

A meta das medidas propostas por Bijos é chegar a um superávit primário estrutural de 1,5% do **PIB**, capaz de estabilizar a dívida ao longo do tempo. O tamanho da dívida brasileira é maior do que a dos países emergentes e traz preocupação. O Brasil gasta fatia maior do orçamento com juros quanto mais elevada ela for, e torna maior a dependência dos credores em sua rolagem. Se os financiadores considerarem a dívida muito alta, os juros terão de subir mais, agravando a percepção de insolvência e aumentando o déficit. O final do processo é mais **inflação**.

A proposta da PEC de maior impacto, e de provável maior dificuldade política e jurídica, é a desvinculação do salário mínimo dos benefícios do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A vinculação dessas duas rubricas ao mínimo já representa 50% cias despesas primárias e 9,8% do **PIB**. Bijos, em seu estudo, considera que a vinculação ao mínimo carece de "lógica atuarial". Para ele, o aposentado tem direito a valores referentes a remunerações passadas e, uma vez na inatividade, "deve ter sua aposentadoria protegida contra a corrosão inflacionária".

Além de os dois benefícios, em especial o do RGPS, puxarem o aumento das despesas obrigatórias, eles escapam ao limite de aumento de gastos do regime fiscal. O motivo é que eles acompanham a evolução demográfica, que se tornou desfavorável ao Brasil. "As despesas do RGPS e do BPC são impulsionadas pelo envelhecimento populacional e adicionalmente impactadas pela política de valorização do salário mínimo. Essa dupla propulsão é fator crítico para o aumento do gasto público no Brasil".

A proposta de PEC tornaria constitucional sua correção pela **inflação**, para manter seu poder aquisitivo. Qualquer ganho real deveria ser avaliado periodicamente, levando em consideração a situação atuarial do RGPS, cio estado fiscal do país e da economia como um todo. Na simulação feita no estudo de Bijos, a indexação desses gastos à **inflação** traria uma economia de R$ 1,1 trilhão. Caso se concedesse aumento real no piso de elevação das despesas permitido (0,6%), a economia ainda seria expressiva, de R$ 890 bilhões.

Outra sugestão da PEC dos deputados é desvincular das receitas os pisos de saúde, educação e do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) por três anos (de 2026 a 2028). O governo estudou incluir a medida em seu pacote, ligando-a ao aumento permitido pelas despesas em geral (0,6% a 2,5%), mas não se sabe se ela será adotada. A proposta da PEC é voltar ao esquema do antigo teto de gastos, de colocar obrigação constitucional de corrigi-las pela **inflação**. Não haveria corte de gastos.

A vinculação dos pisos de saúde e educação às receitas desequilibrou o regime fiscal, pois sua expansão tem ocorrido a um ritmo muito superior ao instituído às demais despesas pelas regras fiscais. Ela traz em si gastos maiores e, segundo estudo de Bijos, "torna o gasto público mais volátil, pró-cíclico e acrítico, e desacompanhado de critérios de desempenho". Corrigi-los pela **inflação** permitiria uma economia de R$ 97 bilhões em três anos.

Outras ideias da PEC são dos próprios deputados. Eles propõem suspender os aumentos acima cia **inflação** para o salário mínimo e um corte de 10% nos gastos tributários, hoje de 4,8% do **PIB**, até 2031.O abono salarial seria limitado a quem ganha um salário mínimo e não até dois mínimos, como é hoje. Ele seria extinto em 2031, e até lá a economia seria de R$15 bilhões.

Não se sabe se os parlamentares conseguirão apoio de 168 deputados para a proposta tramitar. Mas é um conjunto de boas ideias que deveriam ser discutidas junto com a PEC que o governo vai enviar ao Congresso com as medidas para sustentar o regime fiscal. Como atrativo ao apoio dos governistas, elas não tratam de corte drástico de despesas.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053?page=24&section=1

Dólar atinge recorde de R$ 5,91 com desconfiança sobre fiscal

Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Lais Godinho* e Beatriz Kawai* De São Paulo

Há semanas vivendo a expectativa da apresentação das medidas de corte de gastos, os investidores foram pegos de surpresa ontem com a informação de que o governo planeja isentar o Imposto de Renda (IR) para salários de até RS 5 mil. O efeito da dupla frustração - a permanência das incertezas sobre a redução das despesas e a proposta de uma medida com alto risco de se tomar deficitária - colocou novamente o mercado local em modo de crise. O dólar fechou o dia no maior nível nominal da história, aos R$ 5,91, o Ibovespa teve queda firme e as taxas de juro real fecharam acima dos 7% em boa parte da curva.

Após uma sessão marcada pela volatilidade intensa e pelo acionamento de ordens de "stop loss" [perdas máximas toleradas], o dólar fechou o dia a R$ 5,9124, alta de 1,80%, em seu maior nível da história, se considerado apenas o valor nominal. O euro comercial, por sua vez, subiu 2,66% frente ao real, negociado a R$ 6,2444.

O modo "pânico" também foi observado no mercado de juros futuros. As taxas dispararam ao longo de toda curva e chegaram a subir mais de 0,4 ponto percentual em alguns vencimentos. No fim do dia, a taxa do contrato do Dl para janeiro de 2026 saltou de 13,28% para 13,50%; e a do Dl para janeiro de 2029 disparou de 13,08% para 13,45%. No mercado de renda variável, o Ibovespa encerrou a sessão em queda de 1,73%, aos 127.669 pontos.

O estresse se deu antes do anúncio das medidas. À noite, com as primeiras sinalizações de que o corte de gastos chegaria a RS 70 bilhões, o fundo de índice EWZ, que representa ações brasileiras, subia 0,15% nos negócios após o fechamento dos mercados - insuficiente para reverter as perdas. Durante o pregão regular, caiu 3,64%.

As últimas semanas vêm sendo marcadas pelo compasso de espera dos agentes locais sobre as medidas prometidas pelo Ministério da Fazenda para tratar o crescimento das despesas obrigatórias. Com sucessivos adiamentos por parte do governo, já predominava nas mesas de operação uma sensação de cansaço e desconfiança de que a disposição do Executivo para reduzir gastos era muito baixa. Assim, os preços dos ativos locais vinham se mantendo em níveis bastante depreciados, ainda que sem oscilações muito intensas nos últimos dias.

Ontem, a notícia antecipada pelo Valor de que o governo pretendia anunciar uma isenção do IR para salários até R$ 5 mil disparou uma piora instantânea nos mercados. Não só a percepção de risco fiscal dos agentes cresceu, já que há uma perspectiva de que a compensação da medida é de difícil aprovação, como também ficou a imagem de que o governo não tem a intenção de resolver o problema das contas públicas, segundo avaliação de agentes do mercado.

"O arcabouço do [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad não é exatamente uma regra super-restritiva. E o que vimos é que, mesmo para fazer um ajuste mínimo necessário para que esse arcabouço se mantenha de pé, é preciso fazer esse tipo de contraponto, muito potente. Tem que ir em rede nacional e anunciar que vai isentar o IR das pessoas. Realmente isso tudo mostra que, para o governo, apenas a ideia de termos um crescimento mais lento das despesas já é pouco palatável e que, para segurar qualquer gasto, vai ter que ter uma contrapartida muito grande de medidas que fariam bem para a popularidade do Lula", afirma Marcelo Ferman, sócio e diretor de investimentos (CIO) da Parcitas.

Segundo Ferman, ainda que a discussão do IR possa ser vista como meritória por alguns agentes, mereceria um debate longo, já que as medidas de compensação são de difícil aprovação. "Quando você coloca a discussão junto [com medidas de corte de gastos], parece que não quer cortar nada nunca." Os preços, segundo ele, estão em níveis muito depreciados e não parece que haja tantas notícias ruins para ser incorporadas daqui em diante. "Mas ainda não acho que é um cenário de fim do mundo. Dá para piorar mais", diz.

Segundo o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, a iniciativa de isentar o IR deve gerar um "buraco" da ordem de R$ 40 bilhões, que precisaria ser compensado por outras medidas para que o efeito final seja neutro. "Na teoria, o impacto fiscal da proposta seria neutro. Na prática, a isenção do IR não deve enfrentar problemas para ser aprovada, dado o alto teor popular. Por outro lado, as medidas de

compensação irão enfrentar resistências para ser aprovadas, o que tornaria a iniciativa deficitária no fim das contas." Para Cunha, "foi muito ruim" misturar as duas coisas em uma comunicação só. "Era para o momento ser focado e direcionado para uma agenda de disciplina fiscal e contenção de gastos", diz.

Cláudio Pires, sócio-diretor da MAG Investimentos, entende que o noticiário mostrou que a disposição do governo em cortar gastos "é realmente muito baixa" ao tentar combinar medidas para melhorar o problema fiscal com outra "claramente populista".

Além da deterioração dos ativos locais, a o cenário levou o mercado a precificar uma Selic ainda mais alta no ano que vem. "Muito provavelmente, a medida de isentar o IR vai virar consumo imediato, o que tem potencial de ser inflacionário de forma muito rápida", diz Pires.

Assim, a curva de juros futuros precifica uma taxa Selic de 14,25% no último trimestre de 2025. Além disso, a alta de juros precificada para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em dezembro é de 0,82 ponto percentual, o que indica que já há apostas de que o colegiado possa elevar os juros em 1 ponto percentual.

Na curva de juro real, as taxas extraídas das NTN-Bs (títulos públicos atrelados à **inflação**) já superam os 7% nos vencimentos entre 2026 e 2032. A **inflação** implícita dos títulos também se aproxima de 6% por toda a curva.

O chefe de tesouraria de um grande banco, que preferiu não ser identificado, diz que a comunicação caótica do governo "quebrou o mercado". "Difícil entender essa ansiedade de dar notícias ruins ao mercado em todas as oportunidades. Investidores estrangeiros vão sair de vez do Brasil e aí demora muito para voltar", afirma.

O diretor de investimentos da SulAmerica, Luis Garcia, diz ver um lado positivo na pressão exibida pelo câmbio na sessão de ontem. "Talvez isso consiga disciplinar o governo. De todos os ativos brasileiros, nenhum tem tanto poder disciplinador como o dólar. O governo tem bastante medo não só pelo nível, que chama atenção da população, mas pelo preço, que pode afetara **inflação** e, consequentemente, afetar a popularidade do presidente." Garcia afirma ainda que os ruídos de ontem minam ainda mais a credibilidade do governo com os agentes financeiros. "Tínhamos a perspectiva de que o ministro Haddad estava conseguindo caminhar no sentido de algo mais estrutural, com a discussão ganhando qualidade. Vimos até o dólar parado aqui enquanto subia no exterior. Só não melhorava porque o mercado não queria antecipar nenhum movimento, já que ficava a dúvida se o presidente Lula iria assinar", diz. "Quando você mistura os cortes com isenção de IR, percebe que o governo não está optando pela linha pragmática adotada no primeiro governo Lula." Porém, Garcia diz não ver o Brasil entrando em dominância fiscal por enquanto. "É inevitável que o debate vai ganhar mais tração, mas tecnicamente ainda temos um espaço razoável para chegar a este ponto." O gestor de renda variável da Ace Capital, Tiago Cunha, diz ver como quase "impossível" que o governo consiga pagar essa isenção com o valor que estava sendo estimado pelo mercado em termos de cortes. Por isso, avalia que a chance de um rali para as ações locais no fim do ano acabou.

Se a isenção vier sem os ajustes nas despesas, Cunha avalia que o impacto maior deve ser sofrido por ações domésticas, diante da alta dos juros futuros, como se viu ontem. As ações do Magazine Luiza, por exemplo, lideraram as maiores perdas do Ibovespa na sessão, com recuo de 9,40%. A lista foi completada por papéis como LWSA, que caíram 9,13%, Azzas 2154, que teve queda de 7,21%, MRV, com recuo de 6,80%.

O executivo diz que detém posição em MRV e Tenda. Segundo ele, ações de construtoras que atuam na baixa renda deveriam estar um pouco mais protegidas em um cenário de piora, porque o financiamento dos projetos vem em grande medida do governo. "Só que como o técnico é pior para a bolsa, todas [as ações] vão sofrer", diz. Por outro lado, Cunha destaca que companhias exportadoras com custos em reais poderiam se beneficiar da alta do dólar. (*Participantes do Curso Valor de Jornalismo Econômico, sob supervisão de Gabriel Roca)

"Vimos que, para fazer um ajuste mínimo necessário, é preciso fazer esse ti pode contraponto [isenção de IR] muito potente" Marcelo Ferman

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053

Mercado vê medidas "insuficientes" para conter piora de ativos

Gabriel Roca De São Paulo

As medidas anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não parecem suficientes para alcançar os RS 70 bilhões de economia de recursos nos próximos anos e tampouco devem trazer alívio à trajetória negativa dos ativos locais. Essa é a impressão inicial de participantes do mercado consultados pelo Valor após a divulgação, ainda sem detalhes, do tão esperado conjunto de iniciativas para frear os gastos públicos.

"Às medidas que o mercado esperava para tentar sustentar o arcabouço, pelo menos até 2026, ficaram aquém do necessário para gerar os R$ 70 bilhões e aquém do necessário para deixar o arcabouço em pé até 202 6", diz a diretora de macroeconomia para Brasil no UBS Global Wealth Management, Solange Srour.

Segundo ela, era necessário alguma mudança mais estrutural no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no seguro-desem-prego, ainda que isso não seja condição suficiente para estabilizar a dívida, que é o que os agentes gostariam de ver. "Ou seja, o que o mercado gostaria mesmo de ver para melhorar, para ter uma melhora expressiva, seriam medidas de desindexação da saúde e educação da receita e algum redesenho estrutural do BPC, seguro desemprego e abono", afirma.

De acordo com a economista, as medidas do abono foram tímidas e só devem ser sentidas a partir de 2027, de maneira muito gradual. "Infelizmente, a escolha política de anunciar a isenção do IR de R$ 5 mil hoje [ontem] anula, na minha visão, qualquer impacto que esse anúncio poderia ter, e traz até um saldo negativo. Na melhor das hipóteses, tem um impacto de R$ 45 bilhões, o que vai piorar a trajetória da dívida e poderia anular toda a economia que esse pacote diz entregar - que eu não acredito que entregue - em 2026", afirma.

Ainda que o governo tenha anunciado que vai propor um imposto sobre contribuintes de alta renda, ninguém acredita que isso vá contrabalançar a isenção dos R$ 5 mil, segundo Srour.

A visão é semelhante à do economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, Rai Chiccoli. Para ele, a questão do IR é "terrível". "Tem um custo altíssimo e vem com uma compensação que parece que terá grande dificuldade de passar no Senado. Com certeza não estamos em posição de abrir mão de receita. Além disso, se fosse pensar em alocação, seria melhor fazer um IVA menor do que um IR menor", diz.

Do ponto de vista do pacote de medidas, a sensação também é a de que ele ficou aquém do prometido. "Se a opção for essa de ajuste gradual do abono salarial, a medida só teria impacto em 2027", avalia. "E estou curioso como eles vão chegar em RS 30 bilhões em 2025 e R$ 40 bilhões em 2026 se o abono não vai ter efeito agora e o seguro desemprego não vai ser afetado, como o [ministro do Trabalho, Luiz] Marinho disse", aponta.

Neste contexto, a reação dos mercados não deverá ser positiva, em sua visão. "Tenho dificuldade de ver alguma reversão", aponta. Com isso, o Banco Central deve subir os juros em 0,75 ponto na reunião de dezembro, segundo o economista da Citrino. "Ainda estou simulando, mas parece que o câmbio é mais alto e devemos ter mais **inflação**." A dúvida é se o BC fará mais ou deixará a Selic mais tempo estacionada em um patamar mais elevado. "Mas com certeza teremos uma política monetária mais restritiva", afirma.

A economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, também não vê uma economia de RS 70 bilhões com as medidas anunciadas ontem. "Salário mínimo, abono, previdência dos militares e pente-fino. Ainda estou tentando entender como isso chega a R$ 70 bilhões. Parece menos do que estava sendo ventilado", diz.

A Tenax já acreditava em uma aceleração do ritmo do BC na reunião de dezembro. "Já tínhamos 0,75 quando vimos que o pacote fiscal não seria capaz de provocar uma melhora da dinâmica do câmbio. Fundamentos de **inflação** e atividade já estão suficientes para exigir um orça- mento maior, que vai combinar com uma aceleração", diz.

A Tenax espera a Selic a 13,50% no fim de ciclo, mas o pacote e a discussão antecipada da isenção de IR geram um ambiente fiscal pior do que o esperado. "O que dá para saber neste momento é que teremos pelo menos duas altas de 0,75 ponto e a dinâmica de **inflação** e atividade do começo de 2025 ainda será

bastante complicada para a política monetária." A visão de que o mercado pode seguir em trajetória negativa também é compartilhada pelo economista da XP Tiago Sbardelotto. "O governo tinha oportunidade de surpreender positivamente o mercado com um pacote mais estruturante, mas, pelo que foi o pronunciamento, é uma decepção e tem chance de o mercado receber mal esse pacote", diz.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/188053

Prévia do IPCA sobe e pressiona BC por juros

Do Estadão Conteúdo

O aumento dos preços de alimentos e passagens aéreas acelerou a prévia da **inflação** oficial no País em novembro e vai pressionar o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), que pode intensificar o ritmo de alta da taxa básica de juros, segundo projeções do mercado.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta terça, 26, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) passou de uma alta de 0,54%, em outubro, para 0,62% neste mês. O resultado ficou próximo das estimativas mais pessimistas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que previam uma **inflação** de 0,22% a 0,64%, com mediana de 0,49%.

A taxa acumulada pelo IPCA-15 em 12 meses acelerou pelo segundo mês consecutivo, subindo a 4,77% em novembro, superando a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central (BC), que é de 3% em 2024, com teto de tolerância até 4,5%.

Os dados colocam mais pressão sobre o BC na condução da política monetária, avaliou Luis Otávio Leal, economista-chefe da gestora de recursos G5 Partners, que elevou sua projeção tanto para o IPCA de novembro (de alta de 0,20% para 0,35%) quanto para o fechamento de 2024, de 4,6% para 4,7%.

"No Brasil, choques temporários se tornam permanentes e, por isso, acabam tendo de ser combatidos pela política monetária. Por enquanto, mantemos a nossa expectativa de que os juros fechem 2024 em 11,75% ao ano e cheguem a 13% ao ano em maio de 2025, mas ambas projeções têm um claro viés de alta", disse Leal, em nota.

Com a **inflação** pressionada, o C6 Bank também prevê que o Copom aumente a taxa básica de juros em 0,5 ponto porcentual na reunião de dezembro, dos atuais 11,25% ao ano para 11,75% ao ano, com mais duas elevações de 0,25 ponto porcentual nos encontros de janeiro e de março de 2025. "Não descartamos, porém, o risco de o ajuste ser ainda mais elevado em função da piora das expectativas de **inflação**", ponderou a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário.

Site: https://www.gazetadigital.com.br

Corte de gastos da União chega a R$70 bi

Brasília - Em pronunciamento em cadeia nacional, na noite de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou os principais pontos do corte de gastos do Orçamento do governo federal para os próximos dois anos. A economia prevista chega a R$ 70 bilhões em 2025 e 2026.

Conforme ele, o salário mínimo continuará subindo acima da **inflação** e dentro da regra fiscal.

"Para atender às famílias que mais precisam, o abono salarial será assegurado a quem ganha até R$ 2.640. Esse valor será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio", disse.

As medidas, segundo Haddad, também combatem privilégios "incompatíveis com o princípio da igualdade". Para corrigir isso, o governo quer garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional.

O ministro também afirmou que o montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais. "Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS", declarou. Sobre a aposentadoria dos militares, Haddad explicou que haverá uma idade mínima, além de outros ajustes.

"Diante do cenário externo, com conflitos armados e guerras comerciais, precisamos cuidar ainda mais da nossa casa. É por isso que estamos adotando as medidas necessárias para proteger a nossa economia. Com isso, garantiremos estabilidade e eficiência e asseguraremos que os avanços conquistados sejam protegidos e ampliados", justificou o ministro.

COMPENSAÇÃO. Como uma forma de compensação às medidas impopulares, o governo aumentou a faixa de isenção de Imposto de Renda de R$ R$ 2.259,20 para quem ganha até R$ 5 mil por mês. A isenção poderá valer em 2025, dependendo da votação no Congresso. A medida é um compromisso frequentemente repetido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo, porque quem tem renda superior a R$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados", avaliou Haddad no pronunciamento.

DÓLAR FECHA EM R$ 5,91.

As expectativas em relação ao pacote de corte de gastos provocaram um dia de nervosismo para o mercado financeiro. O dólar superou a barreira de R$ 5,90 e fechou na maior cotação do Plano Real. A Bolsa de Valores caiu mais de 1,5% e ficou abaixo dos 128 mil pontos. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,912, com alta de R$ 0,106 (+1,8%).

Ao longo das últimas semanas já havia um desconforto com os adiamentos seguidos do plano fiscal. A adoção de uma medida que representa renúncia de receitas acentuou ainda mais a desconfiança dos investidores em relação à disposição do governo Lula de promover uma mudança estrutural na dinâmica do gasto público.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11282

Ganhos acima da inflação continuam

Ao tratar da trava que vai limitar o aumento real do salário mínimo, medida vista com maior potencial de desgaste popular pelo governo, Haddad enfatizou que os ganhos acima da **inflação** vão permanecer e lembrou que na gestão de Jair Bolsonaro esse "direito" não existia. Sobre o pente-fino nos programas sociais, o ministro foi sucinto:

- Para garantir que as políticas públicas cheguem a quem realmente necessita, vamos aperfeiçoar os mecanismos de controle, que foram desmontados no período anterior. Fraudes e distorções atrasam o atendimento a quem mais precisa.

Haddad destacou ainda que a isenção de imposto é a maior reforma de renda da história e vai beneficiar uma parte da classe média.

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

Deputados buscam assinaturas para corte de gastos alternativo

Os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Kim Kataguiri (Uni-ão-SP) e Julio Lopes (PP-RJ) começaram a recolher ontem assinaturas para protocolar uma PEC alternativa ao corte de gastos do governo.

Para ser apresentada formalmente, são necessárias pelo menos 171 assinaturas dos 513 deputados. A proposta prevê uma trava para os ganhos acima do teto do funcionalismo público, o que não existe atualmente, e propõe desvincular benefícios previdenciários do salário mínimo.

- Esta PEC da soberania e do equilíbrio fiscal será em algum momento do Brasil implementada. Quanto mais tempo levarmos para implementar isso, mais grave serão as medidas necessárias para sanear o país - disse Lopes.

Segundo os parlamentares, o texto foi construído após a apresentação de uma projeção feita por servidores da Câmara sobre o crescimento das despesas no Orçamento da União ao longo dos próximos anos.

- A gente precisa estabilizar a dívida pública, que cresceu desde dezembro de 2022 até agora, mais 7% por cento do **PIB**. Nós precisamos fazer com que a política monetária dialogue com a política fiscal - afirmou Pedro Paulo. t

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

Medidas consolidam compromisso com ajuste fiscal e justiça social, diz economista

O pacote de corte de gastos do governo Lula, apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, visa consolidar o compromisso com a sustentabilidade fiscal do País, proteger a economia e gerar mais justiça social. A avaliação é do economista Fábio Leão.

Ouvido pela Gazeta, ele destaca que, por um lado, o governo busca economizar cerca de R$ 70 bilhões em dois anos. Por outro, algumas medidas são impopulares, como a limitação do reajuste do salário mínimo a 2,5% acima da **inflação** e a restrição do abono salarial.

Para compensar, o governo propôs a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos, embora essa medida tenha gerado reações negativas no mercado financeiro.

"Essas medidas são impopulares principalmente porque afetam diretamente o poder de compra e o bem-estar financeiro de muitos trabalhadores e aposentados", afirma Leão. Segundo ele, a limitação do reajuste do salário mínimo a 2,5% acima da **inflação** significa que, mesmo que a economia cresça mais, o aumento do salário mínimo será limitado, o que pode não acompanhar o custo de vida real. "Isso é visto como uma forma de contenção de gastos que penaliza os trabalhadores de menor renda".

Para o economista, a restrição do abono salarial, que atual mente é pago a quem ganha até dois salários mínimos, para quem ganha até 1,5 salário mínimo, também é impopular porque reduz o número de beneficiários desse auxílio, que funciona como um 14º salário para muitos trabalhadores.

"Essas mudanças são percebidas como cortes em benefícios essenciais para a população de baixa renda, o que gera descontentamento e críticas".

JUSTIÇA SOCIAL Fábio Leão observa, no entanto, que outras medidas apresentadas têm o potencial de gerar mais justiça social para a sociedade. Uma delas é a isenção de imposto de renda para quem recebe até R$ 5 mil por mês.

"Uma ampliação da isenção nesse nível significa de fato uma reforma muito grande e positiva na renda do país. Basta lembrar que uma renda de R$ 5 mil/mês coloca esta pessoa próximo dos 10% mais ricos do País", explica.

"Quem ganha R$ 8 mil mensais, está entre os 5% mais ricos; quem ganha R$ 15 mil/mês está entre os 2% mais ricos e quem recebe mais que R$ 20 mil/mês está na faixa do 1% mais rico (dados do IBGE). Quem ganha 01 salário mínimo está melhor do que 46%, que ganha menos que isso".

O economista ressalta que, com a proposta, o governo sinaliza que conseguirá compensar a isenção de imposto de renda sem ampliar seus gastos.

Outra medida importante é a revisão das regras de aposentadoria dos militares. O governo propõe uma idade mínima para aposentadoria e o fim de diversos outros privilégios como o pagamento de pensões a militares expulsos de suas corporações.

"Podemos enxergar a proposta como uma forma de manter o crescimento da economia com mais distribuição de renda, diminuição das desigualdades e ampliação da justiça social com justiça tributária", conclui Fábio Leão. "Obviamente que muitas dessas medidas terão que ser detalhadas e negociadas com o Congresso e outras fontes de poder, como o mercado financeiro".

Site: https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6392

O avanço necessário da justiça fiscal no brasil (Editorial)

O pacote econômico apresentado pelo Governo Federal, liderado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, representa um passo significativo rumo à justiça fiscal e à sustentabilidade das contas públicas no Brasil. Com a meta de economizar R$ 70 bilhões em dois anos, as medidas equilibram a necessidade de austeridade com o compromisso de aliviar a carga tributária dos mais vulneráveis, reafirmando a responsabilidade social como uma prioridade da gestão do presidente Lula.

Entre os destaques, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil é uma conquista inegável, que resgata uma promessa de campanha e beneficia milhões de brasileiros. Essa mudança, acompanhada pelo aumento da tributação sobre quem ganha acima de R$ 50 mil mensais, sinaliza um esforço concreto para tornar o sistema tributário mais progressivo e alinhado aos princípios de equidade. A justiça fiscal, nesse contexto, deixa de ser apenas um ideal e começa a se traduzir em ação prática.

O fortalecimento do arcabouço fiscal, ao limitar o crescimento das despesas obrigatórias a um percentual da **inflação**, também é um avanço importante. Essa regra, criada na atual gestão, busca assegurar o equilíbrio das contas públicas sem comprometer os investimentos sociais. Combinada às medidas do pacote, ela oferece um caminho viável para manter a disciplina fiscal sem abandonar os compromissos com o desenvolvimento e a redução das desigualdades.

Outro ponto que merece destaque é a articulação política envolvida na construção desse pacote. As intensas negociações, que envolveram diversos ministros e setores do governo, resultaram em um projeto consistente e robusto. Esse esforço coletivo demonstra maturidade e responsabilidade ao tratar de um tema tão sensível quanto as contas públicas, equilibrando rigor técnico com sensibilidade política.

Ao propor medidas que aliviam a carga tributária dos mais pobres e tornam o sistema mais progressivo, o governo reafirma seu compromisso com a justiça fiscal, um dos pilares de uma sociedade democrática e inclusiva. É um movimento que, além de atender às necessidades imediatas, fortalece as bases para um futuro mais sustentável e igualitário.

O pacote de Haddad não é apenas um conjunto de ajustes econômicos, mas uma demonstração de que é possível promover equilíbrio fiscal sem abrir mão da justiça social. Trata-se de um avanço necessário, que merece reconhecimento pelo esforço em construir soluções que atendam às demandas da sociedade sem comprometer o compromisso com a equidade.

Site: https://www.jornalmeio.com/jornais/20241128